



ANAIS

IV Semana de Serviço Social Social da UFTM

O Serviço Social na atual conjuntura: histórias, lutas e resistências.

Uberaba, 16 a 19 de setembro de 2019

Realização: Curso de Serviço Social



ISSN XXXX-XXXX
Volume 1
2019

ISSN 0000-0000



Apresentação

É com imensa alegria que o Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) traz o compendio de publicações-reflexões oriundas da IV Semana de Serviço Social. Os estudos empreendidos pela categoria profissional e afetos à área, os quais frutificaram nos Anais da IV Semana de Serviço, representam um importante marco de discussão e reflexão acerca do Serviço Social na realidade macro e microrregional do Triângulo Mineiro.

O texto é apresentado de forma a traduzir ao leitor o discorrer da profissão no Brasil, permeada pelo efervescente debate acerca dos marcos referenciais da profissão, dos seus movimentos, e que posteriormente emergiram como forma de rompimento com o conservadorismo no interior da categoria profissional e que irá desembocar no projeto hegemônico da profissão.

Os Anais implementam importante abordagem dos conteúdos históricos-metodológicos e éticos-políticos da profissão, articulados à realidade vivida pela categoria profissional, sobretudo a partir das determinações econômicas e políticas que trazem implicações ao processo de trabalho cotidiano, seus desafios e perspectivas. As discussões contidas no texto são oportunas tanto para o exame da profissão em âmbito global e sua real complexidade, dadas as várias fontes de consulta, às reflexões oriundas do “chão da vida cotidiana”, como convida o leitor a empreender a necessária análise da realidade em sua complexidade.

Nessa medida, a construção do olhar crítico, seja a partir da abordagem de autores precisos na análise da realidade, seja pelas várias provocações, se traduz numa consequência natural e que deve promover a inquietação dos curiosos e estudiosos da temática. O texto é capaz de promover reflexões acerca da realidade profissional e a articulação com a necessária apreensão de conteúdos pertinentes ao entendimento da realidade para além do imediato, mas de forma a ampliar os horizontes do olhar do Serviço Social com vistas à construção da necessária criticidade, a fecundar e promover inquietações



que resultem na construção de novos caminhos na leitura da realidade do serviço social e seu real papel na sociedade brasileira.

Regina Maura Rezende

Triângulo Mineiro, Geraes, Outono de 2021.



Comissão Organizadora

Akyla Gonçalves Santos

Aline Cristina do Prado Maríngolo

Ana Carla Costa

Ana Luíza Bernardes Castro

Beatriz Alves Araújo

Beatriz Lopes de Sousa

Bruna Alexandra Silva e Brigo

Bruno da Cunha Resende

Carolina Duarte Camilotti

Cláudia Helena Julião

Danieli Maria Ferreira de Oliveira

Estela Caroline Freitas Melo

Fabício Augusto Araújo Ribeiro

Gabriela Abrahão Masson

Guilherme Luis Silva

Isadora Catananti Ardenghi

Julia da Silva Cardoso

Laura Beatriz dos Santos Amaral

Lilian de Andrade Almeida

Marta Regina Farinelli

Regina Maura Rezende

Renata Figueiredo dos Santos Almeida

Rosana Freitas Arantes

Sarah Sorati dos Santos

Suely Aparecida Alberto Melo

Victória Lemes Figueiredo



Comissão Científica

Cláudia Helena Julião

Gabriela Abrahão Masson

Lesliane Caputi

Marta Regina Farinelli

Nathália Moreira Albino

Paula Ravagnani Silva

Priscila Maitara Avelino Ribeiro

Regina Maura Rezende

Rita de Cássia Lopes de Oliveira Mendes

Rosana Freitas Arantes

Rosane Aparecida de Sousa Martins

Tais Pereira de Freitas



IV SEMANA DE SERVIÇO SOCIAL- UFTM

Tema: “O Serviço social na atual conjuntura: histórias, lutas e resistências”

Dia 16/09- 2ª feira

Noite- 18h00

IV Mostra de Serviço Social UFTM

Local: Saguão do auditório Safira

Noite- 19h00

Mesa de abertura da IV Semana de Serviço Social

Palestra de abertura: Conjuntura Latino-americana e o avanço do ultraliberalismo e o neoconservadorismo no Brasil.

Ementa: Discussão da conjuntura latino América no contexto do avanço e aprofundamento do ultraliberalismo e neoconservadorismo e os rebatimentos na realidade brasileira e no Serviço Social.

Palestrante: José Fernando Siqueira da Silva

Local: Auditório Safira

Dia 17/09-3ª feira

Tarde- 13h30 às 17h30

Minicurso: Tendências teórico metodológicas do S. Social na América Latina.

Ementa: Discussão das tendências teórico-metodológicas na produção de conhecimento do Serviço Social na América Latina, com ênfase na realidade cubana.

Responsáveis: José Fernando Siqueira da Silva, Gabriela Abrahão Masson, Onilda Alves do Carmo e equipe

Local: Auditório Safira

Noite- 19h00

Mesa redonda: Os rebatimentos do desmonte da Seguridade Social para o trabalho profissional: saúde, assistência social e previdência

Ementa: Discussão do desmonte da Seguridade Social e os rebatimentos no trabalho profissional do(a) Assistente Social nas áreas da Saúde, Previdência e Assistência Social.

Componentes: Mariana Furtado Arantes, Cacildo Teixeira de Carvalho Neto e Tatiane Cardoso



Local: Auditório Safira

Dia 18/09- 4ª feira

Tarde e noite- Apresentação de trabalhos- relato de experiência, reflexões teóricas, sistematização do trabalho profissional ou resultado de pesquisa, de acordo com os seguintes eixos:

1. Trabalho, questão social e Serviço Social
2. Política social e Serviço Social
3. Serviço social, fundamentos, formação e trabalho profissional
4. Movimentos sociais e Serviço Social
5. Ética, direitos humanos e Serviço Social
6. Questões agrária, urbana, ambiental e serviço social
7. Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades

Local: salas de aula CE

Dia 19/09- 5ª feira

Tarde- 14h00

Roda de Conversa e Café comemorativo: 10 anos do curso de Serviço Social da UFTM

Ementa: Discussão sobre os 10 anos de implementação do curso de Serviço Social da UFTM a partir das narrativas de docentes, técnicos, egressos e estudantes.

Local: Sala CE

Noite- 19h00

Palestra de encerramento- Lutas e resistências: a organização da categoria profissional.

Ementa: Discussão acerca da importância da organização da categoria profissional na luta e resistência junto à classe trabalhadora.

Palestrantes: representantes do curso de Serviço Social, MESS, NAS, ABEPSS/CRESS

Local: Anfiteatro Turmalina

Encerramento: Sarau Cultural



SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	10
ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS ROMPIMENTOS COM PARADIGMAS CONSERVADORES NA CONTEMPORANEIDADE	12
AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL E O ATO INFRACIONAL: AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS PARA A ADOLESCÊNCIA.....	13
CATEGORIA TRABALHO: NOTAS E REFLEXÕES	14
SOCIALIZAÇÃO DE UM GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA: PRÁTICA DE PESQUISA – PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS (PRAPES).....	15
O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA PROMOÇÃO À SAÚDE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS EM UBERABA – MG	16
O TEATRO NOS PROCESSOS DE RECONHECIMENTO DAS JUVENTUDES E DIREITOS HUMANOS	17
O SERVIÇO SOCIAL E A BUSCA PELA EFETIVAÇÃO DO DIREITO UNIVERSAL AO ACESSO À EDUCAÇÃO	18
AUTOEXTERMÍNIO NA POPULAÇÃO IDOSA	19
POLÍTICA NACIONAL DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES – PNPIC/SUS NA PROMOÇÃO DA SAÚDE.....	20
AS LIMITAÇÕES QUE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS IMPÕEM E O ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO SERVIÇO SOCIAL	21
O SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS	22
GESTÃO E SERVIÇO SOCIAL	23
ADOÇÃO INTER-RACIAL E O TRABALHO DOS GRUPOS DE APOIO À ADOÇÃO	24
DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL E A LITERACIA PARA A SAÚDE ENQUANTO ESTRATÉGIA PARA A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS	25
A GESTÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL	26
SERVIÇO SOCIAL NA CENA CONTEMPORÂNEA E A IMPORTÂNCIA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL NESTE CONTEXTO.	27
APRIMORAMENTO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS	28
A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL E GEOPROCESSAMENTO	29
SERVIÇO SOCIAL, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: INTERFACES DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	30
PROMOÇÃO DA SAÚDE E SERVIÇO SOCIAL: QUESTÕES PARA O DEBATE.....	31



CÓDIGO DE ÉTICA DE 1947 SOB O OLHAR CONTEMPORÂNEO.	32
O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL EM UMA RESIDÊNCIA INCLUSIVA E A GESTÃO DEMOCRÁTICA	33
UMA ANÁLISE DO CÓDIGO DE ÉTICA DE 1947.....	34
TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA SAÚDE PÚBLICA: IMPASSES PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO DE UBERABA/MG.....	35
O III CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS: MARCO HISTÓRICO PARA O SERVIÇO SOCIAL	36
GESTÃO E SERVIÇO SOCIAL	37
DESMONTE DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS E AMEAÇAS AO PROJETO DE FORMAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO	38
ESTRATÉGIAS PARA PROMOVER SAÚDE: A COMUNICAÇÃO EM SAÚDE E A LITERACIA PARA A SAÚDE	39
A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA.....	40
ADOCIMENTO NO TRABALHO	41
ARTIGOS	42
O SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO SOCIOJURÍDICO: APONTAMENTOS SOBRE A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO.....	43
A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO.....	50
DIREITO A CULTURA E A INSERÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA CULTURAL	56
A CONSTRUÇÃO DO DIREITO À SAÚDE NO BRASIL POR MEIO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: A PROTEÇÃO SOCIAL GARANTIDA DO SUS (SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE)	62
O DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR: A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO.....	66
LITERACIA PARA SAÚDE NO CONTEXTO ESCOLAR: REFLEXÕES INTRODUTÓRIAS.....	73
LUTAS E RESISTÊNCIAS NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES (EBSERH) NOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS: A EXPERIÊNCIA DE MINAS GERAIS	78
A POLÍTICA SOCIAL E SUA SIMILITUDE COM A PROFISSÃO DO SERVIÇO SOCIAL	84
A REFORMA AGRÁRIA NÃO REALIZADA: MOVIMENTOS SOCIAIS E O SERVIÇO SOCIAL	88
SANEAMENTO BÁSICO E SERVIÇO SOCIAL: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA	94
CENAS: A REALIDADE SOCIAL EM CENA.....	99
PRECISAMOS FALAR SOBRE ABORTO.....	104
O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL EM INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO.....	111



A REALIDADE DAS MULHERES NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO	116
GRUPO DE ESTUDO FEMINISTA CLASSISTA:LUTA E RESISTÊNCIA.....	121
QUESTÃO SOCIAL: UMA APREENSÃO A PARTIR DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS DE UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE.....	126
O PERFIL DO ESTUDANTE DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO: A PARTIR DA DETERMINAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE E SEU ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE.....	133
CONSCIÊNCIA DE CLASSE E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: EM FOCO A AÇÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL	140
O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO SISTEMA PRISIONAL: EM BUSCA DA GARANTIA DE DIREITOS À IDENTIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL AOS INDIVÍDUOS PRIVADOS DE LIBERDADE.....	150
FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL: SERVIÇO SOCIAL NO COMBATE AS OPRESSÕES	158
A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA ATUALIDADE.....	162
DIREITO A PARTICIPAÇÃO POPULAR E O EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL NA POLÍTICA DE SAÚDE PÚBLICA DE UBERABA/MG.....	169
SERVIÇO SOCIAL E ARTE: UMA PROPOSTA PARA AFIRMAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO DA PROFISSÃO	174



RESUMOS



ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS ROMPIMENTOS COM PARADIGMAS CONSERVADORES NA CONTEMPORANEIDADE

MALACHIAS, AL

OLIVEIRA, MEC

VERÍSSIMO, R

E-mail: ana.malachias@icloud.com

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

Resumo

Baseando-se na historicidade acerca do Serviço Social, tem-se as relações sociais pautadas no capitalismo e o marcado antagonismo da profissão, que se encontra subjugada ao atual sistema, do qual possui o Assistente Social como ferramenta do capital na tentativa de apaziguar a luta de classes, ressaltando ainda a condição do mesmo de trabalhador assalariado. Acompanhando as mais diversas metamorfoses dos espaços de atuação do assistente social tem-se a necessidade da dialética do profissional, que através de uma perspectiva crítica realizando intervenções de cunho teórico-metodológicas e técnico-operativas apoiados em valores humanos na busca de realizar um bom atendimento àquele que carece, fazendo com que o outro reflita e se reconheça como classe dentro do capitalismo. Portanto, apresenta-se neste artigo uma pesquisa bibliográfica e documental que tem em vista fazer uma reflexão em relação a quebra de paradigmas conservadores presentes no campo da assistência social, trazendo-os para a contemporaneidade.

Palavras-chave: Serviço Social; Capitalismo; Conservadorismo; Assistência Social; Paradigmas.



AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL E O ATO INFRACIONAL: AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS PARA A ADOLESCÊNCIA

BATISTA, ALP

FERREIRA, RV

ARAGÃO, AS

OLIVEIRA, JCS

GOUVEA, KR

PEREIRA, FC

E-mail: analeticia.pereirabatista23@hotmail.com

Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM

Resumo

Introdução: A “Constituição Cidadã” e o Estatuto da Criança e do Adolescente fizeram avançar as políticas públicas para efetivação de direitos, como educação, família, saúde, assistência social, e outros. Ainda que considerados sujeitos de direitos crianças e adolescentes são diretamente impactados pelas expressões da questão social. Aspecto que potencializa o ato infracional de adolescentes e, para estes, historicamente, há o Sistema Socioeducativo, carregado de dilemas. **Objetivo:** Analisar as expressões da “questão social” que se materializam na vida cotidiana dos adolescentes que promoveram atos infracionais. **Método:** Pesquisa documental no acervo do CREAS, entre 2016 e 2018, no Núcleo de Medida Socioeducativa do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) (Uberaba, MG) aliada à tipologia dos atos infracionais praticados e geoprocessamento das informações residenciais. **Resultados:** Foram consultados 67 prontuários: predomina o sexo masculino; etnia negra; baixa escolaridade. Ato Infracional mais recorrente fora o tráfico de drogas (CP Art. 278) e o furto (CP Art. 155). O geoprocessamento demonstrou a distância dos endereços desses adolescentes em relação aos equipamentos de cultura e lazer oferecidos na cidade. **Considerações Finais:** As expressões da questão social se mostram sob a forma de baixa escolaridade ou o abandono aliado à uma narrativa de conflitos com os professores. A violência individual (interpessoal, agressões) e social (pobreza familiar) são aspectos mais comuns. A política Sócio Educativa exige territorialidade e intersetorialidade para efetivação das medidas socioeducativas que, para além da tríade repressão/punição/exclusão, seja um mecanismo democrático no fortalecimento e ampliação do acesso aos direitos sociais. **Palavras-chave:** Questão social; Política sócio educativa; Adolescentes. Violência.



CATEGORIA TRABALHO: NOTAS E REFLEXÕES

SILVA, SC

E-mail: silvany.carlos@hotmail.com

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

Resumo

Entender esta temática, foi necessário levar em consideração os estudos de alguns autores de grande importância neste contexto como, Dion e Costa, os quais trazem que o homem desde sua origem, no processo de evolução, buscou em sua relação com a natureza, extrair os alimentos que permitisse sua reprodução, colheu frutos, arrancou raízes, matou animais que lhe possibilitou atender suas necessidades primárias; precisou, construir ferramentas para melhor interagir com a natureza, e através desta dinâmica foi se aperfeiçoando. O objetivo é entender este processo de evolução do homem, que através da necessidade de convivência em grupo, pode vencer as adversidades encontradas; neste sentido, o trabalho foi o fator que permitiu ao homem interagir com a natureza na perspectiva de sua reprodução social. Foi realizado levantamento bibliográfico, para entendermos melhor este contexto, neste sentido, a categoria trabalho reveste-se de condição essencial na vida do homem, como necessidade da sua própria reprodução, assim, essa categoria na teoria Marxiana participa do processo de humanização do homem, transformando se no modelo de toda a práxis social, realizando se pela relação entre teleologia e movimentos de séries causais. A teleologia inserida no ser, fruto da sua necessidade de produzir e de se reproduzir, ativa os mecanismos do subconsciente, os quais armazenam as experiências vividas, para poder compartilhá-las. Todo este processo de aprendizagem, serviu como alicerce do desenvolvimento da atualidade.

Palavras-chave: trabalho; homem; sociedade.



SOCIALIZAÇÃO DE UM GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA: PRÁTICA DE PESQUISA – PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS (PRAPES)

SILVA, PR

RIBEIRO, PMA

E-mail: paularavagnani1@gmail.com

Resumo

O estudo é relato de experiência de grupo/estudos e de pesquisa vinculado a Unesp- Franca. O período de realização dos estudos do grupo iniciou em 20 de abril /2016 inserido no Diretório de Pesquisa do CNPQ até o presente momento, sendo de fluxo contínuo. O grupo de estudo e pesquisa é formado por docentes do programa de Pós-graduação em Serviço Social na Unesp-Franca, bem como discentes da graduação e pós-graduação, com encontros quinzenais (debates de livros, organização de eventos científicos, entre outros). O presente objetivo é socialização dos estudos/conhecimentos construídos no grupo de Estudos/Pesquisa “Prática de Pesquisa- perspectivas contemporâneas”. A metodologia utilizada foi relato de experiência dos estudos, sistematizações, construção e publicações de artigos científicos, capítulos de livros, resumos em anais e revistas, estudos, debates do grupo de pesquisa. Os resultados esperados evidenciaram a construção teórico-prático dos conhecimentos construídos e socializados para aperfeiçoamento dos saberes epistemológicos relacionados às práticas de pesquisas contemporâneas. O grupo de estudo/pesquisa ainda obteve a elaboração de capítulos de livros, publicações em revistas e apresentações em eventos acadêmicos científicos para a socialização dos estudos e saberes acumulados. Em tempos de ofensiva do neoliberalismo, neoconservadorismo é ponderoso que a universidade pública cumpra seu papel fortalecendo os grupos de ensino, pesquisa e extensão, para desmistificar a lógica perversa do mercado e capital na formação continuada/permanente de profissionais com compromisso ético e político. Destarte, o grupo de estudo e pesquisa busca uma formação crítica, comprometida com dimensão teórico-prático e ético-político na construção/socialização dos conhecimentos produzidos.

Palavras-chave: Pesquisa, Prática, Contemporâneas.



O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA PROMOÇÃO À SAÚDE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS EM UBERABA – MG

GONÇALVES, NF

SANTOS, LLS

MELO, KA

E-mail: nayanefgoncalves@gmail.com

Resumo

A necessidade de cuidar e ser cuidado constitui parte essencial na natureza humana. Por esta razão, a Prefeitura Municipal de Uberaba estruturou, dentre os serviços ofertados, uma Seção de Assistência Social e Psicológica direcionada essencialmente ao atendimento de servidores públicos municipal. Sendo assim, este resumo pretende abordar a importância do assistente social nesta seção. A partir do acompanhamento individual e/ou atividades grupais como rodas de conversa, palestras e projetos temáticos compreende-se que tem se alcançado uma conscientização dos servidores e o favorecimento da resolução de conflitos internos. Isso ocorre, pois o exercício profissional do Serviço Social no âmbito da atenção social a estes servidores imprime desafios cotidianos frente às demandas apresentadas pelo público e a necessidade de intervir através de práticas baseadas no cuidado a quem cuida. Partindo desse pressuposto, os profissionais do Serviço Social têm em sua extensão de atribuições o objetivo de abarcar as necessidades apresentadas pelos servidores e os reflexos destas no cotidiano da vida funcional traçando metas estratégicas, conjuntamente com a equipe da Psicologia, para o atendimento das demandas de cunho pessoal e/ou social com vistas a promover e favorecer o desenvolvimento biopsicossocial dos agentes públicos. Neste sentido, o Serviço Social tem desempenhado atividades que visem à melhoria da qualidade de vida dos servidores e a redução de riscos de adoecimento de caráter psicossocial motivado e/ou agravados por situações funcionais. Ressalta-se que o assistente social possui o compromisso com a classe trabalhadora atuando de forma preponderante na busca pela defesa dos direitos dos seus usuários.

Palavras-chave: Atendimento ao servidor público; Direitos; Serviço Social.



O TEATRO NOS PROCESSOS DE RECONHECIMENTO DAS JUVENTUDES E DIREITOS HUMANOS

CAETANO, BP

MENDES, RCLO

E-mail: brunapcaetano3@gmail.com

Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM

Resumo

Introdução: Este trabalho traz o debate acerca do teatro enquanto ferramenta para a emancipação humana, a qual permite aos sujeitos analisar a sua realidade, por meio de uma perspectiva diferente da posta pela ordem vigente, bem como o impacto na sua vida, principalmente daqueles jovens que são marginalizados e têm a sua identidade invisibilizada pela sociedade. **Objetivo:** Compreender a importância do teatro no processo de reconhecimento da juventude, frente às expressões da questão social vivenciadas em seu cotidiano, tendo-o como um instrumento para a formação de um pensamento crítico. **Método:** O trabalho será desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica e de campo, esta última contemplará os envolvidos nas da Companhia de Teatro Bacarte, do município de São Sebastião do Paraíso/MG, como discentes, egressos e professores, sendo um total de 06 (seis) entrevistas com participantes e duas (02) com professores. O recorte temporal refere-se ao período de 2016 a 2019. A análise do material será qualitativa, a partir do método dialético. **Resultados:** Espera-se constatar que o teatro configura como um instrumento de expressão dos jovens, de emancipação humana por se tratar de uma manifestação artística que pode se assemelhar a realidade e assim ser usado enquanto forma de protesto. **Considerações finais:** O teatro é uma forma de elucidar uma realidade que é escondida pela sociedade atual, que busca manter os sujeitos alienados e imersos em um sistema capitalista focado na obtenção desenfreada de lucro, possibilitando que eles compreendam sua realidade.

Palavras-chave: teatro; emancipação; jovens.



O SERVIÇO SOCIAL E A BUSCA PELA EFETIVAÇÃO DO DIREITO UNIVERSAL AO ACESSO À EDUCAÇÃO

FRANCO, DF

E-mail: dianaffranco@outlook.com

Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM

Resumo

Este resumo pretende discutir como o Serviço Social intervém na busca pela efetivação dos direitos humanos, com foco na educação. De acordo com Freire (2007) a educação deve ser crítica e transformadora, respeitando as particularidades dos sujeitos, pois, somente assim, estes sujeitos marginalizados pela sociedade capitalista serão capazes de compreender a realidade em que estão inseridos e tornar-se conscientes dos seus direitos. Consideremos também que a educação transformadora é capaz de emancipar os sujeitos para realizarem suas atividades básicas do cotidiano, como também deixar de ser massa de manobra e socialmente excluídos. (FREIRE, 2007). Dallari (2009) relata que os direitos humanos se materializam por meio das condições mínimas para a subsistência humana, sendo eles o direito à educação, saúde, trabalho. Porém, de acordo com Behring e Boschetti (2018), tais direitos são seletivos e meritocráticos. A população mais atingida pela seletividade capitalista é a população mais pobre uma vez que, devido a este sistema político e econômico os coisificam ao ponto de não se reconhecerem como sujeitos de direitos. Por meio do desconhecimento dos seus direitos as expressões da questão social se acirram. Diante disso, o serviço social possui como desafio atuar na busca pela garantia dos direitos desta população. Porém deve-se atentar para não cometer os erros de uma atuação fatalista ou messiânica. (IAMAMOTO, 2012). O assistente social deve se empoderar como profissional para que seja possível construir estratégias para que seus usuários, a classe trabalhadora, se emancipe e busque uma nova sociabilidade livre das relações de opressão e exploração.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Educação; Serviço Social.



AUTOEXTERMÍNIO NA POPULAÇÃO IDOSA

SILVA, AC

VIEIRA, MG

E-mail: : anaclaudiaol2018@gmail.com

Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM

Resumo

Introdução: No Brasil, uma das expressões da questão social é o autoextermínio da população idosa, que ao deixar de ser produtiva na lógica neoliberal perde seu valor enquanto trabalhador (a) e muitas vezes sua dignidade, devido ao isolamento social, exclusão e/ou as situações de vulnerabilidade material, entre outras, presentes em suas famílias. **Objetivo:** compreender a relação existente entre direitos humanos, a pessoa idosa, vulnerabilidades e autoextermínio. **Método:** Trata-se de uma pesquisa documental e revisão da literatura, tendo como categorias teóricas: a pessoa idosa, o trabalho; autoextermínio. **Resultados preliminares:** A Organização Mundial da Saúde (2015) estima que em 2020, 1,53 milhões de pessoas cometeram suicídio chegando a um caso a cada 20 segundos; no Brasil, ausência do trabalho dito produtivo, dependências físicas, psicológica, material, entre outras mudanças, podem causar a pessoa idosa, uma espécie de morte social e subjetiva. Esse sentimento se traduz em isolamento, angústia e dificuldades nas relações sociais. Tais perdas podem conduzir o (a) idoso (a) ao autoextermínio. que se mostra se proveniente de várias causas; não existe consenso sobre a multicausalidade do fenômeno e que falta aprofundamento sobre os fatores que realmente importam (MINAYO, CAVALCANTE, 2014). No Brasil, o sistema de proteção social para a pessoa idosa é fragilizado; as políticas de atenção para este seguimento populacional encontram-se fragmentadas e não respondem as reais demandas agravando esta expressão da questão social entre os(as) idosos(as). **Considerações finais:** O debate é relevante e faz – se necessário a elaboração de ações para o cuidado integral com a pessoa idosa, com a efetivação dos direitos sociais.

Palavras-chave: autoextermínio; exclusão social; pessoa idosa.



POLÍTICA NACIONAL DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES – PNPIC/SUS NA PROMOÇÃO DA SAÚDE.

SANTOS, M

E-mail: mdcruz40@gmail.com

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

Resumo

Introdução: As Práticas Integrativas e Complementares (PIC), foram incorporadas como política pública de saúde (PPS) através da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares – PNPIC/2006/SUS. Estas vem sendo implantadas e efetivadas nos setores de saúde básica no atendimento à população que utiliza o sistema SUS. O **objetivo** é investigar a relação entre as propostas do PNPIC e as ações de promoção da saúde, que possa favorecer a população e profissionais da saúde. A metodologia baseou-se na pesquisa bibliográfica sobre a PNPIC, as PICs e ações de promoção da saúde. **Resultados:** Contatou-se que a PICs apresentam mais de 20 procedimentos como: acupuntura, auriculoterapia, massoterapia, Reiki, Floral de Bach, etc... com eficácia comprovada para saúde física e psicológica como ação preventiva e curativa, interagindo com as ações de promoção da saúde e na melhora dos profissionais e dos usuários, caracterizadas pela interdisciplinaridade. **Considerações finais:** Estudos e dados disponíveis ainda são escassos e insuficientes tanto sobre as ações de promoção da saúde, quanto sobre as PICs. Ambas buscam alternativas/possibilidades de fomentar no sujeito buscas assertivas e os capacita aos cuidados com sua própria saúde para tomada de decisões autônomas, mudanças de hábitos e de estilo de vida e condições gerais, promovendo e garantindo a prevenção de agravos, a promoção e a recuperação da saúde.

Palavras-chave: Práticas Integrativas e Complementares; Política de Saúde; Promoção da saúde; Política Social.



AS LIMITAÇÕES QUE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS IMPÕEM E O ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO SERVIÇO SOCIAL.

SILVA, MK

E-mail: marciakarnopp@hotmail.com

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

Resumo

O objetivo deste estudo é refletir sobre o estágio supervisionado no serviço social e a relação com as empresas públicas e privadas. A organização deste material se deu mediante uma pesquisa documental. Durante o estágio supervisionado o acadêmico (a) irá se apropriar da realidade social, das demandas, dos meios interventivos que são propostos pela teoria crítica, e passam a compreender que a prática profissional está sujeita a limitações atribuídas pelas instituições pública/privada em que se realiza o estágio, são limitações ligadas as ações profissionais que engessa aplicação do método de Marx. Segundo IAMAMOTO e CARVALHO (2009), a inserção do Serviço Social deve ser apreendida dentro dos reais limites em que se encontra circunscrita à prática profissional, e não como um mecanismo dos setores que o legitima como estratégia do controle social e difusão da ideologia dominante. Neste momento destaca-se a importância da supervisão acadêmica para se compreender a profissão quando está vinculada a interesses do capitalismo. O décimo princípio do Código de Ética, prevê: “Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”. Nesse sentido, considerando o projeto ético político da profissão, e as diretrizes curriculares da ABEPSS, compreendemos que somente com a união da teoria e da prática é que o acadêmico constrói ações estratégias criativas para superar tais limitações, nas palavras de lamamoto (2009, p. 40) as ações são “re-elaboradas na óptica dos empregadores no embate com os interesses dos usuários dos serviços profissionais”.

Palavras-chave: formação profissional; estágio profissional.



O SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

CÔRTE, KAMF

AGUIAR, HA

BARBOSA, AD

Email: kacorte@gmail.com

Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM

Resumo

O presente resumo traz uma discussão acerca das Políticas Sociais voltadas à educação e a atuação do assistente social nesta demanda, uma vez que o espaço do Serviço Social no cenário educacional ainda é pouco reconhecido, não obstante conquistado de modo gradativo. A trajetória histórica do desenvolvimento econômico e social brasileiro acentua as consequências da heterogeneidade educacional no país, concebe-se assim a educação como uma demanda emergente na atuação do profissional em Serviço Social, uma vez que esta configura-se como direito, e sua efetivação as transformam em instrumento de redução das desigualdades. Desta forma, busca-se investigar a presença do profissional em Serviço Social na elaboração e consolidação de políticas educacionais, como propositor e idealizador de delineamentos e debates que visem mudanças projetadas para o futuro. Para tal compõem-se em pesquisa de cunho exploratório e bibliográfica, ao qual se baseou no estudo de Políticas Sociais no Brasil, procurando conhecer suas configurações no âmbito educacional, bem como estratégias para expandir o espaço ocupacional do Assistente Social na educação, garantindo legitimação e reconhecimento do Serviço Social na consolidação destas políticas.



GESTÃO E SERVIÇO SOCIAL

SOUZA, MC

PEREIRA, EB

SILVA, JMA

FERREIRA, SMSF

PEREIRA, POG

E-mail: maracr12@hotmail.com

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

Resumo

Mediante o calor das manifestações da classe trabalhadora, a classe dominante se viu acuada, pois, todos seus interesses estavam à beira de um colapso. Foi a partir daí que a classe dominante se une ao Estado com intuito de conter a classe trabalhadora e manter a harmonia social, e consequentemente podiam manter vivos seus interesses e a exploração da força de trabalho. Neste período a igreja católica se coloca à disposição para formar moças de famílias tradicionais com a finalidade de exercer ações sociais, criou-se então, o Curso Intensivo de formação Social para moças. Diante das metamorfoses do trabalho surgem novas estratégias de controle e os trabalhadores se veem desnorteados pelas novidades da tecnologia e pelo capitalismo que por ora impõe suas regras, gerando assim conflitos entre as classes. A desigualdade social cresceu, e faz-se necessário a expansão dos trabalhos sociais, e é neste cenário que a administração colaborará com o serviço social, com o intuito de romper com o processo de planejamento vertical e tecnicista. Portanto, podemos dizer que estando as políticas sociais com seu olhar voltado para garantir direitos, não podemos nos esquecer e ficar à mercê da atual conjuntura que estamos vivenciando; não obstante, e um verdadeiro recuo do papel do estado no que diz respeito ao social.

Palavras-chave: Serviço social, política social e administração.



ADOÇÃO INTER-RACIAL E O TRABALHO DOS GRUPOS DE APOIO À ADOÇÃO

SANTOS, J.

E-mail: josielysacra@hotmail.com

Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo refletir sobre a adoção inter-racial, buscando compreender os principais caminhos dessa medida de proteção aos direitos da criança e do adolescente, especialmente a partir da ação de um sujeito coletivo específico: os grupos de apoio a adoção. A reflexão apresentada se realizou a partir de pesquisa bibliográfica e documental, procurando entender historicamente a medida de adoção, bem como os principais aspectos da desigualdade racial no Brasil e como essa desigualdade influencia no que diz respeito a adoção, para a partir daí, considerando a proposta de trabalho dos grupos de apoio a adoção entender como esses poderiam contribuir com a adoção inter-racial. Para construir essas reflexões utilizou-se livros e artigos científicos, pesquisa em sites e páginas na mídia desses grupos bem como a experiência de participação da autora em alguns encontros de um grupo de apoio a adoção. Espera-se a partir desse trabalho trazer contribuições iniciais ao debate acerca de adoção inter-racial, tendo em vista que ainda são poucas as literaturas produzidas acerca dessa temática, bem como com o enfoque nos grupos de adoção, que constituem-se uma nova forma de organização na contemporaneidade.

Palavras-chave: Adoção; Adoção inter-racial; Família; Preconceito.



DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL E A LITERACIA PARA A SAÚDE ENQUANTO ESTRATÉGIA PARA A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS

ARDENGHI, IC

FARINELLI, MR

E-mail: isadora_ardenghi@hotmail.com

Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM

Resumo

Introdução: A pesquisa possui como objeto de estudo a dimensão socioeducativa do Serviço Social tendo a Literacia para a Saúde (LS) como estratégia de emancipação. A análise deste assunto passa pelo questionamento de como e se estão relacionados a dimensão socioeducativa do Serviço Social com LS no âmbito da Promoção da Saúde e se a LS seria uma estratégia profissional para contribuir para a autonomia da pessoa em relação a sua Saúde. A autonomia e a emancipação terão como base Paulo Freire, que coloca ações para uma transformação social e o estabelecimento de relações horizontais entre educador e educando como forma de emancipação do ser social. Assim, a dimensão socioeducativa do Serviço Social pode utilizar a LS enquanto estratégia de emancipação. A pesquisa se enquadra no campo de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas. **Objetivo:** estudar a relação dessas duas categorias teóricas, ou seja, Dimensão socioeducativa e a LS e a relação com o processo de emancipação dos sujeitos e o (re) conhecimento de seus direitos. **Método:** A pesquisa será qualitativa, bibliográfica e documental com estudo exploratório. **Resultados:** Os resultados obtidos são parciais e apontam que há relação entre a Dimensão Socioeducativa do Serviço Social e a LS. **Considerações Finais:** É primordial estudar o tema para adquirir maior conhecimento sobre LS; Dimensão Socioeducativa do Serviço Social; e, sobre emancipação entendendo que todos devem estar ligados a educação transformadora e emancipadora no que tange a Promoção da Saúde, seguindo os princípios do SUS para que os profissionais mantenham a integralidade de suas ações.

Palavras-chave: Dimensão Socioeducativa; Serviço Social; Literacia para a Saúde.



A GESTÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

FERNANDES, AS

MAGALHAES, ACP

COSTA, FMD

SILVA, IEG

SANTOS, KR

MORAIS, PM

E-mail: adsf.fernandes@hotmail.com

Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM

Resumo

Introdução: O serviço social é uma profissão de nível superior regulamentada que capacita o assistente social no trabalho com políticas públicas em virtude das expressões da questão social. O assistente social como gestor dessas políticas deve ter uma perspectiva democrática e emancipatória. **Objetivo:** Compreender a importância da gestão no trabalho do assistente social na busca da expansão e aprofundamento democrático destinado a emancipação do sujeito. **Método:** trata-se de pesquisa bibliográfica sobre a gestão no trabalho profissional do assistente social. **Resultados:** A pesquisa demonstrou que a gestão é a utilização racional de recursos para a realização de fins determinados. É a finalidade que orienta a escolha e a utilização dos recursos a serem manipulados pelo gestor, que deve buscar sempre a economia desses recursos para atingir a finalidade definida em seu plano de ação. Do ponto de vista da gestão, existem possibilidades diferentes de orientações finalísticas, podendo ser orientadas para a manutenção da dinâmica de exploração e dominação ou voltada para a liberdade, com a supressão dos mecanismos de exploração e dominação. **Considerações finais:** A administração/gestão de organizações, serviços, programas e projetos sociais realizadas por assistentes sociais, deve estar em consonância com o projeto ético político da profissão e, portanto, as suas ações devem estar orientadas para a ampliação e o aprofundamento de direitos na perspectiva de construção de uma nova ordem societária fundada na liberdade e na igualdade, embora esse trabalho apresente muitos desafios tendo em vista a natureza contraditória das políticas sociais.

Palavras-chave: Serviço Social; Gestão; Trabalho Profissional.



SERVIÇO SOCIAL NA CENA CONTEMPORÂNEA E A IMPORTÂNCIA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL NESTE CONTEXTO.

MARTINS, HT

E-mail: martinshg@hotmail.com

Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM

Resumo

Introdução: O Serviço Social possui uma autonomia relativa dentro do sistema capitalista, cabendo ao assistente social o desafio de utilizar-se da instrumentalidade para dar respostas às demandas decorrentes das expressões da questão social para a classe trabalhadora, em compromisso com o projeto ético-político da profissão. **Objetivo:** Pesquisar sobre o perfil profissional do assistente social na contemporaneidade e o compromisso com o projeto ético-político do Serviço Social de acordo com suas qualificações e atribuições profissionais, buscando sempre a autonomia da profissão. **Método:** Revisão de literatura com análise crítica acerca do perfil dos assistentes sociais e de sua compreensão sobre o projeto ético-político do Serviço Social. **Resultados:** O profissional do Serviço Social por compor a classe trabalhadora fica preso as normais institucionais, tendo que se articular para criar estratégias para intervenção, se fortalecendo com o conhecimento científico. **Considerações:** Os profissionais do Serviço Social fundamentados em conhecimentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, são capazes de compreender a realidade onde intervêm, bem como os processos geradores da Questão Social e de suas diferentes expressões, travando o embate a que se propõe: o de construir uma sociabilidade mais justa, mais igualitária, onde direitos sociais sejam priorizados.

Palavras-chave: Serviço Social. Atuação Profissional. Projeto Ético-Político.



APRIMORAMENTO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

OLIVEIRA, BVM

BARNABÉ, GL

SCARABEL, GS

E-mail: vivianemenezes6@hotmail.com

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

Resumo

Introdução: O programa de aprimoramento profissional da FAMERP é caracterizado como pós-graduação lato sensu, direcionada para profissionais que atuam na área da saúde, voltado para atendimento à comunidade. Nesse relato, será abordado como se dá a experiência profissional do Assistente Social no Complexo FUNFARME no município de São José do Rio Preto – SP. **Objetivo:** Segundo regimento, o programa tem como objetivo o desenvolvimento de conhecimentos no campo das ciências da saúde e habilidades profissionais através de processos de ensino, pesquisa e extensão atendendo as demandas sociais e ao mercado de trabalho. **Método:** Possui durabilidade de um ano, sendo um total de 80% de carga horária de trabalho e 20% teórica distribuídas em aulas, plantões supervisionados e realização de pesquisa de campo apresentada em formato de artigo como conclusão de curso. Resultados: o programa cumpre parcialmente o que é proposto. Durante a vivência profissional podemos observar a fragilidade do processo de formação continuada e ausência de supervisão que esteja em consonância com o que é preconizado pelo Serviço Social. **Considerações finais:** A saúde é um dos maiores espaços sócio ocupacionais do/a Assistente Social, esta experiência contribui para aproximação crítica e cotidiana com a realidade social e reflexões sobre as estratégias para o enfrentamento da atual conjuntura, entretanto, é vivenciado um contexto de diversos desafios para a concretização deste processo de formação, uma vez que o programa se insere na lógica de precarização do trabalho e dos rebatimentos do conservadorismo presente no âmbito do Serviço Social.

Palavras-chave: Formação continuada; Serviço Social; Saúde.



A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL E GEOPROCESSAMENTO

EVANGELISTA, GRN

FERREIRA, RV

ARAGÃO, AS

FORMAJI, LC

RODOVALHO, GC

E-mail: gabrielramos@outlook.com.br

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

Resumo

Introdução: Com a Constituição Federal, de 1988 assistimos à emergência dos Direitos Constitucionais, destes os Sociais e que estimularam a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Contudo, ante a histórica vulnerabilidade mantêm-se lógicas excludentes a esses direitos. Essa constatação feita pelo geoprocessamento e por técnicas de análise geoespacial contribui na formulação de políticas públicas e identificação da violação de direitos, como também, estratégias para o seu enfrentamento. **Objetivo:** Analisar a distribuição da violação de direitos e os tipos de violência na cidade de Uberaba, MG aliado aos encaminhamentos feitos pelo Sistema de Garantia de Direitos da Criança ao Adolescentes ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). **Método:** Pesquisa documental no acervo do Centro, entre os anos de 2016 a 2018; tabulação dos dados no Excel® e o e geoprocessamento das informações residenciais. Exposição dos resultados na forma de mapas gráficos para ilustrar os territórios e a violação dos direitos aliada à rede de proteção, destas, as unidades da Proteção Social Básica – os CRAS. **Resultados Esperados:** Demonstra-se uma forte relação entre territórios vulnerados e violação de direitos. A violência tem-se mostrado plural, destaque para abandono escolar. Os mapas têm evidenciado o crescimento urbano e demográfico, em detrimento do aumento dos equipamentos de proteção social. **Considerações Finais:** Urge avançar na análise dos dados para ampliar a compreensão da violência sob a forma de violação de direitos, como ausência de políticas públicas.

Palavras-chave: Direitos da criança e do adolescente; Políticas públicas; Geoprocessamento; Violência.



SERVIÇO SOCIAL, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: INTERFACES DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

SILVA, DD

MARTINS, RAS

E-mail: deniseuftm1@gmail.com

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

Resumo

Introdução: Os projetos de extensão são uma das possibilidades que contribui tanto para formação acadêmica aprimorando os conhecimentos, como apoio estratégico para a manutenção de bolsistas, visando a permanência dos discentes nas Universidades. Nesse sentido, o projeto Literacia para a saúde: acesso a informações sobre direitos sociais e cidadania aos usuários do Sistema Único de Saúde apresentou as condições para que os alunos possam fazer a articulação do conhecimento teórico e as experiências necessárias para fomentar o perfil profissional do futuro assistente social. **Objetivo:** Apresentar um relato de experiência de projeto de extensão, realizado na Unidade de Oncologia/Hematologia/Dona Aparecida Conceição do Pênfigo-HC/UFTM. **Métodos:** Realizou-se atividades com os usuários e suas famílias/responsáveis enquanto aguardavam atendimento, utilizando-se recursos audiovisuais, cartazes, panfletos, rodas de conversas e quiz. **Resultados:** O desenvolvimento de atividades possibilitou a criação de espaço humanizado de assistência à saúde dos usuários e de suas famílias, bem como promover ações com ênfase na educação popular em saúde visando contribuir para a universalização do acesso à saúde e a ampliação dos níveis de literacia para a saúde da população atendida. **Considerações:** As ações de sala de espera contribuem para o acesso a informações e conhecimentos acerca da política de saúde, assim como, esclarecimentos dos direitos sociais, dos serviços e recursos para o atendimento das demandas dos usuários nos serviços de saúde por meio de linguagem acessível que possibilite a ampliação dos conhecimentos e saberes tanto para a população atendida como para os profissionais da saúde e discentes.

Palavras-chave: Serviço Social, Projetos de Extensão, sala de espera.



PROMOÇÃO DA SAÚDE E SERVIÇO SOCIAL: QUESTÕES PARA O DEBATE

SILVA, DD

MARTINS, RAS

E-mail: deniseuftm1@gmail.com

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

Resumo

Introdução: A promoção da saúde é um tema de destaque na Organização Mundial de Saúde e em todo mundo, sendo referência para debates e políticas comprometidas com melhores condições de saúde e qualidade de vida. A promoção da saúde é uma estratégia para a efetivação dos direitos sociais das pessoas, não se limitando apenas à área da saúde. Por sua vez, a política de saúde é um espaço sócio-ocupacional importante para o Serviço Social na luta pela efetivação dos direitos sociais. **Objetivo:** Identificar as produções teóricas da profissão acerca da promoção de saúde e Serviço Social. **Métodos:** Pesquisa bibliográfica em base de dados - Scielo, Biblioteca Virtual da Saúde e Google Acadêmico, publicadas em português com palavras-chave: promoção da saúde, serviço social, assistente social no período de 10 anos. **Resultados:** A pesquisa está em desenvolvimento, tendo sido realizados levantamento bibliográfico, leituras e produção de conhecimentos teóricos. Identificou-se produções relevantes sobre o objeto de pesquisa proposto. **Considerações finais:** Até o início dos anos 2000 a área de saúde era o maior espaço sócio-ocupacional para os assistentes sociais tanto na área curativa como na prevenção de doenças e em menor número a inserção de profissionais na área de promoção da saúde. Identificar a produção teórica articulando promoção da saúde e serviço social possibilita analisar de que forma os assistentes sociais tem se apropriado das discussões e debates desta temática na atualidade.

Palavras-chave: Serviço Social; Promoção da saúde; Espaço socio ocupacional.



CÓDIGO DE ÉTICA DE 1947 SOB O OLHAR CONTEMPORÂNEO.

SANTOS, M.

E-mail: mdcruz40@gmail.com

Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM

Resumo

O processo histórico de construção da profissão do Assistente Social no Brasil, sofreu influências socio-política-econômicas, onde o sujeito enquanto objeto de estudo/atuação vivenciavam as expressões da questão social, presentes no processo de implantação/e consolidação do capitalismo. Devido ao vínculo direto da Igreja em sua gênese, o primeiro código de ética profissional, permeia as ideias conservadoras e doutrinárias. O objetivo deste foi identificar quais foram os aspectos tomista e neotomista que influenciaram e estão presentes no texto do Código de Ética de 1947. metodologia baseou-se na pesquisa bibliográfica mais precisamente no código de ética de 1947 e em artigos científicos publicados no mesmo tema. O Código e ética 1947, apresenta uma perspectiva de compromisso à Doutrina Social da Igreja Católica, pautada na metafísica tomista e na existência de Deus. O fundamento da liberdade era a síntese entre autoridade e ordem, o dever significava a preservação da liberdade. A moral representa valores legitimados pela tradição e pelos costumes como corretos, justos e bons, onde as virtudes como: caridade, justiça social, bondade e temperança, busca alcançar o bem comum, nas ações aos “desajustados” da sociedade, tratando a pobreza como marginalização. O “dever” se fez presente em todos os itens do código, ou seja, o patriarcado manifestado em Leis. O conteúdo que subsidiou este estudo é extremamente rico no sentido do volume de material disponível, mas, considera-se que o código de ética de 1947, no olhar de hoje, materializou totalmente o conservadorismo e o patriarcado.

Palavras-chave: Código de ética; Serviço Social; Ética profissional; Assistente social, Conservadorismo.



O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL EM UMA RESIDÊNCIA INCLUSIVA E A GESTÃO DEMOCRÁTICA

DANCONI, J

ALMEIDA, LG

BATISTA, ALP

EVANGELISTA, GRN

E-mail: jdanconi@gmail.com

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

Resumo

A residência inclusiva é normatizada pela Lei Orgânica da Assistência Social (1993), sendo tipificada como um serviço de proteção social especial de alta complexidade, abarcando o acolhimento institucional de pessoas adultos com deficiência (Tipificação Nacional dos Serviços Sociassistenciais, 2014). O presente trabalho tem por finalidade apresentar um relato de experiência de estágio em uma residência inclusiva da cidade de Uberaba, evidenciando o processo de gestão na instituição e seus rebatimentos no exercício profissional do Serviço Social. Em um primeiro momento foi realizada uma pesquisa documental e bibliográfica acerca do tema proposto, em seguida, por meio de uma abordagem materialista histórico dialética, foram realizadas reflexões sobre o objeto de estudo. A efetivação do Projeto Ético Político Profissional e dos direitos sociais dos usuários acolhidos na residência inclusiva em questão acabam não sendo eficazes por conta de uma gestão que não possibilita o uso dos recursos da instituição para a promoção da emancipação humana e do acesso aos direitos sociais. A democracia, como condição-social, é fundamental para a participação dos acolhidos da residência inclusiva e das suas famílias nos processos de tomada de decisões que influenciam diretamente a vida cotidiana dos usuários. É necessária uma gestão que tenha como finalidade, no trabalho multiprofissional, a efetivação do acesso aos direitos.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado; Gestão Democrática; Serviço Social.



UMA ANÁLISE DO CÓDIGO DE ÉTICA DE 1947

CASTRO, NA

SOARES, DG

FURTADO, CHS

GARCIA, AFS

ARAUJO, SGM

E-mail: nacastro1999@hotmail.com

Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM

Resumo

A finalidade da profissão era formar profissionais mediadores da relação entre o Estado e a classe trabalhadora, que atendessem as demandas postas, orientados pela moral na manutenção da ordem e contribuíssem para a hegemonia burguesa, bem como, a disseminação dos valores conservadores. À luz disso, através de pesquisas bibliográficas o presente resumo visa realizar uma análise do primeiro Código de Ética Profissional do Serviço Social datado de 1947, considerado muito importante para a categoria profissional, pois foi a primeira síntese norteadora da profissão, no entanto, também atribuiu caráter conservador ao Serviço Social, o que dificultou a superação do mesmo. Assim, a análise será realizada partindo do contexto sócio-histórico, adentrando as características que constituíam a profissão neste período, sendo o neotomismo, o positivismo e o conservadorismo.

Palavras-chave: Código de Ética; Conservadorismo; Serviço Social; Profissão.



TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA SAÚDE PÚBLICA: IMPASSES PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO DE UBERABA/MG

LIMA, ED

FARINELI, MR

E-mail: edilainelima404@gmail.com

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

Resumo

O estudo em desenvolvimento aborda o processo de trabalho em saúde na contemporaneidade, refletindo o impacto das transformações do mundo do trabalho, que impõe precarização das condições de vida e trabalho da população, elevando a demanda por acesso aos cuidados com a saúde. O objetivo é compreender se o exercício profissional do assistente social na saúde pública atende às necessidades da população. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo (entrevista semiestruturadas) com abordagem qualitativa e com materialismo histórico e dialético. O universo da pesquisa será o atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) de Uberaba/MG, tendo como amostra o Hospital das Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), enquanto os participantes da pesquisa serão assistentes sociais. Na fase exploratória serão realizados fichamentos do referencial teórico. Para organização de dados utilizará análise de conteúdo temática, categorias explicativas e analíticas. A interpretação dos dados adotará o materialismo histórico e dialético. Os resultados parciais baseados no referencial teórico indicam que o trabalho profissional do assistente social na saúde pública enfrenta desafios em decorrência da ofensiva neoliberal que impõe contrarreformas, mas tais impasses não impedem o desenvolvimento de trabalho comprometido que crie estratégias para atendimento das necessidades da população. A conclusão parcial demonstra que se o trabalho profissional do assistente social no SUS estiver orientado por documentos profissionais discutidos e produzidos pela categoria e expressados pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em consonância com Projeto Ético Político Profissional, conseguirá superar limites para defesa dos direitos da classe trabalhadora.

Palavras-Chave: Serviço Social; Exercício profissional; Política de Saúde; Direitos sociais.



O III CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS: MARCO HISTÓRICO PARA O SERVIÇO SOCIAL

ARRAIS, E.

E-mail: elietearrais45@gmail.com

Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM

Resumo

O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em 1979, conhecido como o “Congresso da Virada” foi organizado com o patrocínio e apoio do regime militar. A finalidade do evento foi manter a mesma estrutura conservadora burguesa dos outros congressos realizados anteriormente. Porém, o mesmo foi tomado por um grupo de assistentes sociais articulados na organização e na reativação das entidades sindicais. Este momento “demarcou um salto político da categoria dos assistentes sociais” (ERUNDINA, 2019, online). O objetivo deste trabalho é trazer ao leitor (a) relevância histórica do Congresso da Virada para o Serviço Social. Método: abordagem qualitativa e pesquisa bibliográfica e exploratória. O que diferenciou o referido Congresso foi o contexto histórico da época, que vivia uma tensão devido ao regime militar, contudo os (as) Assistentes Sociais se organizaram em movimentos, por meio de sindicatos e associações, na defesa dos direitos humanos; ruptura do olhar do(a) profissional - conservador burguês, para o olhar do ângulo do projeto ético político. O Serviço Social é marcado por grandes transformações: começou a se compor de classes populares, com compromissos e militância política; a formação e a atuação profissional passam a ser repensadas, com rebatimentos nas conquistas profissionais e no próprio currículo (ERUNDINA, 2019, online) Não podemos deixar de observar que, os Congressos e outras formas de organização coletiva como os movimentos sociais são relevantes para conquistas significantes no processo de luta e resistência principalmente no âmbito das políticas sociais para a sociedade.

Palavras-chave: Congresso da Virada; Assistente Social; Serviço Social.



GESTÃO E SERVIÇO SOCIAL

OLIVEIRA, DRC

SOARES, KM

E-mail: karla.martins.soares@hotmail.com

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

Resumo

O Serviço Social surge no Brasil na década de 1930, por iniciativa da Igreja Católica, com viés filantrópico e caritativo, tendo como característica uma ação assistencial e doutrinadora. A “ajuda” se dava de duas formas: material, para sua subsistência; e assistencial, com caráter corretivo e de ajustamento, com o fito de prevenção das mazelas sociais. De lá para cá, a profissão se renovou, principalmente após o Movimento de Reconceituação, passando por desdobramentos na busca da consolidação de uma prática profissional que obtenha a clareza dos direitos sociais. Sendo assim, o profissional da atualidade, se depara com diversas questões, inclusive às de administrar, mas não levando em conta somente à maximização de resultados e a realização de fins determinados, mas como alteração societária e emancipatória, logo, é deveras importante para a profissão. Tendo em vista que a administração “é a utilização racional de recursos para a realização de fins determinados”, através dela o profissional executará a gestão das políticas sociais, que visa atender às demandas dos usuários e dar respostas a elas. Assim, embora o Estado não esteja voltado para o bem comum, apenas viabilize alguns poucos interesses da classe trabalhadora, obviamente sem comprometer a reprodução do sistema; é somente por meio da construção de estratégias entre profissionais e usuários, que se alcançarão mudanças para além do trabalho previamente determinado, sendo a gestão dessas políticas, a implantação de programas sociais e as demandas do coletivo, uma forma de resposta às necessidades da classe trabalhadora já tão explorada e expropriada pelo capital.

Palavras-chave: Serviço Social; Gestão; Políticas Pública.



DESMONTE DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS E AMEAÇAS AO PROJETO DE FORMAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

OLIVEIRA, AFPCG

CAPUTI, L

E-mail: annaflavia.cunha@hotmail.com

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

Resumo

Introdução: Trata-se de estudos para fins de trabalho de conclusão de curso. O ultraconservadorismo e ofensiva neoliberal presente na concepção de mundo do atual governo federal, aponta descaminhos para as universidades públicas. **Objetivo:** Analisar as ameaças ao projeto de formação profissional em Serviço Social frente a destruição da educação superior. **Método:** Realizamos estudos bibliográficos e documentais com base no materialismo histórico dialético, pelo qual analisamos/analisaremos o tema através de produções da categoria publicadas no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social/ENPESS (2018) e Congresso Brasileiro de Assistente Social/CBAS (2019). **Resultados Parciais:** As pesquisas têm explicitado preocupações frente o acirramento da lógica de mercado para todo tecido educacional, ampliando a privatização, terceirização e parcerias público-privado. Vive-se o desmonte do tripé ensino-pesquisa-extensão. **Conclusão:** O Projeto Ético-Político do Serviço Social aponta uma educação emancipatória, para além do mercado, mas centrada na formação para a vida social. Vislumbra outra sociabilidade – livre de preconceitos, injustiças, autoritarismos, pobreza, xenofobia, enfim de desigualdade social. Vivemos, atualmente, contradições radicais a perspectiva defendida, hegemonicamente, pelo Serviço Social contemporâneo.

Palavras-chave: Educação Superior. Serviço Social. Formação Profissional.



ESTRATÉGIAS PARA PROMOVER SAÚDE: A COMUNICAÇÃO EM SAÚDE E A LITERACIA PARA A SAÚDE

NAKAMURA, B

MARTINS, RAS

E-mail: biancank@hotmail.com

Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM

Resumo

Introdução: Promover saúde é avançar na estruturação de políticas, ações e serviços visando a ampliação dos níveis de literacia para a saúde dos profissionais de saúde e dos usuários dos serviços. Dessa forma a realização do Curso comunicação em saúde e literacia para a saúde promoveu debates sobre comunicação em saúde, literacia para a saúde, cultura e promoção da saúde como ferramentas essenciais para ampliar o acesso a conhecimentos na área da saúde. **Objetivo:** promover espaço de debates, reflexões e troca de experiências acerca da promoção da saúde articulada à comunicação em saúde e literacia para a saúde. **Metodologia:** realização de atividades com rodas de conversas e oficinas sobre a temática. **Resultados:** O curso ocorreu de 29 de julho a 02 de agosto, com carga horária de 30 horas. Na abertura houve a participação de 64 pessoas e nos demais dias uma média de 45 participantes, oriundos das áreas de Serviço Social, Educação, Engenharia, Medicina Veterinária, Economia, Psicologia, Enfermagem, Nutrição, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Medicina. O curso foi organizado em 5 módulos: literacia para a saúde e comunicação em saúde; determinações sociais e determinantes sociais em saúde; cultura, educação, relações sociais e a promoção da saúde; Promoção da saúde e participação social. **Considerações finais:** O Curso proporcionou a compreensão das categorias teóricas promoção da saúde, comunicação em saúde e literacia para a saúde na perspectiva de construir coletivamente estratégias para promover saúde no cotidiano, bem como o desenvolvimento de habilidades e competências para ampliar os níveis de literacia para a saúde.

Palavras-chave: promoção da saúde, literacia para a saúde, comunicação em saúde.



A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA

RESENDE, BC

GUIMARÃES, B

E-mail: bcresende@live.com

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

Resumo

A colaboração do assistente social nos espaços culturais e na política de cultura não é uma novidade, entretanto as produções nessas áreas são bastante descontínuas. Na tentativa de suprir essa carência, esse trabalho tem como objetivo compreender como pode se dar a atuação do profissional dentro das políticas públicas de cultura. A pesquisa se desenvolveu através da análise, principalmente, da cronologia da ideia de cultura e ações do Estado, desde a chegada da corte portuguesa até os governos iniciais do século XXI, e todas as críticas aos pensamentos elitistas relacionados a cultura, seu desenvolvimento e consumo, reconhecendo os grandes marcos que vieram a transformar o contexto social. Os estudos contribuíram para a clara definição de cultura, políticas públicas e a intersecção desses conceitos, possibilitando inferências a respeito da atuação do Estado. No Brasil, as demandas de políticas públicas não apenas são de importância fundamental, como também vão além de simplesmente fomentar e manter uma apresentação a preço popular ou uma exposição gratuita. Ver o assistente social atuando como mediador, ao dar a oportunidade às classes mais baixas de acesso a esse tipo de direito e todos os seus reflexos no cotidiano e na conjuntura social daquele seio familiar. Os artigos analisados apresentam traços comum: a história das políticas culturais e todas as interferências que nela ocorre com as mudanças de governo, independentemente de serem medidas ligadas ao Estado. Isso evidencia o quanto é uma área extremamente frágil e expõe um grande desafio, a consistência de seus programas e investimentos.

Palavras-chave: Políticas públicas, cultura, assistente social.



ADOCIMENTO NO TRABALHO

GARCIA, AFS

FURTADO, CHS

SILVA, CF

SOARES, DG

ARAÚJO, SGM

E-mail: cledjavv@gmail.com

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

Resumo

O trabalho é capacidade humano genérica de transformar a natureza, assim, segundo Marx, através do trabalho o homem transforma a natureza para suprir e satisfazer as suas necessidades (alimentação, habitação, proteção, et.), ao satisfazer determinadas necessidades criasse outras, em um processo de transformação e criação permanente. O trabalho, portanto, é um processo histórico que se altera no decorrer dos contextos sócio-históricos, transformando o modo de organização das sociedades e seu funcionamento. Sobre esse viés, pode-se afirmar que o trabalho é a fonte da riqueza social, no entanto, na sociedade do modo de produção capitalista há a desigualdade, que gera o antagonismo de classes entre burguesia (detentora dos meios de produção) e o proletariado (força de trabalho como mercadoria). Exposto o panorama sobre a esfera do trabalho na vida social, indaga-se “O trabalho no modo de produção capitalista adocece as pessoas”? O presente estudo busca responder este questionamento, a luz de pesquisas bibliográfica sobre a temática do adoecimento psicológico no trabalho. Este estudo se faz necessário, na sociedade contemporânea o número de pessoas com doenças psicológicas vem aumentando e a disseminação do conhecimento sobre a relação entre trabalho e adoecimento mental é importante, visto que, este assunto ainda é banalizado e visto com preconceito na sociedade brasileira, pois de acordo com a organização mundial de saúde a depressão será a maior causa de afastamento do emprego no mundo até 2020, assim como a angustia, ansiedade, inquietação, medo de perder o emprego, são as mais comuns causas de sofrimento no trabalho.

Palavras-chave: adoecimento; trabalho; produção capitalista.



ARTIGOS



O SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO SOCIOJURÍDICO: APONTAMENTOS SOBRE A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO.

GONÇALVES, CG

E-mail: carolinegoncalves5@hotmail.com

Defesa Social de Uberaba, Secretaria de Estado de Minas Gerais

Resumo

Este artigo tem por finalidade compreender a atuação do assistente social que trabalha em equipes multiprofissionais em Centros Socioeducativos do Estado de Minas Gerais, delimitando suas atribuições específicas. Para alcançar o objetivo proposto será analisado o pertencimento da profissão no campo Sociojurídico e uma discussão acerca do trabalho do Assistente Social neste espaço sócio-ocupacional. A discussão exposta considera o campo teórico-metodológico, ético-político e técnico-operacional da ação profissional com objetivo de reconhecer as atribuições específicas do profissional e seu pertencimento a esta área.

Palavras-chave: Assistente Social; Medida Socioeducativa de Internação; Campo Sociojurídico.

Introdução

O Serviço Social se delimitou como profissão inscrita na divisão social do trabalho na década de 1930, relacionando-se ao contexto das grandes mobilizações da classe operária ocorridas nas primeiras décadas do século XX. (IAMAMOTO, 2011)

Através de diversas lutas, perdas e conquistas, a profissão apresentou muitos avanços com o passar dos anos, modificando-se através de diferentes contextos sociais, políticos e econômicos. Na atualidade, propõe-se ao profissional ser um trabalhador qualificado e propositivo, capaz de decifrar a realidade, construir propostas de trabalho criativas e preservar e efetivar direitos.

Um dos espaços sócio-ocupacionais de atuação do assistente social são os Centros Socioeducativos para cumprimento de medida socioeducativa de internação. Estes são norteados primordialmente pelas seguintes legislações: Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA lei federal nº 8.069 de 1990, pelo Sistema Nacional de Atendimento



Socioeducativo, SINASE lei federal nº 12.594 de 2012, e, especificamente no Estado de Minas Gerais, o Regimento Único dos Centros Socioeducativos do Estado de Minas Gerais de 2016.

Neste espaço o profissional assistente social atua em equipe multiprofissional e possui atribuições comuns e específicas. Para alcançar os objetivos propostos pela medida de internação, o assistente social trabalha diretamente com os adolescentes internos e, também, com as famílias destes socioeducandos e a rede socioassistencial percorrida por eles (adolescentes e suas famílias).

A discussão acerca da denominação do campo sociojurídico é recente, contudo, o trabalho frente as medidas socioeducativas pertencem a ele e constituiu mais um espaço de importante atuação para os assistentes sociais.

O termo sociojurídico é novo na história do serviço social brasileiro. Ele surge, a partir da iniciativa da Editora Cortez de publicar uma edição da revista Serviço Social & Sociedade nº67 ano de 2001, através da publicação de artigos que versassem sobre a inserção profissional no Poder Judiciário e o sistema penitenciário. (BORGIANNI, 2004)

Em 2001 no 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), no Rio de Janeiro, que esse campo começa a ser incorporado nas suas seções temáticas. Em 2004 é incorporado a denominação “campo das práticas sociojurídicas”. O Serviço Social no sociojurídico compreende, além do Judiciário, a Defensoria Pública, o Ministério Público, os sistemas prisional e de segurança, as organizações que executam medidas socioeducativas com adolescentes, dentre outros. Onde utiliza-se de determinações judiciais impostas para determinação das atuações. (CFESS, 2014)

O campo sociojurídico apresenta uma perspectiva singular para a atuação profissional, “[...] que percebe o direito como um complexo carregado de contradições. Possibilita, então, a ação em busca de novos sentidos para as relações sociais, na direção da realidade emancipatória e diferente da pura reprodução da ordem estabelecida.” (CFESS, 2014, p. 18)

A denominação é recente, contudo, a prática é antiga, sendo que um dos primeiros campos de trabalho de assistentes sociais na esfera pública foi o Juízo de Menores do Rio de Janeiro, na década de 1930, onde diante do agravamento dos problemas relacionados à



infância pobre, delinquente e abandonada, o serviço social foi incorporado a essa instituição como mais uma das estratégias de tentar manter o controle do Estado. (CFESS, 2014)

Sobre as medidas socioeducativas presentes neste vasto campo de atuação podemos observar que através da promulgação da Constituição Federal, começou-se a reconhecer os direitos fundamentais dos cidadãos e o papel da família foi evidenciado e em parceria com a sociedade e o Estado, tornou-se grande responsável pela proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes. Sugerindo inclusive que as crianças e adolescentes sejam reconhecidos como sujeitos de direitos, o que é reafirmado em 1990, com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). (FONSECA, 2014)

A denominação de menores em situação irregular, passíveis de caridade e portadores de patologias é extinguida após a promulgação do Estatuto e os adolescentes infratores passam a cumprir Medidas Socioeducativas e possuem uma nova orientação e condição jurídica, distante daquela dos adultos. (ARRUDA; PINTO, 2013).

As medidas socioeducativas, são determinadas judicialmente e estão previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente no art. 112, são elas: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; internação em estabelecimento educacional; sendo que qualquer uma delas pode ser aplicada de maneira concomitante com as medidas de proteção previstas no artigo 101, incisos I a VI (BRASIL, 1990, art. 112).

A medida de internação especificamente é considerada a mais gravosa das medidas aplicadas judicialmente a adolescentes. É uma medida privativa de liberdade, guiada sobre aos princípios da excepcionalidade, brevidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Sua aplicação somente caberá quando se tratar de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa, por reiteração no cometimento de outras infrações graves ou por descumprimento reiterado e injustificável de medida anteriormente imposta. (SESP, 2016)

O Assistente Social que trabalha neste campo é um profissional que compõe a equipe multiprofissional e neste espaço sócio-ocupacional, o seu trabalho:



[...] se orienta pela análise da relação sócio familiar, pela intervenção nas relações sociais e em ações que visam a garantia de direitos, com o intuito de possibilitar um fortalecimento dos vínculos sociais (família, comunidade, escola etc.). Além disso, realiza intervenções e estratégias que possibilitem uma reflexão sobre a trajetória social, familiar e infracional do adolescente. [...] o assistente social tem a competência de identificar vulnerabilidades e demandas sociais, avaliar o contexto familiar e comunitário e, a partir da história de vida, definir os procedimentos metodológicos a serem adotados, na tentativa de orientar o adolescente e a família sobre a rede socioassistencial e as formas de acesso a esses serviços com autonomia. (SEDS, 2016, P. 59)

Os assistentes sociais são os profissionais que conseguem chegar o mais próximo possível da vida cotidiana dos seus usuários. Desta forma alcançam uma dimensão de realidade muito grande que nos possibilita construir e reconstruir identidades. Isso torna nossas funções muito importantes na formação das equipes multiprofissionais. (MARTINELLI, 2006)

No espaço sócio ocupacional de Centros Socioeducativos para cumprimento de medida de internação, a profissão possui grande importância e relevância, que utiliza das suas especificidades e atribuições específicas para fazer “[...] uma análise da realidade social e institucional, e intervir para melhorar as condições de vida do usuário [...] isso requer uma contínua capacitação profissional que busque aprimorar seus conhecimentos e habilidades nas suas diversas áreas de atuação” (CRESS, 2013).

Objetivo

Compreender o pertencimento da profissão Serviço Social no campo Sociojurídico, e a atuação do assistente social na medida socioeducativa de internação inserido em Centros Socioeducativos do Estado de Minas Gerais.

Método

Para alcançar o objetivo da pesquisa foi realizada uma revisão bibliográfica de pesquisadores que abordam a temática. Foram selecionados textos que possuem maior destaque perante o tema abordado, constituídos de embasamento científico e coleta de dados.



Utilizou-se na elaboração desta pesquisa, artigos, livros, legislações e documentos que foram escolhidos por afinidade com o objetivo de aprofundar o estudo e criar mais um novo olhar sobre o assunto de acordo com a delimitação do tema. Além do conhecimento adquirido através de prática de atuação há quase 05 anos.

A abordagem de base é qualitativa e os dados coletados são descritivos, pois esses foram convenientes para que se alcançasse o objetivo proposto. O método histórico dialético foi utilizado para desenvolver esta pesquisa.

A pesquisa contribuirá com profissionais que compõem as equipes multiprofissionais em Centros Socioeducativos de internação, com usuários deste serviço e para toda a população, inclusive, profissionais de áreas afins ou não, que têm interesse e curiosidade em aprofundar seus conhecimentos sobre o tema.

Resultados

A pesquisa e a prática nesta área de atuação, permitiu observar que o Campo Sociojurídico foi denominado recentemente, mas é vasto e diverso. A atuação em Centros Socioeducativos para cumprimento de medida socioeducativa de internação do Estado de Minas Gerais pertence a este campo e é um espaço sociocupacional para o Assistente Social, que possui atribuições privativas que o consolidam como importante e insubstituível na formação das equipes multiprofissionais.

Conclusão

A profissão de Serviço Social foi constituída em um contexto social, político, econômico específico e hoje possui reconhecimento mediante incontáveis anos de lutas.

Ao longo dos anos o Assistente Social se repaginou enquanto profissional e adquiriu capacidade crítica e reflexiva, conquistando seu espaço e atuação particular obtida através de sua formação.

O campo sociojurídico, mesmo sendo denominado recentemente, é considerado um vasto e antigo campo de atuação, onde os assistentes sociais continuam sua luta pela



consolidação dos direitos de seus usuários e pela emancipação dos mesmos em distintos espaços sócio-ocupacionais.

Os Centros Socioeducativos para o cumprimento de medidas socioeducativas de internação de adolescentes são considerados um espaço sócio-ocupacional pertencente a este campo. Os assistentes sociais que atuam neste espaço, no caso desta pesquisa os trabalhadores do Estado de Minas Gerais, evidenciam-se como o profissional que se aproxima da realidade de seus usuários, do seu cotidiano e através de suas atribuições específicas alcança a garantia de direitos e propõe um novo olhar sobre a realidade.

A importância deste profissional é inquestionável e o torna insubstituível, pois possui uma interpretação crítica, que compreende a problemática de cada um e trabalha considerando cada contexto histórico socialmente construído.

É necessário que a capacitação e qualificação do profissional sejam ações rotineiras, pois somente assim é possível materializar o Projeto Ético-Político do Serviço Social, romper com a visão historicamente construída da profissão e se tornar um profissional crítico e interventivo que luta diariamente com seus usuários e também pelo reconhecimento e valorização da profissão.

Referências

ARRUDA, Daniel Péricles; PINTO, Patrícia da Silva. **O trabalho do Assistente Social na medida socioeducativa de internação: Práticas e desafios**. Belo Horizonte: III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 2013. Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/O%20TRABALHO%20DO%20ASSISTENTE%20SOCIAL%20NA%20MEDIDA%20SOCIOEDUCATIVA%20DE%20INTERNA%C3%87%C3%83O.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2018.

BORGIANI, Elizabeth. **Ética e direitos humanos na sociedade e no Serviço Social**. In: CRESS/7ª Região (Org.). Em foco: O Serviço Social e o sistema sociojurídico. Rio de Janeiro: CRESS/7ª Região; PPGSS/UERJ, n. 2, 2004.

BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.*



CFESS. Atuação de assistentes sociais no sociojurídico — subsídios para reflexão. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/js/library/pdfs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CFESSsubsidijs_sociojuridico2014.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2019.

CRESS. Conselho Regional de Serviço Social. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.cressrj.org.br/site/servico-social/>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

_____. Sergipe, 2013, Disponível em: <<http://novo.cress-se.org.br/perfil-profissional-do-assistente-social.>> Acesso em: 25 fev. 2019.

FONSECA, Júlia Brito. **Código de Menores e o Estatuto da Criança e do Adolescente**. 2014. disponível em: <<https://juliabr.jusbrasil.com.br/artigos/155146196/codigo-de-menores-e-o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Reflexões sobre o Serviço Social e o projeto ético-político profissional. **Revista Emancipação**, ano 6, nº 1. Ponta Grossa: UEPG, 2006.

SEDS. Secretaria de Estado da Defesa Social. **Regimento Único dos Centros Socioeducativos do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: SEDS, 2016.

SESP. Secretaria de Estado de Segurança Pública. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <<https://seguranca.mg.gov.br/socioeducativo>>. Acesso em: 25 fev. 2019.



A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

SOUSA, BL

PALIS, PM

E- mail: bealopessousa@gmail.com

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

Resumo

Estudo exploratório e bibliográfico realizado sobre as implicações das leis atuais para inclusão social de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, analisando também quais os impasses e as possibilidades dentro da conjuntura brasileira.

Palavras-chave: inclusão social; deficientes físicos; mercado de trabalho.

Introdução

Com o desemprego, o terceiro setor, as novas reformas nas políticas trabalhistas e a competitividade, o mercado de trabalho está cada vez mais concorrido, e para que o profissional consiga garantir seu lugar, precisa estar bem qualificado e sempre atualizado. A situação, ainda é mais preocupante para as pessoas portadoras de deficiência física, que além de todos esses agravantes, ainda tem que se deparar com o preconceito. Em muitos aspectos a vida do portador de deficiência, não é diferente dos demais, possui momentos de conquistas e derrotas como qualquer outro ser humano, se diferenciam sim, em uma particularidade, são vítimas do preconceito de discriminação, principalmente no mercado de trabalho.

O portador de deficiência física, no uso de suas aptidões, que não dependam suas limitações, é tão quanto mais produtivo que qualquer outra pessoa. Disponibilizar trabalho á essas pessoas não é caridade, mas sim respeitar o princípio básico da igualdade perante a sociedade. É necessário mudar o conceito da pessoa portadora de deficiência física perante toda a sociedade, se não ressaltar suas qualidades, ao menos por acreditar que inclusão



social somente será possível pelo trabalho. E isso, não é uma prerrogativa somente dos deficientes, mas de toda a sociedade.

Objetivo

O objetivo geral desse projeto é entender os obstáculos para os deficientes no mercado de trabalho e como isso beneficia um sistema capitalista excludente.

E, como objetivos específicos:

- a) Investigar por qual motivo as legislações para a inclusão social não estão garantindo espaços de trabalho para pessoas deficientes;
- b) Verificar a partir dos referenciais teóricos possibilidades de inclusão social, para além da efetivação de legislações.

Método

Para a realização dessa pesquisa será utilizado uma pesquisa bibliográfica, com caráter exploratório, baseando-se em uma estratégia quanti-qualitativa. O caráter exploratório tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas.

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Como subsídio



utilizaremos a pesquisa qualitativa e quantitativa, a primeira responde questões particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com um universo de expressões, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. O conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia. No cerne de defesa do método quantitativo enquanto suficiente para explicarmos a realidade de uma forma mais objetiva.

Resultados Parciais

A pessoa com deficiência física é segundo o decreto federal nº 914/93, aquela pessoa que apresenta em caráter permanente, perdas ou anomalias de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que geram a incapacidade para o desempenho de atividades, dentro do padrão considerado normal ao ser humano.

Verifica a existência de uma população de mais de 24,5 milhões de brasileiros com algum tipo de deficiência. Os dados do censo mostram ainda, que os homens predominam no caso de deficiência mental, física (“especialmente no caso de falta de membro ou parte dele”) e auditiva. O resultado é compatível com o tipo de atividade desenvolvida pelos homens e mostra que os acidentes de trabalho vêm contribuindo no aumento desses índices. Já as mulheres predominam no índice de dificuldades motoras (“incapacidade de caminhar ou subir escadas”) ou visuais, o que até certo ponto é coerente porque elas dominam na composição por sexo da população e idade acima de 60 anos. Também, a soma dos números de deficientes físicos com o dos motores, mostram o total de 3,91% de pessoas com dificuldades físicas, ou seja 6,59 milhões de brasileiros. Essa é a cara do Brasil deficiente. A cada 100 brasileiros, no mínimo 14 apresentam alguma limitação física ou sensorial. Segundo RAMALHO (2005) a verdade parece estar na combinação dos dois argumentos. Os portadores de deficiência não necessitam de medidas preferenciais, mas sim de remoção das barreiras que impedem a sua inserção no mercado de trabalho, mas por não haver uma integração eficiente desses três pontos (qualificação profissional, habitação e reabilitação,



estímulos financeiros) no Brasil, uma grande parte dos portadores de deficiência são pedintes de ruas e trabalham na economia informal, como: camelôs distribuidores de propaganda nos semáforos etc., estando, via de regra, fora do mercado formal de trabalho e sem a proteção do sistema de seguridade social.

Necessariamente para alcançar o objetivo de proporcionar aos deficientes o acesso aos cargos e empregos públicos e privados, é necessário que o Estado Legislador adote medidas niveladoras, a fim de remover os obstáculos que se opõem ao livre desenvolvimento da personalidade dessas pessoas, assim como dos demais membros das classes sociais desfavorecidas.

O Brasil está muito atrasado em relação ao primeiro mundo no que se refere às políticas de emprego voltadas ao deficiente físico, apesar da legislação exigir a contratação de pessoas portadoras de deficiência, poucas empresas cumprem a norma. Ainda a muito que fazer no Brasil quanto ao assunto e a contratação de deficiente físico. Pela Legislação do Ministério do Trabalho, empresas com mais de 1 mil funcionários são obrigadas a ter pelo menos 5% de deficientes em seu quadro de funcionários. Há, inclusive, multa prevista de R\$ 5 mil para cada funcionário deficiente que as companhias deixarem de contratar. Mas, na prática, a lei é pouco aplicada. Isso porque, estimativas do executivo, menos de 2% dos deficientes físicos no país tem segundo grau completo. Dificuldades como a falta de transporte adaptado nas grandes cidades acaba interferindo na vida escolar do deficiente físico e atrapalham, posteriormente, na hora de conseguir um emprego. A partir da contratação de que as pessoas com deficiência se encontram marginalizadas no processo de reconhecimento de sua cidadania, faz-se necessário recusar a exclusão, a segregação e os preconceitos que se cercam, providenciando práticas de equiparação de direitos. O direito ao reconhecimento, através da educação, é primordial para o acesso dessas pessoas às realizações políticas e sociais igualitárias, como verdadeiros cidadãos. Dos 16 milhões existentes no Brasil, apenas 180 mil estão empregados, e a justificativa dos empresários para tamanha exclusão é que essas pessoas são preteridas por não terem o treinamento adequado. Assim, observa-se que pequena participação dos portadores de deficiência no mercado de trabalho e na geração de riquezas para o país não decorre da falta de um



sistema legal protetivo, mas sim da carência de ações, estímulos e instituições que viabilizem, de forma concreta, a formação, habilitação, reabilitação e inserção dos portadores de deficiência no mercado de trabalho. O tema inclusão social ganhou espaço na sociedade e muito se tem falado sobre ele nos últimos tempos, aplicando-lhe conceitos diferenciados a partir da diversidade de situações que as sociedades apresentam.

A inclusão está ligada a todas as pessoas que não têm as mesmas oportunidades dentro da sociedade. O mundo sempre esteve fechado para mudanças, em relação a essas pessoas, porém, a partir de 1981, a ONU (Organização das Nações Unidas) criou um decreto tornando tal ano como o Ano Internacional das Pessoas Portadoras de Deficiências (AIPPD), época em que se passou a perceber que as pessoas portadoras de alguma necessidade especial eram também merecedoras dos mesmos direitos que os outros cidadãos.

Nossa cultura tem uma experiência ainda pequena em relação à inclusão social, com pessoas que ainda criticam a igualdade de direitos e não querem cooperar com aqueles que fogem dos padrões de normalidade estabelecido por um grupo que é maioria.

Após todo o embasamento teórico, analisou-se que, apesar das leis e decretos, a sociedade encontra dificuldades para aceitação destes indivíduos e estes, por sua vez, se excluem do social para evitar situações constrangedoras. Não há por que “privilegiar” a pessoa portadora de deficiência, ou excluí-la, mas dar a igualdade de oportunidades de acesso ao mercado de trabalho é algo que deve ser pensado e colocado em prática.

Considerações Finais

Em pleno século 21 contratar uma pessoa portadora de necessidades especiais ainda é uma questão polêmica. Para muitos a deficiência é desconhecida e o desconhecimento causa certo desconforto. Mas esta realidade tem se modificado com o passar dos anos, e futuramente a organização estará mais apta à contratação, e consecutivamente aumentando a inclusão no mercado de trabalho, auxiliando a ideia de que o diferente pode sim ser igual diante dos normais no tão concorrido mercado de trabalho.

Acredita-se que a inclusão e participação na sociedade é um direito de qualquer ser humano, o mundo precisa respeitar as diferenças nas pessoas com deficiência, estas pessoas



merecem igualdade de oportunidade, pois o ser humano é um laboratório de experiências. O grande diferencial para as grandes ou pequenas empresas continua a cultura preconceituosa, e incorporar e auxiliar a inclusão não somente de deficientes, mas de todas as classes que de certo modo são rejeitadas ou excluídas é fazer parte de um mundo novo.

Referências

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RAMALHO CRISTINA, Ednéia; SOUZA RESENDE, João Batista. Dificuldades da inclusão do deficiente físico no mercado de trabalho. **Revista Científica Eletrônica de Administração**, São Paulo, v.5, n.9, Dezembro/2005.

PEDROSO, Cristiano; SHINOHARA HIDEO, Milton. Educação para e pelo trabalho: a inclusão da pessoa com deficiência intelectual no mercado de trabalho. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, São Paulo, v.10, n.1, P.138-145, 2010.

SANTOS, J.V.P; SANTOS, T.L.B; SOUZA, A.A.A; VERONEZE, R.B. **Políticas de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: Uma análise sobre o caso de Lavras**. Periódicos dos Programas de Graduação e Pós-graduação em administração e recursos humanos. *Revista Foco*, v.8, n.2, Dezembro/2015.



DIREITO A CULTURA E A INSERÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA CULTURAL

SILVA, JCM

E-mail: juliakikinha27@gmail.com

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

Resumo

O presente trabalho trata-se da análise da política cultural brasileira e a inserção do trabalho do assistente social no âmbito cultural. Dessa forma será abordado o conceito de cultura e a história da política cultural brasileira até os dias atuais, pontuando seus avanços e retrocessos. E por fim, será trazida a atuação do assistente social no âmbito da política cultural brasileira, citando algumas estratégias de intervenção que podem ser utilizadas pelo profissional em seu exercício profissional, com o intuito de possibilitar a ampliação, efetivação e o acesso à política cultural pela classe trabalhadora.

Palavras-chave: política cultural; diversidade; serviço social; direito à cultura.

Introdução

No cenário atual do Brasil, há prevalência e a potencialização da ideologia neoliberal, onde afeta demasiadamente a classe trabalhadora, ocorrendo, conseqüentemente, o desmantelamento dos direitos, e aumento das desigualdades sociais advindas da relação contraditória capital e trabalho, resultando no desmonte das políticas públicas culturais, fazendo com que elas sejam de caráter não universal, seletivas e privatistas, não permitindo o acesso as diversas formas de manifestação cultural e reduzindo a cultura a instrumento de acumulação do capital.

É válido antes de quaisquer discussões, conceituar o que é cultura, sendo ela todas as manifestações dos seres humanos construídas socialmente e historicamente que expressa sua identidade. Cultura é também forma de resistência, de luta, é expressão da diversidade, dotada de objetividade e subjetividade, produção e reprodução humana mediada pelo trabalho e pela linguagem, é uma dimensão da vida social, e, além disso, contribui com o desenvolvimento e a transformação social (LUCENA,2015).



Ao longo da história foram legitimados três sentidos de cultura, segundo Guattari (1996) apud Citó (2017, p.2): a Cultura – Valor, que diz respeito ao julgamento se alguém possui cultura ou não; a Cultura Alma – Coletiva, que possui aspecto democrático, na qual todos estão inseridos, refere-se também a identidade de um povo; e por fim a Cultura-Mercadoria, em que concerne aos bens culturais e aos direitos autorais.

A cultura é, principalmente, um direito de todos e dever do Estado, conforme reconhecida como um direito humano na Declaração Universal dos Direitos Humanos no ano de 1948, e normatizada no Brasil na Constituição de 1988 conforme o Artigo 215: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.”(BRASIL,1988).

Vale salientar que o Brasil, historicamente, possui uma particularidade em sua formação cultural, pois devemos levar em consideração a herança da colonização, da escravidão e toda a exploração que foi herdada. Durante o período colonial, quando o Brasil foi invadido pelos europeus que possuíam uma cultura-valor, e queriam europeizar o Brasil, aqui residiam os povos indígenas que possuíam uma diversidade cultural e tinham uma cultura alma- coletiva. Os europeus consideravam a cultura indígena como inferior, como por exemplo, na Carta de Pero Vaz de Caminha em que é indagado sobre “salvar esta gente” no sentido de inserir os nativos brasileiros no projeto civilizatório europeu (CITÓ, 2017).

Com a Nova República, no governo de Getúlio Vargas, possuía uma perspectiva nacionalista voltado para o desenvolvimento do Brasil inspirado no cenário de desenvolvimento internacional, portanto, as políticas culturais foram implementadas a partir dos padrões culturais europeus focado na cultura- valor, utilizando-a como propaganda governamental, porém tinha mais aceitação da cultura popular. Com isso, em nome da construção de uma identidade nacional, o objetivo era de mostrar que o país estava nos padrões do desenvolvimento nacional.

A partir dos anos 1970 houve o fortalecimento dos movimentos culturais revolucionários em prol da cultura popular, em contraposição aos governos ditatoriais e repressivos e da cultura autoritária que circundava o quadro brasileiro, fortalecendo uma



ideologia de que aquilo que é público é unicamente governamental. E dessa forma, ocorreu um forte movimento da sociedade civil incluindo os intelectuais da época, que renunciavam os esquemas de poder do capital indo viver no meio do povo.

Com o fortalecimento dos movimentos sociais, um dos fatores que potencializou a redemocratização no país foi a promulgação da Constituição Federal de 1988. Conforme o crescimento no período desenvolvimentista, o Brasil teve a base para avançar na implementação das políticas públicas culturais, contudo com o endividamento do Estado, a concentração de Renda, e a desigualdade social acarretou em uma crise econômica, política, social e cultural, e então, o país foi tensionado pela política econômica internacional a incorporar a financeirização e o neoliberalismo, que consistia em uma ideologia do Estado Mínimo nas áreas sociais havendo o desmonte dos direitos sociais, e aumento da privatização.

Com o a incorporação da ideologia neoliberal houve retrocessos na política cultural, como por exemplo, as instituições que foram criadas em períodos anteriores foram extintas e recriadas novamente com as mobilizações populares; diminuição dos investimentos públicos na área da cultura, repassando para iniciativa privada a responsabilidade de decisão sobre os rumos da produção cultural diminuindo o acesso por parte da população da diversidade cultural; fortalecimento da cultura-mercadoria; Na atualidade, é claro o descaso do governo em áreas que não o interessam, ou seja, que não são de interesse do capital.

Desta forma, vale elencar algumas atribuições que o Serviço Social pode desempenhar na atuação da política cultural, de acordo com Lucena (2015 p.6):

Realizar atividades de apoio aos demais profissionais que compõem a equipe de trabalho; Garantir o acesso dos usuários e familiares aos programas, projetos e serviços da Política de Cultura; Construir estudos socioeconômicos para identificação de demandas e necessidades socioculturais dos usuários da política; Realizar orientações sociais aos usuários, familiares e agentes culturais; Desenvolver atividades técnicas inerente ao Serviço Social; Formular e executar projetos sociais em equipamentos socioculturais ou incentivar a sua criação em espaços ociosos e com atuação descontínua, inclusive, evitando ações culturais verticalizadas; [...]

Com base no exposto, os Assistentes Sociais em conjunto com as categorias representativas da profissão, CFESS/CRESS, ENESSO, a ABEPSS e junto com toda a população,



atrelado ao Código de Ética profissional de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão 8622/93 e ao Projeto Ético Político profissão, devem seguir em luta pela construção de uma política pública cultural planejada e continuada, tendo um olhar ampliado do conceito de cultura, não reduzindo somente ao campo das artes, entendendo suas diversas e múltiplas dimensões, e a cultura como identidade e parte da essência humana. Entendendo que a cultura tem suma importância na contribuição do processo de transformação das condições sociais, políticas e econômicas.

Objetivo

Analisar a política cultural brasileira e a importância do trabalho do Assistente Social no âmbito cultural.

Método

A metodologia utilizada para se atingir os objetivos desse trabalho é a utilização de uma abordagem que permita a aproximação dos aspectos históricos e contemporâneos e portanto, foi utilizado a pesquisa do tipo bibliográfica.

A pesquisa do tipo bibliográfica, de acordo com Gil (2008, p.50):

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Foi utilizado como método de pesquisa o materialismo histórico dialético, que segundo Gil (2008, p.14) a dialética:

[...] fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc.

Essa metodologia propicia uma análise crítica e totalizante da realidade, a fim de ter uma compreensão de forma ampla da política cultural brasileira e a importância do trabalho do assistente social no âmbito cultural.



Resultados

Com base no exposto, é evidente a importância que a cultura possui de forma ontológica, social, política e econômica em seu sentido objetivo e subjetivo na vida do indivíduo, e contribuindo para transformar relações, através da diversidade cultural dotada de particularidade, identidade, complexidade e conhecimento, no qual cada cultura apresentam seu valor e importância social, e dessa forma, é direito de todos a manifestação da diversidade cultural. Então, é imprescindível seguir em luta junto a população para a ampliação e a efetivação de uma política pública planejada e continuada que permita a manifestação da diversidade cultural.

Considerações Finais

Esse trabalho busca contribuir com o fortalecimento da classe trabalhadora, e reforçar a importância do trabalho do Assistente social no âmbito cultural, ressaltando a importância da classe trabalhadora e da categoria profissional, que está inserida na divisão social e técnica do trabalho, apoiar e participar dos movimentos sociais, lutando por uma política cultural ampliada e que de forma efetiva possibilite a manifestação da diversidade cultural; fazendo com que fortifique as lutas pelos direitos, democratização e contribua com o processo de emancipação humana.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 21 de Maio de 2019.

CITÓ, Renan Brasil Cavalcante. **A FORMAÇÃO DAS POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL: colonização, institucionalização e ajuste neoliberal**. VIII Jornada Internacional Políticas Públicas, Cidade Universitária da UFMA, São Luís/ Maranhão- Brasil, 22 a 25 de agosto, 2017. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo3/aformacaodaspolicasculturaisbnobrasilcolonizacaoinstitutionalizacaoeajusteneoliberal.pdf>>. Acesso em 03 de Novembro de 2018.

Gil, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.



LUCENA, João Paulo Freitas. **O Assistente Social e a Política de Cultura: reflexões sobre a inserção do profissional de serviço social.** VII Jornada Internacional Políticas Públicas, Cidade Universitária da UFMA, São Luís/ Maranhão- Brasil, 25 a 28 de agosto, 2015. Disponível em: < <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo5/o-assistente-social-e-a-politica-de-cultura-reflexoes-sobre-a-insercao-do-profissional-de-servico-social.pdf> >. Acesso em 04 de Junho de 2019.



A CONSTRUÇÃO DO DIREITO À SAÚDE NO BRASIL POR MEIO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: A PROTEÇÃO SOCIAL GARANTIDA DO SUS (SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE)

LIPORACI, BPC

REZENDE, RM

E-mail: bliporaci@yahoo.com.br

Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM

Resumo

Hoje temos um sistema único de saúde elogiado por ser público em conferências da Organização Mundial de saúde, ele possui princípios como a Universalidade, integralidade e equidade, estes princípios são questionáveis quanto as suas eficiências, o SUS foi construído com muita luta e esforços por parte dos movimentos sociais, que clamava por uma reforma sanitária Brasileira e um sistema de saúde público que fosse amplo, atendendo os anseios de direito à saúde da população brasileira. Busca-se através desse ensaio teórico fazer uma ponte entre o nascimento dos SUS- sistema único de Saúde e os movimentos sociais para sua formação, demonstraram desta forma a importância de sempre a importância de sempre manter se em movimento e se organizar por lutas e construções de direitos Sociais.

Palavras-chave: direito à saúde; política pública; direito social; movimentos sociais.

O Brasil possui um dos maiores sistemas público de saúde do mundo em termos de cobertura populacional e de risco. A criação do Sistema Único de Saúde (SUS), em 1988, tem sido analisada como a mais bem-sucedida reforma da área social empreendida sob o novo regime democrático, tendo em vista o seu caráter universal e igualitário.

Mas nem sempre foi desta forma, a construção e o reconhecimento perante a Constituição Federativa do Brasil acerca do Direito a Saúde, se deu por meio de movimentos populares, trazendo a saúde como objetivo de reivindicação no final da década de 1970 (PAIVA; TEIXEIRA, 2014).

O movimento se deu porque a saúde da população brasileira carecia de política de atendimento, pois aqueles que não possuíam emprego formal ou não tinham dinheiro para usufruir de atendimento particular, em geral, não tinham acesso à saúde, sendo considerado



como “indigente”. O então sistema era provido através do antigo INPS (Instituto Nacional de Previdência Social), e as pessoas que contribuía tinham o acesso à consulta, exames médicos, internações e demais serviços no âmbito da saúde.

As ações de saúde possuíam um caráter meramente privatista (saúde individual), e ficando a cargo da caridade ações de cunho curativas, para atender à população que não se encaixava como contribuidor previdenciário, única forma de acesso ao seguro saúde no Brasil.

Surge para contradizer este pensamento duas entidades: o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes) e a Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO) criados em 1976 e 1979. A primeira envolvia os acadêmicos e os profissionais do setor de saúde, fazendo discussões, assembleias, assentando uma reformulação do sistema de saúde então vigente, na busca de sua universalização e equidade sob a égide do setor público. Enquanto a segunda abarcava o setor político, articulando com entidades debates, passeatas, promovendo o intercâmbio e a divulgação para se alcançar a universalidade desejada no direito à saúde.

O clímax de todo esse fervoroso acontecimento, ocorreu através da VIII Conferência Nacional de Saúde em 1986, a qual propôs a saúde como um direito do cidadão e dever do Estado, destacando a universalidade do Direito à saúde.

Por universalidade entende-se a qualidade de ultrapassar limites territoriais para beneficiar pessoas independentes de quaisquer critérios discriminatórios (raça, cor, etnia, filiação e credo (BULOS, 2008, p.409)).

Destaca-se os movimentos sociais e os movimentos sanitários, que pressionavam o congresso nacional, e que por meio da Assembleia Nacional Constituinte, consolidou a área da saúde, e que contou com a abertura de uma Comissão Nacional da Reforma Sanitária, para discutir a questão e opinar por suas mudanças ou não. A assembleia Nacional Constituinte, sob a Comissão Nacional da Reforma Sanitária, ouviu pedidos de cidadãos dos quatro cantos do Brasil, e então, após muitas lutas dos movimentos sociais surge uma nova Constituição Federativa do Brasil, em 1988, conhecida como constituição cidadã, devido ao



seu caráter humano e ao seu contexto de criação, reconhece nesta Carta Magna os princípios de Universalização e da Equidade, tendo o Direito à saúde sido reconhecido:

"Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução dos riscos de doença e de outros agravos e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação". (BRASIL, 1988, On-line).

Após, criou-se o Sistema Único da Saúde - SUS lei 8080/90, e como diretriz o princípio da Participação da Comunidade surgiu por meio da Lei 8142/90, que dispôs sobre as Conferências e Conselhos de Saúde, e convalidava a visão da ampla participação social no Movimento da Reforma Sanitária e na formulação das políticas e estratégias na saúde. Os Conselhos de Saúde (nacional, estadual e municipal) passaram a existir como espaços públicos de participação, nos quais os representantes da sociedade civil, gestores e trabalhadores reúnem-se para discutir e deliberar, planejar e fiscalizar a política setorial para a saúde, inclusive os recursos disponibilizados, promovendo controle social (PAIVA; TEIXEIRA, 2014).

Houve após as conferências 11ª e na 12ª Nacionais de Saúde, mudanças significativas para a ocupação dos cargos no Conselho Nacional de Saúde e a sua reformulação em 48 conselheiros titulares representados por usuários, profissionais de saúde, gestores e prestadores.

Hoje, com o avanço das políticas neoliberais, a política pública de saúde brasileira, confirmada pelo SUS, "o nosso orgulho", é uma dessas políticas públicas que mais sofre com cortes e arrefecimento, cada vez mais sem recurso, sucateado, com novos modelos de saúde a todo o momento sendo discutidos, colocando em perigo as políticas públicas de saúde, e que foram conquistadas com grande esforço do povo brasileiro, política esta que deliberou uma proteção social universal, no âmbito da saúde, garantindo a inclusão de todos os cidadãos, estando em risco, vulnerabilidades ou não. Política rigorosamente universal, equitativa, participativa e protetiva requer hoje forte empenho dos profissionais e movimentos para que permaneça sob a forma de universal.

Referências



BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em:
08 set. 2019.

BULOS, U. **Curso de direito constitucional**. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva. 2008.

PAIVA, C. H. A.; TEIXEIRA, L. A. **Reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde: notas sobre contextos e autores**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.21, n.1, jan.-mar. 2014, p.15-35



O DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR: A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO.

GONÇALVES,CG

E-mail: caroline.goncalves@defesasocial.mg.gov.br

Resumo

Este artigo tem por finalidade compreender a atuação do assistente social que trabalha em equipes multiprofissionais em Centros Socioeducativos do Estado de Minas Gerais com adolescentes que cumprem medida Socioeducativa de Internação. Para alcançar o objetivo proposto se discutirá sobre o trabalho do Assistente Social neste espaço sócio-ocupacional realizando apontamentos sobre a atuação em relação a efetivação do direito à convivência familiar dos socioeducandos. A discussão exposta considera o campo teórico-metodológico, ético-político e técnico-operacional da ação profissional com objetivo de reconhecer sua atuação perante a efetivação do direito à convivência familiar.

Palavras-chave: Serviço Social; Medida Socioeducativa de Internação; Direitos fundamentais.

Introdução

O surgimento da profissão Serviço Social está relacionado ao contexto das grandes mobilizações da classe operária nas duas primeiras décadas do século XX. (IAMAMOTO, 2011).

Após diversas lutas, perdas e conquistas, a profissão apresentou muitos avanços com o passar dos anos, modificando-se através de diferentes contextos sociais, políticos e econômicos. Mediante a promulgação da Constituição Federal de 1988, privilegiou-se o reconhecimento dos direitos fundamentais e o Serviço Social, após sua repaginação técnica e profissional através do Movimento de Reconceituação, começa a atuar na defesa destes direitos. (FONSECA, 2014).

Não obstante com as crianças e adolescentes o Estatuto da Criança e do Adolescente incorpora a Doutrina da Proteção Integral na área da Infância e Adolescência, rompendo com a Doutrina da Situação Irregular, alimentada pelo até então Código de Menores Mello Mattos (Lei nº 6.697 de 19 de outubro de 1979). Este Código não representava os interesses das crianças e adolescentes, mas correspondia aos interesses políticos e da sociedade civil,



submetendo esse público ao poder discriminatório do juiz de menores e confinados em instituições. (SILVA, 2005)

Na concepção da Doutrina da Situação Irregular o público infanto-juvenil era marginalizado e punido, pois não se ajustavam aos padrões da sociedade na época, tornando-os abandonados e desassistidos. (FONSECA, 2014)

Distinguia-se criança de menor e esses menores eram objetos de atividades policiais e das políticas sociais, eles faziam parte da população pobre e negra e não eram considerados sujeitos de direitos. Aos infratores eram aplicadas medidas que objetivavam o seu tratamento e cura, considerando-os portadores de alguma patologia social que deveriam ser afastados do convívio social. (LIBERATI, 2003)

Na concepção da Doutrina de Proteção Integral a denominação de menores em situação irregular, passíveis de caridade e portadores de patologias é extinguida e os adolescentes infratores passam a cumprir Medidas Socioeducativas e possuem uma nova orientação e condição jurídica, distante daquela dos adultos e sem diferenciação entre eles. (ARRUDA; PINTO, 2013)

Com o intuito de efetivar a proteção integral e garantir o caráter socioeducativo, o Estatuto da Criança e do Adolescente, no seu artigo 124, estabeleceu direitos aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de internação, que estão privados de liberdade. (GOBBO; MULLER, 2016)

As medidas socioeducativas estão previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, no art. 112, são elas: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; internação em estabelecimento educacional; sendo que qualquer uma delas pode ser aplicada de maneira concomitante com as medidas de proteção previstas no artigo 101, incisos I a VI. (BRASIL, 1990)

A Secretária de Segurança Pública (Sesp) executa as medidas socioeducativas no Estado de Minas Gerais, através da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo (Suase).

Esta subsecretaria elabora, coordena e executa a política de atendimento ao adolescente autor de ato infracional, tendo por finalidade proporcionar atendimento integral



aos adolescentes, objetivando a responsabilização, o resgate da convivência familiar, o incentivo ao estudo, fortalecimento de vínculos comunitários e estímulo à autonomia. (SESP, 2016)

O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe sobre as medidas socioeducativas, considerando a medida de internação a mais gravosa, que é aplicada somente quando se tratar de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa, por reiteração no cometimento de outras infrações graves ou por descumprimento reiterado e injustificável de medida anteriormente imposta. É uma medida privativa de liberdade, executada através dos princípios da excepcionalidade, brevidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. (SESP, 2016)

A medida socioeducativa de internação pode ter duração de até 3 anos, sendo que a cada seis meses são realizadas reavaliações, constatando a evolução ou regressão do adolescente, conseqüentemente a sua permanência ou não na instituição. (ARRUDA; PINTO, 2013)

Os Centros Socioeducativos para cumprimento de medida socioeducativa de internação são considerados um espaço sócio-ocupacional para os assistentes sociais. Os profissionais que atuam neste espaço possuem diversas atribuições comuns e específicas. Entre as específicas podemos salientar intervenções sobre a efetivação do direito à convivência familiar, pois nestas instituições é considerado o profissional referência da equipe técnica de organização e planejamento das atividades com as famílias. (ARRUDA; PINTO, 2013).

O Assistente Social é um profissional importante desta equipe, o seu trabalho:

[...] se orienta pela análise da relação sócio familiar, pela intervenção nas relações sociais e em ações que visam a garantia de direitos, com o intuito de possibilitar um fortalecimento dos vínculos sociais (família, comunidade, escola, etc.). Além disso, realiza intervenções e estratégias que possibilitem uma reflexão sobre a trajetória social, familiar e infracional do adolescente. [...] o assistente social tem a competência de identificar vulnerabilidades e demandas sociais, avaliar o contexto familiar e comunitário e, a partir da história de vida, definir os procedimentos metodológicos a serem adotados, na tentativa de orientar o adolescente e a família sobre a rede socioassistencial e as formas de acesso a esses serviços com autonomia. (SEDS, 2016, P. 59)



O direito à convivência familiar é assegurado as crianças e adolescentes pelo artigo 227 da constituição federal. E no caso dos adolescentes que cumprem medida de internação, temos no artigo 124 do Estatuto da Criança e do Adolescente, uma especificação de como garantir esse direito à convivência familiar, pontuando a necessidade em permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável; de receber visitas, ao menos, semanalmente e corresponder-se com seus familiares e amigos (BRASIL, 1990).

Este direito destaca-se por conseguir manter o adolescente amparado emocionalmente, para que possa trilhar o caminho da estruturação de sua personalidade. (ROSSATO; LÉPORE; CUNHA, 2012)

Para garantir este direito o assistente social possui várias atribuições específicas que vão de encontro ao atendimento, contato e intervenção com a família dos internos. O profissional busca e identifica referências e fortalece os vínculos positivos, além de conhecer, mapear e potencializar a articulação com a rede socioassistencial e quando necessário, inseri-los a rede. (ARRUDA; PINTO, 2013)

Toda comunidade socioeducativa tem como objetivo efetivar este direito à convivência familiar estabelecido pela legislação, porém o assistente social sendo considerado referência no atendimento com as famílias, é o profissional que tem mais autonomia para executá-lo.

Objetivo

Compreender a relação da atuação do assistente social que trabalha em equipes multiprofissionais em Centros Socioeducativos do Estado de Minas Gerais, com a efetivação do direito à convivência familiar destes socioeducandos.

Método

Para alcançar o objetivo da pesquisa foi realizada uma revisão bibliográfica de pesquisadores que abordam a temática. Foram selecionados textos que possuem maior



destaque perante o tema abordado, constituídos de embasamento científico e coleta de dados.

Utilizou-se na elaboração desta pesquisa, artigos, livros, legislações e documentos que foram escolhidos por afinidade com o objetivo de aprofundar o estudo e criar mais um novo olhar sobre o assunto de acordo com a delimitação do tema. Além do conhecimento através de prática de atuação há quase 05 anos.

A abordagem de base é qualitativa e os dados coletados são descritivos, pois esses foram convenientes para que se alcançasse o objetivo proposto. O método histórico dialético foi utilizado para desenvolver esta pesquisa.

A pesquisa contribuirá com profissionais que compõem as equipes multiprofissionais em Centros Socioeducativos de internação, com usuários deste serviço e, também, para toda a população, inclusive, profissionais de áreas afins ou não, que têm interesse e curiosidade em aprofundar seus conhecimentos sobre o tema.

Resultados

A pesquisa e a prática nesta área de atuação, permitiu observar que os assistentes sociais que atuam em Unidades Socioeducativas para cumprimento de medida de internação do Estado de Minas Gerais, são considerados profissionais referências da equipe técnica para organização e planejamento das atividades com as famílias e por isso são os mais aptos para efetivar o direito à convivência familiar.

Neste espaço, por mais que seja atribuição de toda equipe socioeducativa realizar atendimentos e intervenções com a família, os assistentes sociais possuem atribuições mais específicas em relação ao trabalho com as famílias.

São profissionais que realizam a organização de cadastro e agendamento de visitas, fazem atendimentos, intervenções, acolhida e visitas domiciliares às famílias, além de mapear e inseri-las na rede socioassistencial.

Conclusão



A profissão de Serviço Social foi constituída em um contexto social, político, econômico específico e hoje possui reconhecimento mediante incontáveis anos de lutas. Após adquirir capacidade crítica e reflexiva, conquistou seu espaço e atuação particular obtida através de sua formação, tornando-se agente garantidor de direitos.

A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente são considerados marcos de reconhecimento e conquista de direitos dos cidadãos e para o público infante juvenil, demarcam a transição entre a Doutrina de Situação Irregular para a Doutrina de Proteção Integral.

O profissional possui vários campos de atuação, e os Centros Socioeducativos para o cumprimento de medidas socioeducativas de internação de adolescentes são considerados um espaço sócio-ocupacional para a profissão.

Os assistentes sociais que atuam neste espaço possuem diversas atribuições comuns e específicas. Entre as específicas podemos salientar intervenções sobre a efetivação do direito a convivência familiar, pois nestas instituições é considerado o profissional referência da equipe técnica de organização e planejamento das atividades com as famílias.

O profissional garante o direito à convivência familiar através das suas intervenções por meio de: atendimento, entrevistas, dinâmicas, visitas domiciliares, visitas institucionais, visitas assistidas, contato telefônico. Essas intervenções acontecem tanto com o adolescente, quanto com a família, com a finalidade de fortalecer os vínculos familiares e com a rede socioassistencial.

Desta forma salientamos a importância e relevância do profissional nesta equipe multiprofissional, que através de suas intervenções de cunho emancipador e garantidor de direitos, carrega em seu bojo de atribuições a efetivação do direito à convivência familiar, previsto na Constituição Federal de 1988, reforçado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pelo SINASE.

Referências



ARRUDA, D. P.; PINTO, P. S. **O trabalho do Assistente Social na medida socioeducativa de internação**: Práticas e desafios. Belo Horizonte: III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 2013.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.

FONSECA, J. B. **Código de Menores e o Estatuto da Criança e do Adolescente**. 2014. disponível em: <<https://juliabr.jusbrasil.com.br/artigos/155146196/codigo-de-menores-e-o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

GOBBO, Edenilza; MULLER, Maria Crisna. **A garantia do direito à convivência familiar do adolescente privado de liberdade no CASEP de São José do Cedro/SC**. Londrina: Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade, v. 14, p. 21-29, 2016.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Adolescente e o Ato infracional: medida socioeducativa é pena?** São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.

ROSSATO, L.A.; LÉPORE, E.P.; CUNHA, R.S. Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

SEDS. Secretaria de Estado da Defesa Social. **Regimento Único dos Centros Socioeducativos do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: SEDS, 2016.

SESP. Secretaria de Estado de Segurança Pública. Belo Horizonte, 2016.

SILVA, Maria Liduina de Oliveira. **O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Menores**: descontinuidades e continuidades. In. Serviço Social e Sociedade nº 83, ano XXVI, Especial. São Paulo: Cortez, 20



LITERACIA PARA SAÚDE NO CONTEXTO ESCOLAR: REFLEXÕES INTRODUTÓRIAS

RODRIGUES, JO

MARTINS, RAS

E-mail: jaineorodrigues2@gmail.com

Universidade Federal do Triângulo Mineiro- UFTM

Resumo

Esse trabalho visa apresentar o projeto de Iniciação Científica, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- CNPq, acerca da Literacia para Saúde no contexto escolar. A pesquisa possui como objetivo analisar o nível de literacia dos professores que ministram aulas nos 8ª e 9º anos na Rede Municipal de Uberaba, a partir da aplicação de questionário impresso a 331 professores em 29 escolas. Estudos apontam que as condições de vida, trabalho e educação dos indivíduos e de grupos da população podem determinar a situação de saúde desses cidadãos. Nesta direção, reconhece-se a relevância de reconhecer a necessidade e proeminência das ações de promoção da saúde e da literacia para a saúde no contexto escolar, como condições para se promover o acesso à saúde, qualidade de vida e estilo de vida saudáveis.

Palavras-chave: Literacia para saúde; Promoção para saúde; Secretaria de Educação.

Introdução

A investigação intitulada: Literacia para Saúde no contexto escolar: um espaço para ampliar a promoção em saúde é uma pesquisa de Iniciação Científica com financiamento pelo CNPQ e tem como objetivo investigar o nível de literacia para saúde (LS) dos professores que ministram aulas no 8ª e 9ª ano na Rede Municipais de Educação em Uberaba.

De acordo com a UNESCO (2003) a literacia é a capacidade para identificar, compreender, interpretar, criar, comunicar e usar as novas tecnologias, de acordo com os diversos contextos. Na área de saúde destaca-se o termo Literacia para a saúde (LS) cuja compreensão é destacada por SABOGA-NUNES, SORENSEN, PELIKAN (2014, p.7) como

[...] consequência do acesso da pessoa a informação de saúde. Esta informação pode ser apropriada pelo indivíduo com o desenvolvimento das suas capacidades de compreensão, influenciando a avaliação que pode efectuar das acções a tomar.



No seguimento desta avaliação, é determinada pela sua capacidade de gestão a aplicação do conhecimento adquirido sobre a saúde, à sua vida diária. Esta aplicação é mediada pela capacidade de investimento que o indivíduo desenvolve na construção das suas opções de vida mais ou menos favoráveis à promoção da sua saúde.

Outra definição importante para se pensar a LS é:

“A LS envolve uma multiplicidade de capacidades dos indivíduos face a decisões relacionadas com a saúde. O acesso à informação, a sua compreensão, avaliação e a sua aplicação, ditam formas de interação com os cada vez mais complexos sistemas de saúde, seja na promoção da saúde, prevenção da doença ou nos próprios cuidados de saúde quando necessários, através da tomada de decisão consciente e informada contribuindo de forma positiva ou negativa para o atingimento da saúde ótima”. (MARQUES, 2015, p. 7)

A LS envolve um processo contínuo de aprendizagem que capacita o indivíduo a alcançar os seus objetivos, a desenvolver os seus potenciais e o seu conhecimento, de modo a poder participar de forma mais ampla na sociedade.

Portanto, podemos perceber que o conceito de LS está interligado diretamente no que seriam as “competências” ou “capacidades” que os sujeitos possuem de gerir sua vida através do acesso as informações. Porém, é importante questionar se obtendo o acesso às informações os sujeitos conseguem adquirir, compreender e avaliar a informação utilizando em seu cotidiano, visto que, essas “competências” apropriadas para obter LS possibilitam que os sujeitos obtenham uma compreensão de mundo e exerçam sua cidadania.

Pensando no impacto da ampliação do nível de LS ocasionam na vida individual e coletiva dos sujeitos, pode-se entender que trabalhar a LS na educação básica é um componente fundamental, pois pode proporcionar aos professores e a seus alunos a aquisição de conhecimentos e de competências que permitem atuarem como cidadãos livres e responsáveis no campo da saúde. Por essa via tornam-se estes sujeitos capazes de compreender não só os impactos dos determinantes de saúde, mas também a importância de criarem uma condição mais saudável de vida (CARVALHO, JOURDON, 2014).

As pesquisas acerca da LS no contexto escolar que têm sido realizadas nos países subdesenvolvidos apontam que trabalhar a LS é uma alternativa para ampliar as ações de combate aos determinantes sociais e às determinações sociais em saúde que impactam as condições de saúde e qualidade de vida da população da população.



Sendo assim a pesquisa poderá ter como resultados a identificação do nível de Literacia para saúde dos professores da rede de Ensino Municipal, o esclarecimento da relação entre o nível de literacia para a saúde dos professores e as ações de formação continuada e promoção da saúde e qualidade de vida no trabalho e a caracterização da produção de conhecimentos acerca da literacia para saúde no contexto escolar.

Método

A investigação prevê a realização de revisão de literatura, pesquisa documental e de campo. A presente investigação tem como categorias teóricas a política de educação, a literacia para a saúde no contexto escolar, a política de promoção da saúde. A coleta de dados ocorrerá por meio de aplicação de formulário específico – HLS-EU- BR, adaptado do questionário europeu de Literacia para saúde para o contexto brasileiro, com os professores que ministram aula para o oitavo e nono anos da Rede de Ensino Municipal de Uberaba e o resultado desta pesquisa será utilizado para fundamentar o processo de validação do referido instrumento no Brasil. Após a abordagem aos possíveis participantes e esclarecimento sobre a proposta e objetivos da pesquisa será feito o convite para participar da pesquisa e em caso afirmativo proceder-se-á a coleta da assinatura do TCLE e realização da coleta de dados. A análise de dados será feita utilizando o programa SPSS versão 22.0. A pesquisa será realizada com o universo total de professores de 8º e 9º anos em todas as escolas que ofertam as referidas séries - 29 Escolas Municipais de Uberaba, totalizando 311 professores, selecionados por conveniência.

Após o cruzamento dos dados aliados à fundamentação teórica poder-se-á estabelecer indicadores de análise sobre os níveis de literacia para a saúde dos professores da Rede de Ensino Municipal de Uberaba e avaliar o impacto desta realidade na qualidade de vida e estilo de vida dos mesmos.

Resultados

Dando início ao cronograma do projeto de pesquisa o levantamento do referencial teórico tem se sustentado através de busca de artigos, teses e livros acerca da Literacia para



Saúde no contexto escolar, promoção em Saúde no âmbito escolar, programa de saúde nas escolas e o aprofundamento no conceito de LS. Desta forma os levantamentos bibliográficos estão sendo voltadas também para o Programa Saúde na Escola (PSE), que é uma política intersetorial da Saúde e da Educação criada em 2017. A PSE possui estratégias de integração da saúde e educação para desenvolver a promoção da saúde e educação dos estudantes da rede pública de ensino.

O estudo realizado por CARVALHO e JOURDAN (2014) aponta que desenvolver LS na escola é necessário interligar o conhecimento científico, pensamento crítico e as competências de vida e que o contexto social é uma condição importante para os determinantes no nível de LS. Já TOMÁS (2014) aborda que utilização das várias fontes de informação em saúde correlaciona-se positivamente com os níveis de literacia em saúde totais.

As reflexões levantadas sobre a LS nas escolas junto do PSE vêm contribuindo para as percepções das lacunas acerca da efetivação da promoção da saúde e dos níveis de LS nesses espaços. Tendo em vista que para a efetivação da LS é preciso desenvolver ações interligação do conhecimento científico, pensamento crítico e as competências utilizadas no dia a dia levando em consideração o contexto social e o PSE em sua diversificada atuação ainda estão em aperfeiçoamento para as práticas pedagógicas possui uma brecha para análise e aprofundamento dos estudos.

Um dos principais espaços de estudo para o aperfeiçoamento do conceito de LS tem sido desenvolvido no grupo de estudo PROLISABR realizado na segunda quarta-feira do mês das 9:30 às 11:30 da manhã promovendo eventos e discussões acerca da temática.

A pesquisa ainda está em desenvolvimento, obtendo algumas modificações após as reuniões de planejamento junto a Secretaria da Educação de Uberaba (SE), que tem fortalecido a parceria com o grupo de pesquisa PROLISABR para os avanços dos estudos acerca da LS no contexto escolar. Após reunião de planejamento de ações com a SE definiu-se que a pesquisa fosse realizada em primeiro momento de coleta com os gestores das escolas e funcionários da Secretaria da Educação que atuam no departamento de projetos especiais. Foram aplicados 66 formulários, sendo 58 com gestores escolares e 8 dos



funcionários do departamento de projetos especiais.

Essa experiência possibilitou identificar as dificuldades com o questionário proposto e a reestruturação das questões para se tornar mais objetivo nos propósitos da pesquisa para aplicação com os professores.

Considerações finais

Tendo em visto que a literacia para saúde é um processo contínuo de aprendizagem e que os espaços escolares são os primeiros contatos para tal processo é preciso pensar em como são executadas as estratégias para saúde nesses espaços.

Em síntese acredita-se que estudo possa apontar indicadores para subsidiar o planejamento de políticas públicas, programas e projetos com ênfase no enfrentamento dos determinantes sociais e determinações sociais da saúde, as desigualdades sociais e a promoção da saúde no setor escolar almejando alcançar a emancipação política.

Desta forma, a proposta da presente investigação poderá apresentar contributos tanto para a equipe de pesquisadores como para a instituição parceira – SE e comunidade.

Referências

SABOGA-NUNES, L., SØRENSEN, K., PELIKAN, J. M. Hermenêutica da literacia em saúde e sua avaliação em Portugal (HLS-EU-PT). **VIII Congresso Português de Sociologia 40 anos de democracia(s): progressos, contradições e prospetivas**, Évora, 2014 (c)

MARQUES, J.P. D. **Literacia em Saúde: a avaliação através do European Health Literacy Surver em português num serviço de internamento hospitalar**. 2015. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Serviços de Saúde) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa.

CARVALHO, G. S.; JOURDON, D. LITERACIA EM SAUDE NA ESCOLA: a importância dos contextos sociais. In: JÚNIOR, C. A. O.; JÚNIOR, A. L.;

TOMÁS, C. C. **Literacia em saúde na adolescência**. 2014. Tese (Doutorado em Ciências de Enfermagem) - Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, Universidade do Porto, Porto.



LUTAS E RESISTÊNCIAS NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES (EBSERH) NOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS: A EXPERIÊNCIA DE MINAS GERAIS

MARINGOLO, ACP

ARANTES, R

E-mail: alinepmaringolo@hotmail.com

Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM

Resumo

As reflexões neste resumo expandido referem-se aos resultados obtidos em uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), cujo objetivo foi conhecer e analisar as lutas e resistências frente ao processo de implantação da EBSERH em Minas Gerais. Para alcançar os objetivos, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental, buscando dados nos sites dos Hospitais Universitários (HU's), nos sites da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde e nos blogs dos Fóruns de Saúde. A análise foi realizada a partir do materialismo crítico dialético, e baseou-se nos documentos que foram amplamente divulgados pela mídia. Os resultados apontaram que apesar da hegemonia da crítica a lógica gerencial de mercado da EBSERH, esta tem se consolidado na gestão dos HU's, mesmo diante a pressão da sociedade civil organizada.

Palavras-chave: política de saúde; neoliberalismo; privatização; movimentos sociais.

Introdução

O presente resumo é fruto da pesquisa bibliográfica realizada durante o Trabalho de Conclusão de Curso cujo objetivo foi conhecer as lutas e resistências perante o processo de implantação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) nos Hospitais Universitários, em particular, as lutas e resistências travadas no estado de Minas Gerais.

O interesse por essa temática partiu da aproximação com a área da saúde desde os primeiros períodos da formação profissional em Serviço Social. O estágio supervisionado realizado no Hospital de Clínicas (HC) da UFTM foi atravessado pela implantação da EBSERH, processo no qual percebemos empiricamente as disputas e tensões colocadas nesse processo de transferência de gestão dos Hospitais Universitários para a Empresa. Além da



vivência do HC, as discussões realizadas em sala de aula a partir do referencial teórico das disciplinas de Política Social, Processo de Trabalho e Gestão Social, bem como a militância orgânica no Fórum Popular de Lutas Sociais de Uberaba-MG e a participação em eventos relacionados à política de saúde durante a formação profissional foram determinantes para a compreensão dos rumos que a política de saúde tem tomado no Brasil, que seguem na lógica do mercado e não na lógica de direitos, e da importância dos espaços de luta e resistência perante o avanço neoliberal.

Nas últimas décadas, a saúde foi a área que obteve maior avanço no texto Constitucional e arcabouço jurídico. Como integrante da Seguridade Social e uma das proposições do projeto da Reforma Sanitária, o Sistema Único de Saúde (SUS) foi regulamentado em 1990 pela Lei Orgânica da Saúde (LOS), assegurado pelo art. 196 da Constituição Federal de 1988, em que a saúde passa então a ser “direito de todos e dever do Estado”.

Contudo, na década de 1990, há uma retomada histórica da disputa entre dois projetos societários: o projeto da Reforma Sanitária, que propõe um modelo de gestão e assistencial democrático e participativo, atribuindo ao Estado a responsabilidade de construir respostas às demandas de saúde da população; e de outro lado o projeto privatista, que restringe os direitos sociais e políticos, como também a substituição das lutas coletivas por lutas corporativas (CFESS, 2014).

A prevalência do modelo privatista adotado no país a partir da década de 1990, sob a égide neoliberal, ataca diretamente o caráter público e universal do SUS, e se expressam através da mercantilização da saúde, das privatizações, do repasse do fundo público para iniciativa privada, das terceirizações, em um processo de flexibilização da reforma sanitária, amplamente requerida pelos movimentos sociais e das camadas populares a partir da década de 1980.

O desmonte da política de saúde em voga tem se dado pela ascensão dos modelos privatizantes de gestão em detrimento da gestão direta dos recursos pelo Estado. Dentre as diversas formas de privatização dos serviços públicos, destaca-se as Organizações Sociais



(OSs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), Fundações Estatais de Direito Privado (FEDP's) e a EBSERH.

Diante esse processo de privatização da saúde por meio de um projeto flexível à Reforma Sanitária, diversos sujeitos coletivos, entidades e organizações, como a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde, vem se colocando como n\ luta e resistência em defesa do SUS e da saúde pública, por meio dos sindicatos de trabalhadores, conselhos de categoria profissional, a destacar o Serviço Social, entidades da sociedade civil, dentre outros sujeitos.

Objetivo

Conhecer as lutas e resistências perante o processo de implantação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) nos Hospitais Universitários, em particular, as lutas e resistências travadas no estado de Minas Gerais.

Método

Para a realização do estudo optamos pelo método materialismo histórico dialético, uma vez que o mesmo permite à/ao pesquisador/a reproduz em sua consciência as múltiplas determinações que perfazem o objeto de pesquisa, na sua processualidade histórico-social, permite ir da aparência à essência do fenômeno e apreender as mediações que perpassam pelo objeto de estudo, num movimento que parte do imediatamente posto, da aparência para a essência por meio de sucessivas abstrações.

Como procedimentos metodológicos utilizamos a pesquisa bibliográfica e documental, buscando dados bibliográficos nos sites dos HU's, blog e material publicado e publicizado pela Frente Nacional contra a Privatização da Saúde, os blogs dos Fóruns de Saúde, além de seleção de livros e textos de autores que discutem a temática. Buscamos particularizar as lutas e resistências diante ao processo de criação e consolidação da EBSERH nos Hospitais Universitários, particularmente no estado de Minas Gerais.

Resultados



A realização deste estudo nos permitiu identificar que foram muitos sujeitos coletivos e as estratégias de lutas e resistências da classe trabalhadora frente à privatização dos HU's no Brasil, e em particular em Minas Gerais.

Nos HU's analisados verificamos que as forças políticas envolvidas na luta contra a privatização se constituem, de modo geral, por centrais sindicais, docentes e estudantes universitários, trabalhadores da saúde, partidos políticos de esquerda, conselhos e associações profissionais, a destacar o Serviço Social, entre outros sujeitos coletivos.

No que tange as principais estratégias de lutas e resistências utilizadas verificamos as manifestações e atos públicos em diversas instâncias: nas ruas, na sociedade, na mídia, no judiciário, na universidade e demais âmbitos, por meio de abaixo assinados, rodas de conversas e espaços de discussão coletiva, plebiscitos, dentre outros.

Apesar das lutas e resistências, o presente estudo identificou que quase a totalidade dos Hospitais Universitários do estado de Minas Gerais assinou contrato de gestão com a EBSEH. Diante essa realidade, entendemos que o processo de transferência de gestão dos Hospitais para a EBSEH só pode ser entendido por meio da apreensão das contradições e correlações de forças expressas em nossa sociedade, bem como entre os sujeitos políticos que incorporam essas lutas e resistências na particularidade de cada realidade.

A forma como está sendo implementada a política de saúde no Brasil desde a década de 1990, demonstra a disposição do Estado brasileiro em garantir os interesses do capital na medida em que edita a Lei que cria a EBSEH. Apesar da importância dos HUF's, estes vivenciam um problema histórico em relação aos trabalhadores e às dívidas financeiras. No que tange à contratação de trabalhadores para essas instituições, o Ministério da Saúde não fez a reposição do quadro dos trabalhadores ao longo de anos, e adotou medidas irregulares para a contratação dos trabalhadores. Durante décadas, a contratação no setor público se deu por meio de Fundações de Apoio, sem garantia alguma de direitos trabalhistas, salários baixos, uma prática condenada pelo Tribunal de Contas da União.

Nesse contexto, a EBSEH surge como estratégia do Governo Federal para "resolver" a situação de recomposição do quadro de trabalhadores que estavam contratados pelas fundações de apoio, e não foram substituídos por meio de concurso público, como previsto



na Constituição Federal de 1988. Na verdade, apesar de o Governo Federal colocar que a EBSERH como estratégia para melhorar a qualidade dos hospitais, existe uma compreensão de que são estratégias neoliberais que vem para flexibilizar os direitos sociais, as relações de trabalho, visando transferir a responsabilidade de gestão pública para a iniciativa privada.

Além disso, quadro contemporâneo, sob a égide da política neoliberal, tem fragilizado a luta dos trabalhadores, que perdem a dimensão da universalidade, da totalidade e da revolução, e passam a incorporar demandas particulares e singulares. Mediante o minimalismo da proteção social brasileira, a luta se direciona aos questionamentos estruturais da ordem burguesa para uma luta pela defesa do óbvio, ou seja, pela defesa de direitos que já foram garantidos constitucionalmente.

Considerações Finais

Concluimos a pesquisa afirmando que se faz necessário uma ampliação do debate da privatização da saúde para que de fato a sociedade civil organizada possa incorporar essa luta e tencionar por meio dos espaços institucionalizados ou não institucionalizados de participação social.

Com isso queremos dizer, que se a classe trabalhadora organizada por meio dos movimentos sociais, entidades e organizações da sociedade civil ocupar os espaços de participação social, esta pode, num processo de luta e resistência, mostrar que existem outras saídas para o enfrentamento da crise do capital que não essas medidas de austeridade que penalizam a classe trabalhadora, a saber: a auditoria da dívida pública, prevista pela Constituição Cidadã e ignorada pelos governos neoliberais, inclusive pelo atual (des) governo Bolsonaro; além de reformas na tributação dos impostos e nas formas de arrecadação dos fundos públicos.

Referências

ANDREAZZI, Maria de Fátima Silianski de. Os Planos de Saúde e as ameaças ao sistema de saúde brasileiro na atualidade. In: BRAVO, Maria Inês; MENEZES, Juliana Sousa Bravo de. **A Saúde no governo do Partido dos Trabalhadores e as Lutas Sociais contra a Privatização**. Rio de Janeiro: UERJ, 2014.



BEHRING, E. R. **Brasil em contrarreforma**: desestruturação do Estado e a perda de direitos. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. **Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE)**. Plano Diretor da Reforma do Estado. Brasília, 1995.

BRAVO, M. I. S. **Política de Saúde no Brasil**. In MOTA, Ana Elizabete et. Al. (Org.). Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. São Paulo, Cortez/OPAS/OMS/ABEPSS/Ministério da Saúde. 2009.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde**. Brasília, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Orgs). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ. Vozes: 2010.

SIMIONATTO, I. **Reforma do Estado e Políticas Públicas**: implicações para a sociedade civil e para a profissão. Disponível em: http://www.portalsocial.ufsc.br/crise_estado.pdf. Acesso em 02/09/2019



A POLÍTICA SOCIAL E SUA SIMILITUDE COM A PROFISSÃO DO SERVIÇO SOCIAL

SOUZA, SHV

MAGALHÃES, ACP

REZENDE, RM

E-mail: reginamaurarezende@yahoo.com.br

Universidade Federal do Triângulo Mineiro-UFTM

Resumo

As Políticas Sociais são muito íntimas e se constituem em foco de preocupação do Serviço Social; a similitude entre elas traz contradições dentro do contexto histórico em que ambas surgiram. Articuladas juntamente com o projeto de hegemonia do poder burguês, buscou afirmar-se, historicamente, como prática humanitária, sancionada pelo Estado e protegida pela Igreja Católica, como uma mistificada “ilusão de servir”. Seus embates trazem a visão geral do resultado da consequência de um modo de produção capitalista totalmente exploratório.

Palavras-Chave: Políticas Sociais; Capitalismo; Assistente Social.

Introdução

Na década de 1930, o Brasil encontrava-se em um contexto de Capitalismo concorrencial que, futuramente, se transformaria em monopolista, entre esses espaços de tempo, se deu o surgimento das primeiras Políticas Sociais e, mais à frente, o avanço da profissão do Serviço Social.

A profissão do Serviço Social é situada em um primeiro momento como resposta do Estado para as múltiplas e diferentes expressões da Questão Social que surgiram num contexto de avanço do Capitalismo Industrial urbano nos anos de 1930 no Brasil. O Serviço Social nasceu articulado com o projeto de hegemonia do poder burguês, produzido pelo capitalismo industrial e buscou afirmar-se historicamente como prática humanitária, sancionada pelo Estado e protegida pela Igreja Católica, como uma mistificada “ilusão de servir”. A gênese do serviço social se encontra nesse processo de reprodução e ampliação do



capital. Concomitantemente a esse cenário, a Política Social surge igualmente como resposta do Estado aos eventos que mudariam a forma de nos relacionarmos socialmente, bem como economicamente. Assim, as políticas sociais representam segundo José Paulo Netto “[...] respostas do Estado burguês do período do capitalismo monopolista a demandas postas no movimento social por classes (ou estratos de classes) vulnerabilizados pela ‘questão social’ (NETTO, 2003, p.15), o que indica, portanto, que as políticas sociais se constituem em “campos de tensões” (NETTO, 2003, p.16), logo, entre os interesses do proletariado e a burguesia”. Destarte, ambos são produtos de um sistema que visa o lucro, e, na sua jornada de interesses, traz consigo expressões negativas e exploratórias que vão se tornar demandas próprias para o Serviço Social, bem como para a Política Social.

Objetivo

O presente estudo visa trazer de forma preliminar, uma sintetização sobre as semelhanças e disparidades entre o contexto das primeiras e atuais políticas sociais, articuladas ao processo histórico e político do Serviço Social brasileiro.

Método

O presente ensaio teórico constituiu-se por meio de pesquisa bibliográfica, estudo e leitura de artigos e livros.

Nesse sentido, reflete-se que ambos surgiram como necessidade (e, por que não dizer estratégias) de reprodução do capital, como também uma forma de resposta ao efeito colateral que o sistema gerava na sociedade, por isso, cabe aqui ressaltar que é no fomento de políticas sociais, bem como no seu cumprimento, que tornará a profissão do assistente social desassociado da benemerência, pois é através da perspectiva de Direito e Cidadania que caberá ao futuro profissional a garantia e realização da Política Social vigente que o usuário vier a solicitar .

É de extrema importância salientar a contradição que interligam ambas, pois, ao ofertarem condições de acesso, ou mínimas para a sobrevivência da classe que vive do trabalho (trabalhadora), passam a figurar, inevitavelmente, como reprodutoras e



mantenedoras de uma sociedade desigual. Sendo assim, as políticas sociais fornecem aparatos para a sobrevivência, entretanto, paralelamente, reforçam a condição de explorado do trabalhador. A atuação do assistente social está de modo intrínseco, ligada às políticas sociais, visto que no âmbito técnico-operativo, quem as executa, também pode ser o profissional do Serviço Social.

Nas décadas à frente após 1870/1980 entre as passagens de governo, nos encontramos atualmente diante da possível retomada de um estado mínimo neoliberal que coloca para a profissão do serviço social o desemprego e a precarização do trabalho porque as políticas sociais estão subfinanciadas, não havendo uma política social que se privilegie como uma forma de atingir a igualdade social. Visto que a profissão do serviço social tem como alguns de seus princípios e valores a ampliação da liberdade, garantia do pluralismo, a defesa intransigente dos direitos humanos, a garantia e consolidação da democracia e da cidadania, ela se encontra então em consonância e contraditoriedade com as políticas sociais, em razão disso em um contexto geral diante de um sistema capitalista e da reprodução e ampliação constante do capital [...] Não se pode analisar a política social e o serviço social sem se remeter à questão do desenvolvimento econômico, ou seja, à transformação quantitativa e qualitativa das relações econômicas, decorrente de processo de acumulação particular de capital. O contrário também precisa ser observado: não se pode examinar a política econômica sem se deter na política social (VIEIRA, 1992, p.21).

Resultados

Considerando as particularidades do Serviço Social e da Política Social, é possível analisar como ambas são essenciais a classe trabalhadora, uma vez que não é possível se situar fora do atual sistema econômico, suas nuances, e suas formas de promover e impor a atual sociabilidade. Em sua contradição, é possível observar a correlação de forças da luta de classes, como estratégias usadas como forma de resistir aos ataques do capital exclusivista, classista e excludente.

Considerações Finais



Observa-se, à luz das presentes reflexões, um contexto histórico brasileiro conturbado, décadas que perpassam e que mantêm o ciclo, entre governos político partidários, responsáveis pela execução da função do Estado, que vem e vão, e, junto a si, propostas e implementos de sistemas econômicos cada vez mais arrochados à classe trabalhadora. É um ciclo contínuo de construção, reconstrução e resistência. Para maior entendimento recomenda-se a leitura dos seguintes livros: Behring, Elaine Rossetti. *Política Social: fundamentos e história*. E Netto, José Paulo. *Capitalismo monopolista e serviço social*. Todos trazem estudos e debates aprofundados acerca das Políticas Sociais, Serviço Social e Capitalismo.

Referências

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Volume I. Brasil: Livraria Martins Fontes, 1982.

NETTO, José Paulo. O Materialismo Histórico como instrumento de análise das políticas sociais. In: NOGUEIRA, F. M. G. e RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon (org.).

Estado e Políticas Sociais: Brasil - Paraná. Cascavel: Edunioeste, 2003.

New Deal. https://pt.wikipedia.org/wiki/New_Deal. Acessado em 6 de set de 2019.

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e política social**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.



A REFORMA AGRÁRIA NÃO REALIZADA: MOVIMENTOS SOCIAIS E O SERVIÇO SOCIAL

VIANA, IA

OLIVEIRA, LS

SOARES, EP

E-mail: isaviana513@gmail.com

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

Resumo

Esse estudo tem como objetivo aproximação da discussão acerca do papel do Serviço Social junto dos movimentos sociais acerca da Reforma agrária. Para tanto, realizou-se uma aproximação histórica entre a organização agrária no país e o surgimento e atuação dos profissionais do Serviço Social. A organização agrária brasileira se deu, a princípio, através de estratégias de concentração de terra, mantendo como população excluída os povos originários que aqui habitavam e os negros escravizados. A população indígena e negra, em especial após a abolição da escravatura, viu-se sem acesso à posse de terras. Ainda assim, houve organizações que serviram como ferramentas de resposta ao modo de organização estabelecidas; destaca-se o engenheiro, negro e abolicionista André Rebouças, um dos idealizadores da “Democracia Rural” visando, também, uma distribuição igualitária das terras. Buscamos entender como o Serviço Social pode contribuir no enfrentamento das desigualdades acarretadas pela má distribuição de terras, como propõe o projeto ético político da profissão, no que diz respeito a construção de uma sociedade mais justa, socialmente.

Palavras-chave: Reforma agrária; Movimentos Sociais; Serviço Social.

Introdução

No início da construção territorial do país não houve uma justa distribuição de terras. A divisão do território brasileiro a qual se deu pelas capitanias hereditárias e o modelo de sesmarias restringiam seu poder econômico ao Estado que dessa forma garantia



que a posse de terras fosse restrita a uma elite agrária e historicamente latifundiária. Para compreender tanto o posicionamento do Serviço Social quanto a existência dos movimentos sociais é preciso sintetizar a sociedade capitalista, que segundo TOMAZ (2013) é o desenvolvimento do capitalismo que viabiliza o crescimento do lucro em controle de mercado ocasionando a acumulação do capital e dentro desse processo que surge a luta de classes – classe trabalhadora e classe burguesa – que ocasiona o surgimento dos movimentos sociais e a mediação do Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão sócio técnica do trabalho que visa o enfrentamento das desigualdades sociais. Desse modo é preciso cada vez mais discussão com relação ao a particularidade do modo capitalista de produção, que historicamente é componente vital da estrutura do campo brasileiro, articulado ao processo de modernização agrária e concentração de terra por latifundiários. A constituição do Brasil enquanto nação é permeada de problemáticas como a miséria e pobreza. . Busca-se uma análise desse processo responsável pela desigualdade vigente no campesinato brasileiro.

Objetivo

Essa pesquisa visou se aproximar da compreensão das atribuições do Serviço Social enquanto profissão que intenciona o enfrentar das condições de desigualdades em conjunto dos movimentos sociais - quais são os principais reivindicadores dessas condições – na qual a pauta é a luta pela reforma agrária. O presente artigo se propõe também apresentar a luta do Serviço Social junto aos Movimentos Sociais, ressaltando a participação do MST e a relação de suas pautas, na busca por um mesmo propósito que é a justa distribuição de terras. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), luta pela redemocratização de terras no Brasil, que historicamente não aconteceu por meio da política de reforma agrária, conseqüentemente na pauta deste movimento está inscrito a luta para que a função social da terra seja garantida, conforme preconizado pela Constituição Federal de 1988. Diante disso, o Serviço Social se propõe no auxílio à vulnerabilidade por eles passado, e na orientação pela luta de seus direitos.



Método

Para realização deste estudo foram utilizadas pesquisas bibliográficas, leitura e estudo de artigos, leis a fim de sintetizar os dados recolhidos, na busca por resultados da problemática da questão agrária do país.

Através de análises bibliográficas é possível identificar que a distribuição desigual de terras pelo Brasil é fato marcado, inclusive, em sua história. Como estratégias para a expansão territorial nascem às capitâneas hereditárias e o sistema de sesmarias, cujo objetivo era dividir o território brasileiro em grandes concentrações de terras, os latifúndios no país. Os pilares responsáveis por essa estrutura eram: “a grande propriedade fundiária, a monocultura de exportação e o trabalho escravo” (MIRALHA. 2006. p.152). Nessa estrutura os camponeses brancos tinham direito a posse de terras, porém o rei detinha o poder econômico sobre elas, excluindo a população negra e indígena. André Rebouças, engenheiro, negro e abolicionista propôs a chamada “Democracia Rural”, a qual tinha como objetivo principal a justa distribuição de terras, como uma nova forma de organização de sua posse. (MENEZES, 2008 p. 132). Sua proposta era a criação de impostos para grandes fazendas improdutivas e a união de camponeses através de cooperativas. Porém tal reforma nunca aconteceu, em 1850 foi criada a Lei de Terras a fim de minimizar os conflitos pela posse de terras. (MIRALHA. 2006. p.183) a Lei de Terras foi usada para manter os latifúndios nas mãos da elite brasileira bem como promover uma política de embranquecimento da população. Entretanto os escravos recém-libertos, assim como os imigrantes não tinham condição de adquirir terras que assim ficaram restritas à elite brasileira. MIRALHA (2006). Na luta pela reforma agrária, camponeses ocupam fazendas de latifúndio improdutivas a fim de que nelas seja feita uma justa distribuição de terras implantando o modo de produção de agricultura familiar desenvolvendo a função social da terra “Os trabalhadores ligados a terra resistem e lutam em favor de um pedaço de chão, quando conseguem resistem na terra para produzir e manter suas famílias, enfrentando muitas adversidades.” (ROCHA; CABRAL. 2016). Conforme estudo feito por OLIVEIRA (2001).

O avanço do capitalismo no país fez com que as desigualdades se acentuassem



mediante crescimento, quase que em totalidade, de um processo de latifúndio em toda região nacional. O aumento dos grandes capitalistas proprietários de terras, responsáveis pela efetivação de uma consolidação da propriedade privada da terra. Uma vez que a população rural foi reduzida, transformando grandes centros urbanos em áreas de refúgio em que predominam a miséria e pobreza causando uma discussão no que diz respeito ao trabalho dos camponeses acerca de sua sobrevivência, trabalho e luta por seus direitos. Diante de um processo de industrialização sucedeu-se um cenário de desigualdade, a falta de políticas públicas e desvalorização da agricultura familiar contribuem para o surgimento dos movimentos sociais.

Fundado em 1984 o MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se tornou um dos mais importantes movimentos agrários. No qual, além de lutar pela permanência na terra, lutam também, por uma justa redistribuição de terras e capital para auxiliar na produção agrícola das famílias assentadas. (CAMPARATO, 2001, p. 108). Dessa forma os movimentos se demonstraram ferramentas hábeis à responsabilidade de dar voz e força as classes desfavorecidas pelo contexto do agronegócio. O Serviço social enquanto profissão possui determinantes para sua atuação profissional, como o projeto ético político e o código de ética. Dessa forma ele possui princípios fundamentais como “um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”. (CFESS, 1993) e “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade” (CFESS, 1993).

O serviço social deve mover-se junto aos movimentos sociais, o código de ética da profissão garante credibilidade, transparência que obtém um compromisso baseado na liberdade, igualdade, equidade, democracia e justiça social. A questão da Reforma Agrária deveria ter sido implantada desde o período pós-colonial, no intuito de ter assegurado condições básicas de direitos na formação do país. Porém o que sucedeu foi à criação do Estatuto da Terra (2001, p.01) que constituiu na lei nº 4.504 que a Reforma Agrária era evidenciada como “[...] o conjunto de medidas que visem promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios



de justiça social e ao aumento de produtividade” está reforma ainda não acontece deixando a mercê as famílias em situação de vulnerabilidade. Sobre essa perspectiva IAMAMOTO (2012) esclarece que o Serviço Social tem a função de defesa dos direitos sociais dos trabalhadores a fim de superar as desigualdades causadas pela falta de acesso a terras para que haja uma efetiva ação democrática para com esses sujeitos.

Resultado

Conclui-se que a problemática da questão agrária no país, o esmagamento do homem do campo e o êxodo das famílias para cidade, se dá por conta dos latifúndios e da má distribuição de terras, sendo reforçada pela reforma agrária não realizada no país. Assim se evidencia a importância do Serviço Social enquanto profissão que busca a autonomia dos sujeitos em vulnerabilidade e os Movimentos Sociais responsáveis por nortear a luta desses trabalhadores pelo direito a terra.

Considerações finais

Após a pesquisa documental feita para a realização desse artigo, na qual foi possível analisar a conjuntura embasada historicamente no desfavorecimento dos que não fossem homens brancos e católicos. Em razão disso, criaram-se as bases para um sistema de exclusão que perdura até os dias atuais. Camponeses que são desvalorizados e também impulsionados a saírem do campo lutam em busca de uma redistribuição de terras, a fim de conseguir alcançar seu direito a terra e produção. Torna-se evidente que o trabalho de assistente social com esse movimento pela reforma agrária é de demasiada importância para a organização de políticas públicas que assegurem seus direitos, tanto por sua sobrevivência quanto por essa luta.

Referências

COMPARATO, BRUNO KONDER. **A ação política do MST.** São Paulo *Perspec.* [online]. São Paulo. n.4, p. 105 – 108, Out/Dez. 2001.

Disponível em:

<<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000400012>>. Acesso em: 15 de junho de 2019.



BRASIL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

OLIVEIRA, U. A. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados**. [online] São Paulo. n.43. p. 185-206, Set./Dez. 2001. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a15.pdf>>. Acesso em: 14 de junho de 2019.

ROSALY, J. S. R.; CABRAL, J. P. C. Aspectos históricos da questão agrária no Brasil. **Rev. Produção Acadêmica**. [online]. Tocantins. n. 1, p. 75-86, Jun. 2016. Disponível em: <

<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/producaoacademica/article/download/2963/9286/>>. Acesso em: 17 de junho de 2019.

MENEZES, M. V. S. A utopia agrária e democrática de André Rebouças. **Revista Três pontos 5.2**. [online]. Minas Gerais. n. 2 p. 131-139, Set./Nov. 2008 Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/3246>>. Acesso em: 20 de junho de 2019.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na cena contemporânea**. [online] Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/o-servico-social-na-cena-contemporanea-201608060403123057450.pdf>>. Acesso em: 10-07-2018



SANEAMENTO BÁSICO E SERVIÇO SOCIAL: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA

MENEZES, AN

E-mail: amandanaiaramez@hotmai.com

Resumo

A reflexão acerca do saneamento básico e o serviço social precisa ocupar os vários e múltiplos espaços de discussão tanto da categoria profissional, quanto espaço específicos da política de saneamento. Esta temática é emergente, principalmente pelos graves problemas que a falta de saneamento básico vem causando em uma parcela determinada da população, a mais vulnerável, além de alarmar sérios problemas no meio ambiente, com contaminação da água e solo. Neste sentido, a elaboração deste pequeno texto é uma forma de levar a reflexão de como o saneamento básico pode contribuir para melhores condições de vida da população, e por outro lado, como a sua falta prejudica e intensifica os diversos problemas já enfrentados.

Palavras-chave: saneamento básico; serviço social; questão social; questão ambiental.

Introdução

A temática apresentada neste trabalho configura-se em uma sistematização reflexiva a partir de pesquisa realizada em mestrado acadêmico. Neste sentido, a reflexão pretendida será norteadada pela articulação dos aspectos característicos do serviço social como necessários para a contribuição com a política de saneamento básico, que resulta na busca pela garantia dos direitos humanos, como o acesso água, passando então de básico a essencial, e a condições de vida que assegurem a saúde da população.

O modo de produção capitalista vem instaurando desde seus primórdios uma organização da sociedade para atender seus objetivos no alcance de lucratividade, a partir da exploração humana por meio do trabalho e dos recursos naturais. Resultante desse sistema são as condições de vida de grande parte da população, que afeta principalmente o acesso a bens e serviços, ignorando os direitos sociais regulamentados no Art. 6º da Constituição Federal de 1988, que prevê o acesso a moradia, alimentação, educação, trabalho, a saúde, entre outros, estabelecendo em forma de igualdade direitos que toda a população deveria ter acesso. A gravidade da falta de acesso as condições mínimas de vida apresentam quadros gravíssimos, de milhões de pessoas sem acesso a recursos básicos, como a alimentação e



água, por exemplo, enquanto uma pequena parcela da população se mantém em elevados padrões de vida, o que expõe uma das principais características resultante do sistema capitalista, a desigualdade.

O serviço social é uma das profissões que possui uma leitura crítica acerca da desigualdade e injustiça social estabelecida por esse modo de produção capitalista, inclusive com o compromisso ético de lutar contra suas imposições.

A política nacional de saneamento básico, regulamentada em 2007, estabelece princípios como a universalidade e a equidade no acesso ao saneamento básico, compreendendo sua intersectorialidade com políticas ambientais e sociais. Falar em saneamento básico é falar de acesso água, acesso a condições de vida que favorecem a saúde, é explicitar a importância do cuidado com o equilíbrio ambiental para a garantia universal de recursos distribuídos de forma igualitária, e neste sentido é buscar o cuidado com as nascentes e rios, ou seja, o saneamento básico precisa ser visto de forma ampla, complexa e essencial. Neste sentido, a preocupação com a política de saneamento básico precisa estar em pauta nas diversas áreas do conhecimento, inclusive no serviço social, que tanto pode contribuir para a luta pela efetivação do saneamento básico.

Objetivo

Refletir acerca da importância do saneamento básico, e seus rebatimentos na prática profissional do serviço social em seus diversos âmbitos.

Método

Foi utilizada pesquisa bibliográfica, a partir de obras que discutem a política de saneamento básico, em articulação com referências teóricas do serviço social.

Resultados

O aprofundamento dos problemas sociais e ambientais causados pela falta de saneamento básico apresenta um campo de atuação para assistentes sociais, visto que chegam demandas diretas e indiretas. Na área da saúde, o saneamento básico muitas vezes é



ligado a doenças, ou seja, a falta de saneamento básico causa doenças, por exposição a dejetos oriundos de esgoto a céu aberto, água sem tratamento, contato com resíduos contaminados, e até mesmo nos inúmeros casos de enchentes registrados todos os anos; porém pode ser assinalado também que com a efetivação do saneamento básico podemos relacioná-lo a saúde e não a doenças, e neste sentido pensar em condições de vida, que envolve moradia, alimentação, educação, lazer, dentre tantos outros aspectos que podem estar ligados as boas condições de saúde. Os (as) assistentes sociais podem se deparar também, em um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) com problemas relacionados ao saneamento, que agravam as condições de vida da população.

O debate acerca da preservação ambiental precisa ser aprofundado e entendido dentro da dinâmica capitalista, visto que

“Ao não tomarem a totalidade social como mediação, tomam a degradação da natureza e a pobreza como fenômenos estanques ou, na melhor das hipóteses, correlatos, apartando-os de suas determinações intrínsecas: o sociometabolismo do capital.” (SILVA, 2012, p. 112).

Daí a grande importância de o serviço social contribuir tanto para a questão ambiental em si, quanto especificamente para o saneamento básico. Citando Isaura Isoldi quando traz uma reflexão acerca da formação profissional em serviço social e o que implica essa formação, demonstrando o compromisso ético-político necessário, embasado na dimensão teórico-metodológica e se materializando na dimensão técnico-operativa, e principalmente ter o posicionamento a favor dos direitos para a coletividade.

Formar profissionais assistentes sociais exige levá-los a entender que o problema das famílias com as quais trabalham não é a má utilização do orçamento, por menor que seja a renda, e sim a falta de trabalho, salário, moradia, escola, condições de vida, igualdade social, garantia de direitos. Não objetivamos ensinar as famílias a utilizar melhor o dinheiro que não tem, e sim a conhecer a sua real situação, de forma a estabelecer caminhos de enfrentamento e superação. (OLIVEIRA, 2010, p. 741)

À vista dessa reflexão, a formação e o trabalho em serviço social estabelecem o direcionamento e posicionamento político contra as desigualdades, lutando em seu cotidiano contra as determinações do sistema capitalista. Considerando então que a falta de saneamento básico implica diretamente em problemas graves para grande parte da população, e que está ligada a dinâmica do modo de produção vigente, e indo além das



consequências diretas às vidas das pessoas, a falta de saneamento básico afeta gravemente o equilíbrio ambiente, e por consequência atinge diretamente a mesma população que se encontra fragilizada pelo não acesso a bens e serviços, o saneamento básico está de direta ou indiretamente é um campo de atuação para o serviço social.

Considerações Finais

O saneamento básico precisa entrar em discussão nos vários espaços formativos, de trabalho e debate do serviço social, visto a grande acumulação teórico-crítica dessa categoria, ocupando espaços interdisciplinares, e principalmente “[...] a possibilidade de os profissionais contribuírem para a organização e mobilização de diversos agrupamentos sociais, a fim de que eles intervenham nos espaços institucionais e para além destes[...]” (SILVA, 2010, p. 159).

A defesa do saneamento básico vai além de serviços de infraestrutura, apesar de esses serem essenciais, pois se estabelece uma noção de equilíbrio, entre a vida humana e o ambiente, e por isso a importância da defesa do saneamento básico. O conceito de equilíbrio defendido aqui é o apresentado por Michael Löwy, e citado por Leonardo Boff, no livro “Sustentabilidade: o que é o que não é” visando

“[...] uma produção respeitosa dos ritmos da natureza e favorece uma economia humanista, fundada em valores não monetários como a justiça social, a equidade, o resgate da dignidade do trabalho, degradado a mercadoria-salário, no valor de uso ao invés do valor de troca, na mudança de critérios político-econômicos quantitativos para qualitativos.” (BOFF, 2012, p. 56)

Os desafios apresentados ao serviço social são inúmeros, e consequência do posicionamento contrário as desigualdades geradas pelo capitalismo, a luta é cotidiana, e o saneamento básico se apresenta como mais dos desafios, contudo, para além de desafios os assistentes sociais fazem parte do movimento de resistência, e quando mais conhecimento da dinâmica social, mais estratégias são traçadas e mais fortalecida a luta por todos os direitos, e por uma sociedade livre.

Referências

BOFF, L. Sustentabilidade: o que é, o que não é. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.



OLIVEIRA, I. I. M. C. Configurações do ensino superior e a formação profissional dos assistentes sociais: desafios para a intervenção. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 104, p. 737-749, out. / dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n104/09.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

SILVA, M. G. e. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao serviço social**. São Paulo: Cortez, 2010.



CENAS: A REALIDADE SOCIAL EM CENA

BATISTA, ALP

CASTRO, ALB

ARAUJO, BA

CAETANO, BP

COSTA, DMD

FRANCO, DF

LOPES, ITM

SOARES, IQ

ALMEIDA, LG

SILVA, NO

REZENDE, RM

SANTOS, SS

GALANTI, W

E-mail: regina.rezende@uftm.edu.br

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

Resumo

O Grupo PET Conexões de Saberes - Serviço Social, realiza o Projeto de Ensino CENAS por meio da proposição de espaços para discussão de temas específicos da realidade social, utilizando de trechos de filmes, clipes de músicas, animações e documentários para ilustrar e exemplificar situações do cotidiano. Além disso, faz-se o convite para profissionais e membros da sociedade civil que discutam o tema para mediar e/ou contribuir com o debate. Todo o processo de materialização do Projeto é educativo, sendo que o grupo realiza um encontro para discussão e montagem das cenas previamente e depois o exhibe para os membros da comunidade acadêmica, tratando de temas transversais e multidisciplinares.

Palavras – chave: sociedade; educação; cotidiano; Serviço Social.



Introdução

O Programa de Educação Tutorial (Conexões de Saberes) - Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM, possui três eixos principais sendo: Educação, Direitos Humanos e Sociedade, que – aliados à abordagem da teoria social crítica preconizada pelo Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social – fundamentam e norteiam as discussões e atividades desenvolvidas pelas/os petianas/os para com a comunidade acadêmica e comunidade externa. O Grupo propõe atividades de pesquisa, ensino e extensão, reconhecendo a indissociabilidade desses três pilares para a constituição da Universidade Pública, em defesa de uma formação profissional de qualidade.

Objetivo

O projeto CENAS, enquanto atividade de ensino, é fundamentado na promoção de debates e reflexões acerca de assuntos do cotidiano e da realidade social, tendo como ênfase a identificação das expressões da questão social, a partir de extratos pedagogicamente extraídos de filmes, músicas, documentários e/ou curtas, no âmbito da sociedade capitalista, cenário das expressões da questão social. Entende-se como questão social,

[...] conjunto das expressões de desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. (...) expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. (...) Esse processo é denso de conformismos e resistências, forjados ante as desigualdades, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais (IAMAMOTO, 2001, p. 17)

Esta categoria teórica é central para o Serviço Social, por se configurar como objeto de intervenção profissional. Dessa forma, a atividade é realizada dentro do ambiente da



academia, porém convidando profissionais e membros da sociedade civil, de acordo com o tema escolhido, trazendo, assim, contribuições para as discussões acerca da realidade social, do cotidiano, área de atuação, desafios frente a hegemonia do capital e possíveis instrumentos de intervenção.

O CENAS oferece, de forma coletiva e crítica, a oportunidade da criação de espaços de produção do conhecimento por meio da arte e cultura cinematográfica. Desde o momento dos preparativos para a realização dos encontros e estudos até a sua efetivação, o exercício da práxis se dá a todo o tempo, categoria essa essencial para a formação profissional em Serviço Social, captando a essência daquela realidade e de seus sujeitos.

Método

A materialização desse projeto se dá em dois momentos: inicialmente, marca-se um encontro fechado as/aos petianas/os para sugestão de documentários e filmes referentes ao tema proposto, discussão de textos acadêmicos e notícias que nortearam o debate e montagem de vídeo contendo extratos de cenas o qual será exibido na data marcada. No segundo momento, depois de ampla divulgação de data, local e horário, estimulando a participação da comunidade acadêmica em seus mais variados cursos e coletivos, exibe-se o vídeo construído por um compilado de cenas e propõe-se um debate responsável e fundamentado na teoria social crítica cujo principal artifício é a análise da realidade social por meio da totalidade,

[...] Trata-se da nossa abordagem das questões propostas aqui numa perspectiva de totalidade, reconhecendo o caráter radicalmente histórico do ser social como complexo de complexos; a relação entre sociabilidade e individualidade; a existência e as implicações da luta de classes na vida social e as contradições postas na realidade. (CISNE; SANTOS, 2018, p.24)

Entendendo a construção do conhecimento como um processo dialético entre os sujeitos, faz-se o convite para profissionais do Serviço Social que atuem na área de abrangência do tema proposto, membros da sociedade civil, representantes de coletivos, para fomentarem o debate e contribuírem com as discussões juntamente com as/os discentes e professoras/es presentes.



Resultados

Com os resultados acerca das argumentações produzidas na coletividade como um dos eixos centrais do projeto CENAS construído pelo PET – Serviço Social, se resulta que através da linguagem audiovisual se consegue realizar uma discussão acerca do tema proposto em cada encontro de forma crítica, compreendendo os embates, as conquistas tanto na análise proposta, como das lutas e resistências dos profissionais inseridos nesta realidade, ampliando não somente a área do Serviço Social, mas também outras áreas que contribuem com suas perspectivas no avanço do enfrentamento coletivo das vastas manifestações e transfigurações das expressões da Questão Social advinda de uma sistema hegemônico do capital.

Respeitando o processo dialético e coletivo de uma educação embasada na teoria social crítica, nos dois momentos de elaboração deste projeto, as/os petianas/os assim como a tutora utilizam da coletividade para a produção de espaços de conhecimento por meio de expressões da cultura cinematográfica, dispendo também com a contribuição de profissionais que se encontram componentes do âmbito profissional assim como discentes e docentes de outras áreas ampliando assim a visão crítica da realidade e fomentando a discussão da luta de classes. Tendo a totalidade, criticidade e dialética entre outras categorias, se observa que este projeto conseguiu atravessar campos diversos de abordagem como o trabalho, a distribuição da riqueza socialmente produzida, espaços políticos, economia, processos de formação, legislações instituições estatais, realidade cotidiana, ambientes que se articulam e se materializam as expressões da Questão Social, fonte de discussão do projeto exposto.

Considerações Finais

Compreendendo as finalidades do PET – Serviço Social apresentando assim, uma de suas propostas de execução o CENAS, na perspectiva de produção, promoção e realização de debates, reflexões e articulações partindo da apresentação de recortes de uma determinada realidade objetivando assim a análise crítica e a percepção das expressões da Questão Social



visíveis nas cenas apresentadas, articulando a apreensão da linguagem áudio visual tanto no âmbito acadêmico, como no profissional. Se observa nos encontros do CENAS, que a desresponsabilização do Estado, os desmontes dos direitos sociais e políticas públicas, discursos neoliberais e neoconservadores presentes em todas áreas de atuação e pesquisa, criminalização dos movimentos sociais e da pobreza, ascensão da hegemonia do capital, perda do princípio e reconhecimento de classe são abordagem que acabam apontando nas discussões, circulando também em outras áreas.

Assim, o CENAS alcança a visualização ampla e real da realidade vivida pelos variados grupos sociais em suas respectivas áreas, conseguindo assim, realizar de forma crítica e coletiva, as articulações do mundo do trabalho dentro de um sistema capitalista e como todas as expressões da Questão Social são estruturantes para a manutenção e perpetuação do capitalismo. Bem como analisa as diversas formas de opressão e discriminação do Estado e de sua forma político-econômica regente e suas ramificações na vida social.

Referências

BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H. **Código de ética do/a assistente social comentado. Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFESS)**. Cortez. São Paulo. n. 1, 2012.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. de M. dos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. Cortez, São Paulo, n. 18, 2018.

IAMAMOTO, M.V. **A questão social no capitalismo**. Temporalis, Brasília, n. 3, 2001.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo – diário de uma favelada**. São Paulo: Francisco Alves, 1960.



PRECISAMOS FALAR SOBRE ABORTO

COELHO, DA

ARANTES, R

Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM

Resumo

O texto apresentado tratará do tema aborto em suas diversas dimensões.

Palavras-chave: Saúde da Mulher; Criminalização; Aborto.

Introdução

Segundo resultados da Pesquisa Nacional do Aborto (PNA) realizada em 2016 o número de mulheres que praticam aborto ilegal é alarmante: uma em cada cinco aos quarenta anos de idade já realizou, entre as mais jovens, 29% de doze aos dezenove anos. No ano de 2014 quatrocentos e dezesseis mil mulheres praticaram aborto e no ano de 2015 foram quinhentos e três mil. Desse total de abortos realizados no Brasil em 2016 28% das mulheres sofreram complicações e precisaram ser hospitalizadas, e houve um aumento consideravelmente grande de um ano para outro, segundo dados da Pesquisa.

A complicação da prática do aborto é uma das principais causas de mortalidade materna registradas no Brasil. Em 2002, 11,4% de todas as mortes maternas foram relacionadas a complicações registradas de aborto (LAURENTI, 2004 apud VICTORA, 2011). “A curetagem pós-abortamento representa o segundo procedimento obstétrico mais realizado nas unidades de internação da rede pública de serviços de saúde, superada apenas pelos partos normais.” (BRASIL, 2005). Em 2013 houve 154.391 mil internações por complicações no SUS, com um custo de 63,8 milhões ao poder público, e também realizadas 190.182 mil curetagens que custaram 78,2 milhões. Essas informações demonstram que o aborto é uma questão de saúde pública, e os gastos expressivos de recursos públicos com as complicações resultantes de abortos inseguros poderiam ser utilizados para outros fins se não houvesse a ilegalidade do aborto, além de muitas mortes serem evitadas (PARTO DO PRINCÍPIO, 2012).



Mulheres em situação de abortamento espontâneo ou induzido que dão entrada em serviços de saúde de atenção obstétrica e pronto socorros frequentemente encontram dificuldades para conseguir atendimento adequado e humanizado. A dificuldade de acesso a serviços qualificados de saúde pode ser considerado como um fator indireto que contribui com a ocorrência da mortalidade materna. Cabe ressaltar que a OMS considera o aborto inseguro uma das causas de mortalidade materna mais facilmente evitáveis (WHO, 2010 apud BRASIL, 2011).

A proibição e imposição do Estado sob o corpo e vida das mulheres brasileiras, quando considera o aborto como crime, acaba por gerar um grande problema para as mulheres e para o Estado, pois como as mesmas não tem o direito a um aborto seguro e de qualidade apelam para as mais variadas formas de executá-lo, a depender da sua realidade social, econômica, cultural, e do contexto histórico.

No Brasil, o aborto só não é qualificado como crime quando ocorre naturalmente ou quando praticado por médico capacitado em três situações: em caso de risco de vida para a mulher causado pela gravidez, quando a gestação é resultante de um estupro ou se o feto for anencefálico. Este último caso foi decidido em 2012 pelo Supremo Tribunal Federal pela ADPF 54, que entende a interrupção da gravidez de fetos anencefálicos como um "parto antecipado" para fim terapêutico. Nas outras situações, o aborto é considerado um crime, a pena prevista é de 1 a 3 anos de detenção para a gestante, e de 1 a 4 anos de reclusão para o médico ou qualquer outra pessoa que realize em outra pessoa o procedimento de retirada do feto.

Diante da realidade do aborto no mundo, e particularmente no Brasil em que todo ano quase meio milhão¹ são realizados sendo a grande maioria inseguros, objetivamos evidenciar a realidade do aborto no Brasil como questão de saúde pública, conhecer a legislação brasileira frente à questão do aborto; e analisar as determinações sócio histórica que atravessam a questão do aborto, como patriarcalismo, a desigualdade de gênero, a ética, a religião, bem como os direitos humanos sexuais e reprodutivos e o direito ao aborto.



Objetivo

Evidenciar a realidade do aborto no Brasil como questão de saúde pública, conhecer a legislação brasileira frente à questão do aborto; e analisar as determinações sócio histórica que atravessam a questão do aborto, como patriarcalismo, a desigualdade de gênero, a ética, a religião, bem como os direitos humanos sexuais e reprodutivos que atravessam a questão do aborto.

Método

Buscou-se apreender as determinações sócio históricas que atravessam essa problemática, por meio do método materialismo histórico-dialético e como procedimentos metodológicos utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental a fim de aproximar do arcabouço teórico e legal sobre aborto.

Resultados

Autores como Pedro, 2003; Moura, 2004; Diniz e Medeiros, 2012 *apud* Valdo; Castro, 2017 evidenciam que a prática do aborto é bastante antiga e não se tem precisão de quando ela surge. Mas sabe-se que no Brasil, desde o período do Brasil Colônia e da escravidão, o aborto era a “alternativa” que as mulheres em regime de escravidão encontravam para não colocar seus filhos sob as mesmas condições que viviam e para não levar adiante gravidez indesejada.

Ao longo dos tempos, as formas de provocar um aborto foram mudando, antes era comum o uso pelas mulheres de chás, ervas, sondas, objetos perfurantes e líquidos cáusticos, além do recurso às leigas e clínicas privadas. As referências a medicamentos eram raras, sendo feitas por menos de 15% das mulheres em situação de aborto nos hospitais públicos (BRASIL, 2009). A partir da década de 1990, a grande maioria das mulheres passaram a utilizar medicamentos para a prática do aborto, sendo principal usado, o Misoprosotol, mais conhecido popularmente como Cytotec, recomendado pela Organização Mundial de Saúde para abortos legais e seguros, mais proibido pela Anvisa para comercialização, somente permitido para hospitais com cadastro e credenciamento, mas muito utilizado



pelas mulheres para interrupção da gravidez.

A questão relativa ao tratamento jurídico que deve ser conferido ao aborto desperta polêmicas intensas no Brasil e no mundo, pondo em campos opostos os defensores do direito à escolha da mulher e os que pugnam pelo direito à vida. As divergências são profundas e não se circunscrevem aos argumentos jurídicos, morais ou de saúde pública, envolvendo também crenças religiosas. E, no Brasil, não teria como ser diferente, principalmente em se tratando de um país considerado conservador.

Analisando o aparato jurídico no que se refere ao aborto, autores como Miguel, Biroli e Mariano (2017) revelam que a realidade brasileira está diante de um legislativo extremamente conservador, com uma bancada regressista, denominada “bancada dabíblia”, que acaba por permitir que a religião se coloque em meio às políticas e leis, negando às mulheres o direito de decidirem e, portanto, terem autonomia em situações que se refere ao seu próprio corpo. Imposto por meio de Leis que afetam e torturam ainda mais as mulheres que têm que lidar com a criminalização do mesmo, sendo julgadas em maior parte por homens, que, aliás, nunca são penalizados, e que muitas vezes estão por trás do incentivo e prática.

No Brasil, o aborto é permitido em casos estipulados pelo Código de Processo Penal, regulamentado pela Lei 2.848 em 1940, sendo permitido nas seguintes situações: estupro, risco de morte da mulher e má formação do feto, sendo este último caso inserido recentemente na legislação.

De acordo com essa legislação, se o aborto não for enquadrado em nenhum desses casos, a mulher é penalizada “provocar aborto em si ou consentir que outrem lhe provoque é crime com pena de detenção de 01 (um) a 03 (três) anos (Artigo 124 Código Penal). E ainda, a lei pune quem realiza o aborto na mulher com o seu consentimento ou sem o seu consentimento, com prisão de um a quatro anos com o consentimento da mulher e pena de três a dez anos para quem o faz sem o consentimento da mesma, mas esse código só se aplica em casos de menores de 14 anos, ou a quem de alguma forma tem necessidades especiais, conforme descrito no artigo 125 e 126 e no parágrafo único deste Código. No mesmo código também fica evidenciado que os médicos têm total liberdade para a



realização do aborto em casos que não tem outra forma de salvar a vida da gestante, ou em casos de estupro que a mulher queira a interrupção da gravidez (BRASIL, 2000).

A legislação brasileira trata o aborto como um crime, mesmo nos casos em que o mesmo é permitido, pois, ainda se tem a ideia de que é um homicídio pela legislação e outras instituições, porém nesse caso se trata de um crime não punível. A visão ultrapassada, e atrasada sobre o aborto descrito em nosso código penal, simboliza o quanto o Estado não tem preocupação com a vida das mulheres, e somente trata a interrupção da gravidez de um ponto de vista jurídico, não levando em consideração os dados e as mortes maternas, ignorando o fato de que essa interrupção se trata de uma questão de saúde pública, e se deve lidar com isso de forma coerente e ampla e não coercitiva como traz o código penal. “A criminalização, nessa hipótese, viola diversos direitos fundamentais da mulher, bem como o princípio da proporcionalidade” (VECCHIATTI, 2016, p. 3).

Deve-se ressaltar que, nos países que legalizaram a interrupção voluntária de gravidez, não se constatou qualquer aumento significativo no número de abortos realizados, e não há razões para supor que no Brasil seria diferente. Portanto, a criminalização do aborto tem produzido como principal consequência ao longo dos anos a exposição da saúde e da vida das mulheres brasileiras em idade fértil, sobretudo as mais pobres, a riscos gravíssimos, que poderiam ser perfeitamente evitados através da adoção de política pública mais racional. Portanto, a legislação em vigor não "salva" a vida potencial de fetos e embriões, mas antes retira a vida e compromete a saúde de muitas mulheres (SARMENTO, 2005).

A apropriação do corpo e dos processos reprodutivos das mulheres por profissionais da saúde, que se expressa em um tratamento hierárquico desumanizado, em um abuso de medicalização e patologização dos processos naturais, trazendo consigo perda de autonomia e capacidade de decidir livremente sobre os seus corpos e sua sexualidade, impactando negativamente na qualidade de vida das mulheres (VENEZUELA, 2015, p.11 *apud* SANTOS, 2016, p. 11).

Considerações Finais



O fato do aborto no Brasil não ser permitido mantendo assim leis restritivas, leva as mulheres a praticá-lo de forma insegura e precária, sem assistência à saúde adequada, acolhimento e uma atenção humanizada. Na maioria das vezes essas mulheres não contam com o apoio de seu companheiro, de amigos e familiares, além de sofrerem com o julgamento da sociedade como um todo. Como já dito anteriormente, as mulheres pobres são as que mais sofrem com essa penalidade imposta, pois não possui meios de fazer um aborto seguro com recursos médicos e uma equipe especializada, e isso acaba por trazer tanto problemas físicos como psíquicos, ou seja problemas emocionais para a saúde da mulher, 25% das mulheres que fazem aborto nessas condições necessitam de atendimento médico.

Mulheres de todas as formas abortam no Brasil, a idade delas varia de 20 a 29 anos, porém as mulheres pobres e em especial negras apelam para as mais variadas formas de fazê-lo, sendo assim as principais vítimas da criminalização do aborto.

É evidente que tem-se um grande empecilho para a configuração de leis voltadas para os direitos da mulher, este está imbricado no próprio judiciário bem como nas relações desta sociedade. A Constituição Federal, as políticas, e todo aparato jurídico é permeado de contradições. Em tese, a igualdade, liberdade e direito à saúde, é algo explicitamente citado, porém na prática a concretização não se faz da forma como deveria ser, uma vez que se a mulher decide não ter filhos a mesma é sentenciada, e se a mesma resolve não ter, é punida literalmente.

O que não parece admissível é o legislador penal brasileiro ignorar veemente a autonomia reprodutiva da mulher no que diz respeito ao aborto. A legislação sobre aborto data da década de 1940 do século passado - no contexto de uma sociedade profundamente machista, e num momento político autoritário, em que a liberdade não era devidamente prezada - não é de se admirar. Contudo, querer que a mesma seja aplicada nos dias atuais, num cenário absolutamente diverso, e sob a égide de uma Constituição que considera a liberdade com um dos seus valores máximos é desconsiderar os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, bem como os direitos humanos.



Referências

BRASIL. **Código Penal**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Saúde. **Ministério da saúde fará monitoramento online de parto cesáreos no país**. 2018. Disponível em <
<http://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/42714-ministerio-da-saude-fara-monitoramento-online-de-partos-cesareos-no-pais>>. Acesso em 05/09/2019

CISNE, M. **Direitos humanos e violência contra as mulheres: uma luta contra a sociedade patriarcal**. SERV. SOC. REV., LONDRINA, V. 18, N.1, P.138 - 154, JUL./DEZ. 2015

MAIA, MB. **Assistência à saúde e ao parto no Brasil**. In: Humanização do parto: política pública, comportamento organizacional e ethos profissional [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010, pp. 19-49

MARTINS, APV. **A ciência obstétrica**. In: Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, pp. 63-106.

MIGUEL L.F, et al. O direito ao aborto no debate legislativo brasileiro: a ofensiva conservadora na Câmara dos Deputados. **Rev. Opinião Pública**, Campinas, Vol.23, n.1. p.230-260.abril,2017. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762017000100230&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 14 jan. 2018.

MIRANDA, Thalita Claudino, MAZETO, Yuri Emmanuelle Silva. *A Violência Obstétrica como Instrumento de Punição das Classes Marginais*. In: **II Seminário Nacional de Teoria Marxista: O capitalismo e suas crises**. 1. Uberlândia. 2016. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. Ciênc. Saúde coletiva [online]. 2017, vol.22, n.2,p.653-660. Disponível em:<
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232017000200653&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 15 nov. 2017 REDE

PARTO DO PRINCÍPIO. **Violência Obstétrica: Parirás com dor**. 2012. Disponível: <
<http://www.partodoprincipio.com.br/viol-ncia-obst-trica> >. Acesso em: 15 nov. 2017.

SANTOS, Raíssa Paula Sena dos; **Violência obstétrica no Brasil: uma análise de determinações patriarcais, racistas e capitalista**. Mossoró - RN, 2016.

SARMENTO, Daniel. Legalização do aborto e constituição. **Rev. Direito Administrativo**. Rio de Janeiro, 240: 43-82. Abr./Jun.2005.

VECCHIATTI, P.R.I. **O direito fundamental ao aborto**.2016- Disponível em:



<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/o-direito-fundamental-ao-aborto-05122016>> Acesso em: 18/07/2017.



O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL EM INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO

OLIVEIRA, DMF

Casa Nosso Lar – CNL

E-mail: danifoliveira28@gmail.com

Resumo

O presente trabalho visa o compartilhamento de experiência dos desafios no campo de trabalho do assistente social, na área da assistência social especializada, especificamente em instituições de acolhimento. São diversos os casos de negligência, abuso sexual, violência doméstica e exploração que levam ao acolhimento das crianças e adolescentes, tornando o trabalho do assistente social essencial e, ao mesmo tempo, delicado, pois exige compreensão teórico-metodológica e técnico-operativa aprofundada, bem como postura ético-política consolidada. Além disso, os desafios institucionais diários exigem posicionamentos do assistente social, para que este não seja passivo ou reprodutor de ações, e permita realizar trabalhos que não são de sua competência. O trabalho multiprofissional nesse espaço também é muito desafiador, por se lidar com profissionais de outras áreas do conhecimento, que muitas vezes possuem fragmentada compreensão de seu próprio papel na instituição e, das demandas dos usuários.

Palavras-chave: Serviço Social; Trabalho; Acolhimento; Direitos Sociais.

Introdução

Na atual conjuntura brasileira, as famílias são imersas em expressões da questão social que as direcionam a situações de abandono, negligência e demais violações dos direitos das crianças e dos adolescentes. Assim sendo, o ECA/1990 traz em seu bojo o dever de proteção a esses direitos pela sociedade, bem como pelo poder público, ocorrendo a necessidade da existência de instituições de acolhimento. Nesse sentido, o Serviço Social se insere nesse espaço de trabalho, seja em âmbito público ou no terceiro setor, visando o atendimento das necessidades das crianças, adolescentes e suas famílias, mediante suas condições objetivas e subjetivas, com o adendo do trabalho multidisciplinar o qual é desafiador. Nesse sentido, pode-se destacar as possibilidades de corrupção no terceiro setor, o que dificulta demasiadamente o trabalho profissional, pois reduz seu valor e não propõe condições dignas para sua realização. Por outro lado,



percebe-se certo abandono e preconceito por parte do poder público em relação às demandas dessa área, pois as crianças, adolescentes e suas famílias são vistas como problema social de difícil solução.

Objetivo

A intenção desse trabalho é demonstrar as interfaces do trabalho profissional no setor público e terceiro setor, mediante as demandas dos usuários, da instituição enquanto poder público e dos trabalhadores de nível médio e superior.

Método

A metodologia utilizada será relato de experiência nas instituições de acolhimento, mediante os princípios ético-políticos, teórico-metodológico e técnico-operativo do assistente social, pautados na visão crítica da realidade social apresentada. Dessa forma, será demonstrada uma visão qualitativa a respeito do trabalho profissional no que se refere às múltiplas expressões da questão social que emergem no cotidiano.

Resultados

O Serviço Social na instituição de acolhimento tem o papel fundamental de orientar, por meio de dispositivos legais, as ações da equipe de trabalho, usuários e demais trabalhadores da rede de atendimento sobre as diretrizes para o alcance dos direitos sociais das crianças e adolescentes. Para isso, é necessário que o profissional esteja sempre atualizado em relação às políticas públicas existentes na rede de atendimento e, também, em constante estudo das legislações, mantendo visão crítica da realidade.

Dentre os principais dispositivos legais utilizados pelo assistente social nesse espaço sócio-ocupacional estão o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA/ 90, a Constituição Federal/ 88, o Manual de Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento – MDS/ 09, LOAS/ 93, além de normativas e portarias sobre políticas de saúde e educação.

Os desafios mais comuns ao assistente social na instituição estão voltados às contradições do trabalho em equipe, a qual por muitas vezes não consegue identificar as



demandas reais dos acolhidos, trazendo uma visão minimalista e distorcida dos problemas por eles sofridos e, algumas vezes, desconsiderando o conhecimento da equipe técnica, podendo comprometer assim, o trabalho de forma geral.

Outro ponto a ser destacado, são as condições de trabalho precarizadas, as quais dificultam o alcance dos direitos no sentido de proporcionar lazer, educação e saúde, de acordo com as necessidades de cada acolhido. Muitas vezes faltam profissionais especializados (como psiquiatra, neurologista, psicólogos) na rede de saúde para atender as demandas das crianças e adolescentes com necessidades especiais, além de faltar atendimento especial para estas na área da educação.

Por último, e não menos importante, destaca-se a falta de transporte para a locomoção da equipe técnica e dos acolhidos para resolução das demandas emergentes, principalmente quando surgem situações que devem ser resolvidas rapidamente. De acordo com o ECA/ 90:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

As dificuldades percebidas na instituição, assim como todos os fatos ocorridos, referentes aos acolhidos, são encaminhados via ofícios ao Ministério Público e ao Poder Judiciário (Vara da Infância e da Juventude), para que esses poderes tenham conhecimento e determinem as diretrizes para resolução das demandas. No entanto,



muitas solicitações demoram a obter respostas, devido a quantidade de demandas do próprio Poder Judiciário.

Nas Organizações da Sociedade Civil (OSCs) alguns problemas se agravam, pois dependem de concessão de recursos do município para o desenvolvimento do trabalho. O trabalho desenvolvido com as crianças e adolescentes fica totalmente comprometido, ao invés de proporcionar direitos, esses continuam a serem violados, pois faltam insumos básicos como alimentos, vestuários, produtos de higiene, os quais somente são conseguidos por meio de doações. O resultado é a constante rotatividade de profissionais, pois os salários não são pagos adequadamente no fechamento dos meses, gerando demasiados rompimentos de vínculos com os acolhidos.

Considerações Finais

O trabalho do assistente social na instituição requer expertise, criatividade, ética e competência técnica por parte do profissional, para saber solucionar as demandas institucionais e principalmente no que se refere a direitos. É um trabalho que exige equipe mínima com assistente social, psicólogo (a), coordenador e cuidadores, que devem interagir para o trabalho seja bem desenvolvido. Por se tratar de profissionais de nível fundamental ou médio, os cuidadores muitas vezes não conseguem compreender a realidade social e pessoal dos acolhidos, devendo estar em constantes capacitações, assim também como os profissionais de nível superior. Apesar, de todas as dificuldades impostas, torna-se um trabalho gratificante, pois trata-se de decidir sobre as vidas dos acolhidos e mostra caminhos para que busquem sua autonomia, desenvolvimento pessoal e social, em meio a tantas violações e rompimento de vínculos. Por isso, é necessário que a equipe esteja coesa para que a sensibilidade sobre a vida dos usuários seja mútua e assim, através da troca de conhecimentos possam possibilitar um atendimento humanizado e justo para os acolhidos. Além disso, o poder público precisa também voltar o olhar para a instituição como local de concessão de direitos e não como apenas um “problema social” o qual não vai de encontro a interesses meramente políticos. Destaca-se que o Serviço Social possui mecanismos para o enfrentamento dessa realidade, buscando a justiça social.



Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto Constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Senado Federal. Brasília, 2004.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em 11/09/19.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm> . Acesso em 11/09/19.

BRASIL. MDS. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento**. Brasília, 2009.



A REALIDADE DAS MULHERES NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO

DANCONI, J

ALMEIDA, LG

E-mail: jdانconi@gmail.com

Resumo

O presente trabalho busca trazer a realidade do sistema carcerário feminino, seus enfrentamentos e o processo atual de sucateamento deste por parte do Estado. Pontuamos também como a falta de políticas públicas para as mulheres que se encontram encarceradas pode afetar sua dignidade humana e que a predominância histórica das expressões da "Questão Social" patriarcal e racista acaba por limitar e retroceder certos avanços na conquista por direitos às mulheres.

Palavras-chave: Sistema carcerário; Mulheres; Questão-Social

Introdução

O Sistema Prisional Brasileiro é um dos que mais prende mulheres no mundo, sendo a quarta população carcerária feminina do planeta (TREVISAN, 2018, online). Tendo em vista, realizaremos a apresentação do nosso trabalho cujo tema abordado é mulheres no sistema carcerário e suas realidades. A precariedade de políticas públicas, os elevados índices de ocupação, que por sua vez, reflete problemas estruturais no sistema, onde inúmeras mulheres que aguardam sem previsão serem julgadas, tendo assim sua liberdade comprometida e o enfraquecimento de seus laços familiares na negação de prover sustento e educação aos seus filhos devido a um descontrole estrutural por parte do Estado e do Judiciário, acabaram por apontar á necessidade de expor esta problemática sendo elas ás expressões da "Questão Social" presentes na realidade destas mulheres privadas de liberdade. A Disposição para o estudo de tal temática surgiu durante estudos realizados na matéria de Pesquisa Social na graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, dispondo da finalidade de se iniciar e fomentar o campo de pesquisa sociojurídico, tendo por objetivo geral compreender as expressões da "Questão Social" e



seus rebatimentos na realidade de mulheres encarceradas; apresentando como objetivos específicos a apreensão da "Questão Social" e suas expressões na realidade das mulheres encarceradas, interpretando as falhas do sistema penal e suas configurações, assim como salientando os rebatimentos significativos que influenciam na crescente população feminina no sistema carcerário. A justificativa para tal estudo fundamentou-se na motivação durante manifestou-se durante a presença aos eventos que manifestavam a posição da mulher negra na sociedade, abordando aspectos sociais, econômicos e políticos dessa parcela da sociedade que de forma majoritária, é constantemente excluída de direitos socialmente criminalizadas por falta de políticas públicas, que não são efetivadas pelo Estado, que acabam por negar o acesso fundamental às necessidades humanas e acaba por fortalecer o vínculo e a entrada das mulheres a criminalidade. Sendo assim, como resultados do projeto de pesquisa alegamos que segundo Santos (2008) "Isto significa dizer que o que tem existência real não é a "Questão Social" e sim suas expressões, determinadas pela desigualdade fundamental do modo de produção capitalista. O conceito "Questão Social", em face de seus propósitos conservadores, não traz necessariamente com ele as premissas subjacentes à análise da lei geral da acumulação capitalista: essa foi uma aporia ao conceito quando de sua incorporação por autores do Serviço Social brasileiro. Pode-se dizer, assim, que houve uma releitura do conceito que apresenta uma potencialidade totalizadora a ser explorada, especialmente por designar de modo articulado uma série de manifestações encaradas tradicionalmente de forma isolada, configurando os chamados "problemas sociais" (p.27). Como uma das amostras destas expressões da "Questão Social" que possuem rebatimentos na vida de mulheres encarceradas, ficou perceptível a inviabilidade destas mulheres, repercutindo na porcentagem de 45% de mulheres presas no Brasil em Junho de 2016 que não haviam sido julgadas e condenados. Conclui-se que, a invisibilidade destas mulheres é recorrente, acentuando as expressões da "Questão Social" em sua realidade carcerária (SANTOS, 2018). Segundo Cisne e Santos (2018) "Assim, para analisarmos a sociedade em que vivemos é importante nomear de quais relações de gênero falamos. No caso, relações patriarcais de gênero, que dizem respeito às relações hierarquizantes de opressão e exploração entre os sexos, as quais então ainda fortemente presentes na



sociedade, daí a importância de considerarmos o patriarcado quando refletimos criticamente sobre a relação de gênero" (p.45).

Desenvolvimento

Compreendemos historicamente que as mulheres presentes nesta pesquisa sofrem com a opressão de uma sociedade socialmente determinada em fundamentos patriarcais e sexistas onde se determina o lugar e posição da mulher na sociedade, assim como seu papel social de passiva e protagonista de princípios morais, tornando-se imorais, excluídas e "desvirtuadas" as que não efetivam o papel social pré-determinado pelo capital. A sociedade divide a mulher em duas categorias, as mulheres vítimas, que sofrem qualquer tipo de violação, entretanto são defendidas por leis que colaboram para a efetivação de seus direitos; e as mulheres opressoras, que sofrem duplamente a violação, por estarem em situação de cárcere e por não representar nenhum traço de fragilidade. Expressões como a falta de acesso à educação, segundo o INFOPEN Mulheres (2016), 51% da população carcerária não concluiu o ensino fundamental, super lotejamento das prisões e o déficit no atendimento de suas demandas como berçário e creche para que os filhos possam permanecer com suas respectivas mães, a falta de efetivação da política de Indulto, o fator do racismo como hegemonicamente predominante no processo carcerário, que segundo dados de 2016 do INFOPEN Mulheres (2018) 53% da população penitenciária é negra, expondo que há uma eliminação e criminalização dos corpos negros. De acordo com as análises elaboradas com os resultados das pesquisas fornecidas pelo sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro, INFOPEN, elucida um perfil claramente demarcado entre as mulheres selecionadas pelo sistema penal, sendo este a nítida vulnerabilidade socioeconômica, que possui relação, de acordo com Cisne e Santos (2018) " As marcas de subordinação e dependência, forjadas em um modelo de colonização baseada no patrimônio patriarcal e escravista, possuem implicações na formação não apenas econômica, mas também social cultural e política do Brasil. Implicam, portanto, contornos particulares à dinâmica capitalista nesse país" (p. 100-101). A violência contra a mulher, dentro e fora do ambiente familiar, se faz presente em muitos dos casos destas mulheres,



que contribuíram para sua inserção ao mundo do crime com a premissa de que agressão já era habitualmente naturalizada, praticadas pelos próprios familiares, onde estes espaços são cenários de violência doméstica, impositividade do poder da figura masculina como provedora dos espaços privados, ranço de uma cultura machista, que acabam por possuir rebatimentos na matrimônio de forma precoce, ilustrando sua realidade vivida e lançando luz sobre mais uma vulnerabilidade que precisa ser ponderada na elaboração e efetivação de políticas alternativas ao encarceramento feminino.

Procedimento metodológico

De acordo com a metodologia utilizada, partiremos do estudo aplicando a pesquisa bibliográfica e documental - que consiste, de acordo com a obra de Gil (2006), leitura e análise de textos já produzidos - a partir destas análises acerca da situação das mulheres no sistema carcerário. Posto isto, executamos análises de obras bibliográficas iniciando pelo estudo das expressões da "Questão Social" abordado na obra "Questão Social". Particularidades no Brasil de Josiane Soares Santos, para compreendemos a partir do embasamento teórico no materialismo histórico dialético, os rebatimentos dos resultados desta pesquisa a fim de contribuir de forma crítica, tanto a formação profissional como os egressos do Serviço Social, fortalecendo a construção do projeto societário defendido pela profissão segundo o autor José Paulo Netto. Atribuiremos nesta pesquisa obras com "Feminismo, Diversidade sexual e Serviço Social" de Mirla Cisne e Sylvania Mara de Moraes dos Santos (2018) a fim de discutir a relação e posição da mulher na sociedade burguesa vigente, apontando o papel social que lhe foi atribuído apontando as respostas da mesma quando a mulher acaba por não corresponder a esta imposição. Contudo, a investigação possui traços qualitativos e quantitativos.

Considerações finais

Como conclusão desta pesquisa, admitimos a necessidade de fomentação de políticas públicas para a garantia de direitos e dignidade humana para as mulheres encarceradas, no sentido de contribuição para a sua visibilidade social e apresentação de sua realidade



carcerária. Assim, concluímos que o sistema penal brasileiro aponta inúmeras falhas, resultando na exposição das mesmas como ponto de partida para uma renovação estrutural. Consumamos que a predominância histórica das expressões da "Questão Social" patriarcal e racista acaba por limitar e retroceder certos avanços na conquista por direitos às mulheres, assim como no sucateamento de política já existente como forma de legitimação do capital. Como progresso desta investigação, ostentamos a apropriação crítica intelectual acerca da proposta determinada, garantindo o aprofundamento tanto no campo profissional em Serviço Social como no processo de formação, perante a efetivação e construção de direitos sociais e uma nova ordem societária.

Referências

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvania Mara dos. "**Feminismo, Diversidade sexual e Serviço Social**", São Paulo: Cortez, 2018, 194 p. (Biblioteca básica de serviço social, 7).

GIL, Antônio Carlos. "**Como elaborar projetos de pesquisa**". 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2006.

SANTOS, Josiane Soares. "**Questão Social**": particularidades no Brasil. São Paulo (SP): Cortez, 2012. 311 p. (Biblioteca básica de serviço social, 6).

SANTOS, Thandara (org.). "**Levantamento nacional de informações penitenciárias: INFOPEN Mulher**". 2. ed. Brasília: ministério da justiça e defensoria pública, departamento penitenciário nacional, 2017. Disponível em:<<https://www.justica.gov.br/news/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>>. Acesso em: 10 nov de 2018.



GRUPO DE ESTUDO FEMINISTA CLASSISTA:LUTA E RESISTÊNCIA

SILVA, PR

Email: paularavagnani1@gmail.com

Resumo

O referido relato de prática tem por objetivo delinear acerca da iniciativa de um grupo de estudo sobre o feminismo na perspectiva classista, dentre a relação feminismo-marxismo, perante o Projeto Ético- Político do Serviço Social. Direciona-se para toda comunidade acadêmica da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (Uberaba-MG), bem como a interlocução com a sociedade local. Tal iniciativa, materializou-se devido a necessidade da abordagem no cerne do Feminismo no contexto atual no Brasil, haja vista os vários casos de violência, entre suas múltiplas dimensões, contra mulheres, assim como a de fortalecimento da luta anticapitalista e contra a Hegemonia Neoliberal. Perpetua-se como foco de estudos, dentre obras, pesquisas, documentos, leis, dentre outros, os alicerces constituintes da história do Feminismo e os aportes estruturantes na realidade brasileira tendo por dimensão a abordagem classista nos delineamentos das lutas sociais frente aos processos de transformações da realidade social.

Palavras-Chave: feminismo; luta de classes; marxismo.

Introdução

O dimensionado relato de experiência adentra explicar acerca da iniciativa de criação de um grupo de estudo voltado para as reflexões e análises sobre as questões do Feminismo, assim, particularizando no âmbito da realidade brasileira atual, dentre, sobretudo, a articulação com a luta classista nos aportes do marxismo frente aos processos de emancipação.

Assim, nos alicerces estruturantes no âmbito transformação societária, em conexão, nessa dimensão, com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, tendo em vista a Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e o Código de Ética da categoria (1993) que aportam “A relação interventiva do Serviço Social com os processos de mobilização e organização popular [...]” (ABRAMIDES, DURIGUETTO, 2014, p. 188), nesse contexto, um dos desafios materializados no viés do trabalho profissional da (o) Assistente Social se



conota em “[...] apreender as expressões que as desigualdades sociais assumem na vida dos sujeitos e fortalecer suas formas de resistência [...], ou seja, o desvelamento das formas de organização e das potencialidades de mobilização e de luta” (2014, p. 189).

Atenta-se, sobretudo, que é na “[...] tensão entre a re-produção da desigualdade e produção da rebeldia e resistência que atuam os Assistentes Sociais [...] movidos por interesses sociais antagônicos” (IAMAMOTO, 2008, p. 160), nessa direção, tal como abordado por Mészáros (2002, p. 271) ao delinear as acepções no tocante aos processos de emancipação das mulheres que, por sua vez, não pode ser concretizada sem que haja a luta e demanda no cerne da igualdade de forma verídica que enfrente “[...] diretamente a autoridade do capital [...]”.

Haja vista que a perspectiva feminista classista pautada no dimensionado referencial teórico-metodológico, compreende:

[...] na teoria revolucionária marxista e no Projeto Ético-Político do Serviço Social uma estratégia comum: a luta por liberdade substantiva, o que necessariamente demanda pensar as relações sociais e as contradições e conflitos que os conformam, bem como uma ação coletiva em torno de um projeto societário classista (CISNE, 2018, p. 212).

Diante do exposto, perpetua-se a proposta de estudos do dimensionado grupo dentre suas temáticas articuladoras, bem como suas estratégias e finalidades, tendo como norte a realidade brasileira atual dentre a necessidade do fortalecimento da luta feminista classista em sua articulação com os princípios éticos e políticos no âmbito do Serviço Social.

Objetivo

O Grupo de Estudo Feminista Classista (GEFEC) denota por objetivo analisar e compreender a luta feminista brasileira na acepção da luta de classes em articulação com o marxismo na perpetuação dos processos de transformação social e os aportes de emancipação, nessa perspectiva, aflorar a apreensão da “[...] relação entre feminismo e marxismo para o entendimento crítico e o enfrentamento das desigualdades sociais determinadas pela imbricação das relações sociais de sexo, “raça” e classe [...]” (CISNE, 2014, p. 213).



Nesse sentido, em articulação com os delineamentos do Projeto Ético-Político do Serviço Social, dentre, sobretudo, as particularidades no âmbito da realidade no Brasil atual, adentrando, assim, as formas de lutas, estratégias e resistências:

[...] na Lei de Regulamentação da profissão (1993) que determina como competência do assistente social “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais [...]” e no Código de Ética (1993) , que afirma como direito do profissional “apoiar e-ou participar dos movimentos sociais e das organizações populares [...]” (ABRAMIDES, DURIGUETTO, 2014, p. 188).

Dessa forma, se destinará a toda comunidade acadêmica no viés da UFTM (Uberaba-MG), com foco as (os) estudantes e professoras (es) no cerne do Serviço Social, bem como Assistentes Sociais e demais trabalhadoras (es), assim como na articulação, contudo, com a sociedade local apresentada e interessada.

Os estudos se centrarão nas seguintes obras: “Feminismo e consciência de classe no Brasil” (2014) de Mirla Cisne; “O segundo sexo: a experiência vivida” (1980) de Simone Beauvoir; “Movimentos Sociais e Serviço Social (2014) de Maria Beatriz Abramides e Maria Lúcia Duriguetto; dentre outras.

As reuniões para a consolidação dos delineados estudos ocorrerão quinzenalmente com aproximadamente duas horas de duração em sala reservada com antecedência na localidade da UFTM (Uberaba-MG).

Cabe ressaltar, que para além de estudos teóricos crítico-reflexivos, tenderá para ações coletivas que prezem a socialização de informações, atos e atividades que delineiem os aportes estruturantes do referido grupo de estudo. Também, se objetivará, em um momento posterior, que a dimensionado grupo se formalize como grupo de pesquisa e extensão universitária.

Método

O método que será abordado para as análises e os desvelamentos no âmbito das análises e reflexões advindas do delineado grupo de estudos, se pautará no Materialismo Histórico-Dialético de Karl Marx. Dentre os procedimentos metodológicos, serão abordadas e desenvolvidas as pesquisas bibliográficas e documentais.



Resultados

Compreender as questões referentes ao Feminismo na perspectiva classista na articulação com o marxismo, apreendendo as lutas sociais no cerne dos movimentos sociais, assim, vinculadas a luta de classes (MARX;ENGELS, 2015), dentre, contudo, os alicerces constituintes do Projeto Ético-Político do Serviço Social frente os processos de emancipação e transformação social. Para que, nessa perspectiva, atenta-se a análise da realidade brasileira atual e as estratégias, formas de lutas e resistências .

Considerações finais

Os processos que demarcam as opressões, bem como as violências contra mulheres, em suas múltiplas expressões, se perpetuam enquanto uma acepção que está imbricada no viés da hegemonia dominante no cerne do Capitalismo- Neoliberalismo na dimensionalidade que “[...] Tais conflitos exigem o pensar de um sujeito político coletivo [...], é fundamental identificar quais são as pessoas que sofrem na pele as opressões e explorações pela sua classe, “raça” e sexo. Esse sujeito é a classe trabalhadora em sua totalidade [...]” (CISNE, p. 226-227, 2018).

Diante do exposto e articulada a realidade brasileira na contemporaneidade, sobretudo, aos alicerces estruturantes do Projeto Ético-Político do Serviço Social, atenta-se para a importância da iniciativa de criação do referido Grupo de Estudo Feminista Classista (GEFEC) ancorado, assim, no marxismo, na articulação dentre as lutas sociais e a luta de classes frente aos processos de transformações.

Referências

ABRAMIDES, Maria Beatriz; Maria Lúcia, DURIGUETTO (ORG). **Movimentos Sociais e Serviço Social** – uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: a experiência vivida. v. 2. 10ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.



CISNE, Mirla. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. *erv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 132, p. 211-230, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.138>.

Acesso em: 01 de set. de 2019.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Série Clássicos Edipro, Tradução, prefácio e notas Edmilson Costa. Apresentação Annibal Fernandes. 3. ed. São Paulo: EDIPRO, 2015.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.



QUESTÃO SOCIAL: UMA APREENSÃO A PARTIR DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS DE UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE

SOUZA, I

MASSON, GA

E.mail: gabriela.masson@uftm.edu.br

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

Resumo

Os resultados aqui apresentados são da pesquisa realizada para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) defendido em 2018. O objetivo geral que perpassou a análise foi a apropriação do materialismo histórico dialético pelas/os assistentes sociais em um município de pequeno porte em Minas Gerais/MG. Para tanto, realizou-se estudo da formação profissional, dos espaços sócio-ocupacionais, cotidiano de trabalho e os desafios apontados para a efetivação do Projeto Ético- Político do Serviço Social. Uma das aproximações realizadas neste processo foi o entendimento da apreensão de “questão social” pelas/os assistentes sociais no cotidiano de trabalho, que será o debate apresentado neste trabalho. Foi utilizado a pesquisa bibliográfica e de campo. Concluiu-se que as/os assistentes sociais ainda enfrentam desafios para apreender a “questão social” de forma crítica e estrutural em seus espaços de trabalhos, fato que necessitar ser debatido e repensado nos espaços de formação e trabalho profissional.

Palavras-chave: Questão Social; Serviço Social; Trabalho Profissional.

Introdução

Através dos debates desenvolvidos ao longo da formação profissional em Serviço Social com as disciplinas, eventos de extensão, o estágio supervisionado em Serviço Social, entre outros espaços que a universidade pública possibilita aos estudantes, foi possível a construção de uma reflexão sobre unidade teoria-prática e a necessidade de que as/os assistentes sociais tenham uma apreensão crítica e estrutural da “questão social”, conseguindo apreendê-la em seu cotidiano e desenvolvendo um trabalho profissional que ultrapasse o fazer institucional e burocrático nos limites das políticas públicas.

Objetivo

Desta forma a pesquisa que originou esse trabalho objetivou analisar a



apreensão de “questão social” pelas/os assistentes sociais que trabalham no âmbito das políticas públicas de um município de pequeno porte de Minas Gerais, com base na direção crítica do Projeto Ético-Político Profissional que direciona para uma atuação profissional com perspectiva de construção de uma nova ordem societária.

Método

Para o alcance do objetivo foi realizada a pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo por meio de entrevistas semi-estruturadas com todas/os profissionais, totalizando seis assistentes sociais. A pesquisa passou pelo Comitê de Ética e tem como método o materialismo histórico dialético.

Resultados

Na atualidade o modo capitalista de produção é hegemônico e globalizado, sendo que o trabalho nesta sociedade adquire uma configuração de trabalho forçado, alienado, pois é fundado na exploração do homem pelo homem, na apropriação privada dos meios de produção e da riqueza socialmente produzida. Os detentores dos meios de produção constituem a classe burguesa e exploram os que possuem apenas a venda da força de trabalho, como única forma de sobrevivência neste modo de produção.

O desemprego e a produção e reprodução do “pauperismo” são necessários para o desenvolvimento do modo de produção capitalista (MARX, 2011) e para além deste o proletariado é atingido também pelo aumento do empobrecimento decorrente da exploração do trabalho, com condições precárias de moradia, alimentação, com reduzidos salários e trabalho intensificado. É importante ressaltar que a pobreza sempre existiu, estando presente também nos outros modos de produção, sendo resultado da exploração do homem pelo homem. Como Netto (2001, p. 153) explicita o diferencial da pobreza engendrada no modo de produção capitalista está no fato de que esta “[...] cresce na razão direta em que se aumenta a capacidade social de produzir riquezas[...]”, enquanto nos outros modos de produção a pobreza estava ligada a escassez e a falta de conhecimentos científicos e materiais.



Este empobrecimento avulta-se no século XIX juntamente com a consolidação e desenvolvimento do sistema capitalista advindo do processo de Revolução Industrial, êxodo rural e concentração da população em grandes centros urbanos. A população até este momento se concentrava no campo, de forma que através do trabalho na terra supria suas necessidades e não necessitava vender sua força de trabalho. É através dos “cercamentos” das terras que é incentivado e pressionado o êxodo rural, que significou o aumento de mão de obra necessário para o desenvolvimento do modo de produção capitalista, e o surgimento do “trabalhador livre” (IAMAMOTO, 2008), quando os trabalhadores são obrigados a vender sua força de trabalho para as indústrias que surgiam, para a satisfação de suas necessidades. (SANTOS, 2012)

Segundo Iamamoto (2008) a nomenclatura “questão social” é atribuída às expressões de pauperismo, pobreza, desigualdade e opressões que são *socialmente produzidas* e reproduzidas pela sociabilidade capitalista. A “questão social” não é uma condição eterna sendo possível sua superação quando superado o modo de produção fundado na apropriação privada da riqueza socialmente construída. Sendo neste sentido, impossível a eliminação das manifestações da “questão social” nesta ordem societária, mas sim seu apaziguamento por meio de políticas públicas implementadas no Estado burguês.

O Serviço Social tem em sua gênese a apreensão de “questão social”, assim como pela sociedade, como males desencadeados pela modernização, sendo de responsabilidade atribuída aos indivíduos sociais, à moral e ao divino, sua supressão. Essa manifestação da profissão no cenário brasileiro teve como pressuposto teórico conservador o neotomismo, corrente doutrinária cujo principal representante foi o filósofo francês Jacques Maritain. (NETTO, 2010)

Com o Movimento de Reconceituação se tem revisões teóricas e metodológicas da profissão, sendo construído entre os anos 1960 e 1980 um arcabouço teórico e político que possibilita um debate crítico acerca da “questão social”, que ocupa os espaços representativos da profissão até ser reconhecida pela categoria com o Código de Ética de 1986, como estrutural e intrínseca do modo de produção capitalista.



Desta forma, é imprescindível para o trabalho profissional da/o Assistente Social compreender que a “questão social” ultrapassa as problemáticas individuais e deve ser entendida a partir da totalidade sócio histórica.

Como já foi aprofundado anteriormente a “questão social” são as expressões de desigualdade socialmente produzidas e reproduzida pelo modo de produção capitalista. A “questão social” tem particularidades diversas em cada período histórico do capitalismo, como também é determinada pelas características da formação sócio histórica de cada país, estado e município. No entanto, estas particularidades não alteram a origem da “questão social” que é comum de todo o modo de produção capitalista tampouco será superada através das políticas públicas. A superação da “questão social” pressupõe a superação do capitalismo e a construção de uma nova ordem societária, em que não haja exploração, dominação e opressão.

Através da pesquisa de campo e das entrevistas foi possível analisar os desafios que ainda perpassam a identificação da “questão social” como resultante do embate capital-trabalho pelas/os assistentes sociais.

A assistente social Rubi, entrevistada durante a pesquisa mencionou o movimento que realiza para apreender a conjuntura, ou seja, conforme seus termos “nível federal e nível do estado e local”, o que denota seu entendimento sobre as mediações que compõe a realidade social, ressaltando também o papel da ideologia para a apreensão da conjuntura de forma crítica. Assim como menciona o “sistema” capitalista como “sistema selvagem” o identificando como seu oposto, ou como uma força contrária e contraditória:

É um conjunto de fatores que tem a conjuntura, que ela começa lá uma conjuntura nível federal temos uma a nível do estado e temos a local e a gente também tem as ideologias né profissional e isso tudo às vezes ela vem ela reflete no profissional em suas ações de trabalho. Então tem todo um conjunto também que é uma força, do lado você com a sua ideologia e pautada nos seus nas suas teorias, e do outro lado a gente vê um sistema que a gente fala um sistema selvagem mesmo. (Rubi)

A assistente social Turquesa pontua que apesar de 10 anos de formada ainda precisa aprofundar mais no estudo sobre “questão social”, mas visualiza em seu cotidiano profissional um agravamento da “questão social”, que “depende de um



contexto maior”. A/o profissional ainda coloca a possibilidade de uma mudança da profissão. A percepção mencionada pela/o Assistente Social sobre a intensificação das manifestações da “questão social” só mudará quando não mais existir modo capitalista de produção, sendo necessário, desta forma, não o anseio por uma adequação por parte da profissão, mas a organização junto a classe trabalhadora e a articulação com a perspectiva de superação desta ordem societária, junto a movimentos sociais da classe trabalhadora, partidos políticos progressistas e entidades representativas:

Olha Ingrid eu vou te ser sincera, por mais que eu esteja na profissão há 10 anos essa questão da questão social ainda eu preciso me aprofundar mais, porque agora no mestrado¹ eu percebi que tem coisas que eu achava que era de um jeito e não é, porque? Falta de leitura, falta de ter me especializado mais naquela época, ou mesmo durante a profissão mesmo né, mas acho que é o que a gente convive né, no dia-a-dia que, acho que as expressões dela são cada vez mais gritantes, tem sido assim bem complicado tem surgido casos muito complexos que nós não estamos conseguindo lidar, eu não sei como vai ser isso pra categoria profissional se vai ter um novo, sei lá, uma nova visão, não sei o que vai acontecer, mas eu acho que o que tá posto hoje a gente não tá conseguindo é... lidar com essas expressões, porque não depende só da gente, depende de um contexto bem maior que não quer saber disso, então eu entendo dessa forma. Mas eu vou te ser muito sincera, por mais que é uma coisa que a gente trabalha no dia-a-dia eu ainda preciso estar lendo mais, estar entendendo melhor essa parte. (Turquesa)

A Assistente Social Ametista não pontua o determinante da “questão social”, mas suas manifestações que identificam a partir do cotidiano profissional, como a violência, o alcoolismo, drogas, não acesso a atenção básica que é inclusive o não acesso as condições objetivas, o desconhecimento do usuário para com seus direitos e a saúde pública, no âmbito da regulação devagas no SUS.

Olha a agente percebe né. Eu ainda estou há 7 meses é um espaço que ainda estou conhecendo, até porque nas próximas perguntas a gente vai falar sobre tudo o que tá acontecendo no município né, porque as vezes dificulta um pouco a gente conhecer essa total realidade. Mas inicialmente as expressões da questão social que a gente percebe é a questão do álcool, da droga e do não acesso a atenção básica mesmo e do desconhecimento do usuário a quem buscar, qual a função de cada um, onde seguir, a gente percebe que é um desafio a questão do setor de regulação, não a nível municipal né, nesse momento a nível municipal. Mas porque o município tá ligado a esfera federal, e a gente percebe que é um desafio muito grande e as vezes você fica na fila de espera, porque você para a regulação, para o governo você é apenas um número né, eles não conseguem analisar aquela vulnerabilidade que você vê, e as vezes você é só mais um número que vai ser avaliado para ter acesso a um atendimento, por exemplo na oncologia,



na pediatria, na neurologia, saúde é direito de todos dever do Estado, sim, mas ainda muito no papel. (Ametista)

A/o Assistente Social Turmalina, chega a fazer menção à desigualdade social, em que as pessoas que atendem são acometidas, no entanto, denota este fato as queixas das mesmas a partir de suas condições de vida e não um resultante estrutural.

Então, aqui, na Vila principalmente o que a gente percebe muito que as pessoas chegam para relatar sobre essa desigualdade né. Não sei se é isso. A desigualdade, o preconceito, que elas se acham menos. Então a gente tenta trabalhar sobre isso né, que elas superem, que não se sintam menos que ninguém. (Turmalina)

Considerações Finais

A partir desta reflexão sucinta foi possível observar que as/os profissionais tem desafios na identificação do determinante social para as manifestações da “questão social”, sendo estas manifestações reconhecidas apenas aquelas vivenciadas no cotidiano de trabalho no âmbito institucional. Nos relatos as manifestações citadas foram: desigualdade social, preconceito, violência, vulnerabilidades, entre outros. As/os profissionais analisam na falta de políticas públicas e retrocesso destas o determinante para as expressões da “questão social”, sem conseguir identificar que as políticas sociais no modo de produção capitalista não vão combater a “questão social”, que é inerente a esta ordem societária.

Esta realidade sempre esteve presente no Serviço Social, assim como na sociedade, os avanços da categoria na direção crítica e marxista nunca foram uma realidade homogeneia e hegemônica. Isto porque a profissão não está acima da sociedade e sofre as mesmas influências conservadoras que estiveram desde sua gênese e que são replicadas na sociabilidade capitalista como ideologia dominante.

Atualmente esta realidade se mostra ainda mais intensa com um governo federal que estimula discursos de ódio contra a população em situação de miséria, assim como contra mulheres, população negra, LGBTT, entre outros. Juntamente com este processo ocorre retrocessos no ensino superior no país, com cortes na educação pública e ataque a pesquisa e extensão no país, assim como de todas políticas públicas que são campo



principal de trabalho das/os assistentes sociais. Na educação ocorre o avanço das escolas de Ensino à distância e escolas particulares de cunho mercadológico em que a formação profissional fica limitada, muitas vezes, a informações voltadas a prática profissional adequada aos interesses institucionais.

Por fim, como coloca Silva (2013) é fundamental que não se caia na ilusão de uma humanização da sociabilidade burguesa e de suas contradições. Os desafios colocados para as/os Assistentes Sociais não surgiram com o avanço do conservadorismo e neoliberalismo, tampouco devido ao acesso a tradição marxista, mas, são ontológicos, o que significa que está ligado a realidade social concreta vivida pelos seres sociais. A teoria social crítica possibilita uma análise desta realidade e de uma alternativa para sua superação, a superação da sociabilidade burguesa. O materialismo histórico dialético é o método para esta compreensão e necessita ser fortalecido cada vez mais nos espaços de formação e atuação profissional.

Referências

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 3. ed. São Paulo (SP): Cortez, 2008.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I**/ Karl Marx; tradução de Reginaldo Sant'Anna. – 25º ed. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 2011.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 15. ed. São Paulo (SP): Cortez, 2010.

SANTOS, Josiane Soares. **"Questão social": particularidades no Brasil**. São Paulo (SP): Cortez, 2012.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço Social: resistência e emancipação?** / José Fernando Siqueira da Silva. - 1.ed. –São Paulo: Cortez, 2013.



O PERFIL DO ESTUDANTE DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO: A PARTIR DA DETERMINAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE E SEU ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE.

DADALT, LR

MASSON, GA

Email: laurardadalt@gmail.com

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

Resumo

O presente trabalho aborda o perfil dos estudantes de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM, a partir da determinação social da saúde e de seus acessos aos serviços de saúde. A fim de identificar o perfil desses estudantes e suas particularidades, levantando as principais demandas e possíveis falhas no acesso aos serviços de saúde, por meio de uma pesquisa de campo exploratória, descritiva e explicativa, realizada através de levantamento de dados e pesquisa bibliográfica acerca do referencial teórico da problemática estudada, bem como documental a partir de documentos institucionais oficiais. A abordagem é qualitativa e o tratamento do material será análise quantitativa e qualitativa. A discussão é feita embasada na concepção de seguridade social defendida pelos assistentes sociais brasileiros, entendida como um padrão de proteção social de qualidade, com cobertura universal para as situações de risco, vulnerabilidade ou danos dos cidadãos brasileiros; e a saúde na sua concepção ampliada a partir dos direitos sociais, ambos expressos na Constituição Cidadã, que compreende que a saúde é resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio-ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde, que são resultado das formas de organização social de produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida. O trabalho traz análises fundamentais sobre o REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais que modificou de forma expressiva o perfil das IFEs, ampliando cursos, principalmente no noturno, para que a classe trabalhadora tivesse a oportunidade de acesso ao ensino superior público. A saúde no contexto universitário é imprescindível para a permanência, bem para a garantia de uma formação profissional que contribua com a promoção da inclusão pela educação superior pautada no ensino, pesquisa e extensão. Os estudantes universitários não só possuem direito a saúde pública, bem como ao atendimento por meio do Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Tal problematização revela a importância desta pesquisa que é escassa no meio acadêmico.

Palavras-chave: Seguridade social; Política de Saúde; Acesso aos serviços de Saúde; Saúde no meio acadêmico; REUNI.



Introdução

A política de saúde, especialmente a saúde pública, é um dos debates mais atuais e polêmicos, visto que massivamente a população encontra dificuldades de acesso aos serviços de saúde. Existe uma grande tensão entre dois projetos vigentes: a mercantilização da saúde, na perspectiva de altos lucros, de cunho privatista; e o de uma saúde pública de qualidade como direito dos cidadãos e dever do Estado.

Na realidade social essa tensão prejudica o propósito de se estabelecer uma política de saúde pública, universal e de qualidade. Tal reflexo abate diretamente sobre a população brasileira, especialmente extratos sociais mais fragilizados que dependem única e exclusivamente do Sistema Único de Saúde (SUS).

Segundo Bravo (2013) a saúde está diretamente relacionada com as condições de vida e trabalho da sociedade, articulando e sofrendo as determinações da estrutura social. Sendo assim, a presente pesquisa tem por objetivo geral conhecer o perfil e a realidade dos estudantes de Serviço Social da UFTM, tendo como objetivos específicos: estudar a política de saúde no Brasil, entender o contexto histórico que formou a política de saúde tal como a conhecemos hoje; conhecer o perfil do estudante de Serviço Social da UFTM a partir determinação social da saúde e seu acesso aos serviços de saúde e estudar a significativa mudança que o REUNI trouxe às instituições federais, a fim de entender quem são esses estudantes, quais suas necessidades e dificuldades de acesso aos serviços de saúde.

Mesmo sendo um tema ainda pouco pesquisado, sua relevância se justifica pela importância de entender o perfil dos estudantes para melhor compreender e responder as suas demandas. Levando em consideração também que a universidade e a rotina de trabalho atreladas, como é a realidade de muitos estudantes principalmente nos turnos noturnos, pode agravar a questão de saúde.

Em 2007 foi instituído o REUNI – Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que teve como objetivo criar condições de ampliação do acesso e permanência na educação superior, e assim elevar a média dos cursos de graduação presenciais em noventa por cento. Dessa forma, esperava-se a



redução das taxas de evasão, ocupar as vagas ociosas e o aumento de vagas no noturno; oportunizando à classe trabalhadora o ingresso no ensino superior.

Por tanto, o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação apoiando a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos presenciais de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, viabilizando igualdade de oportunidade entre todos os discentes, contribuindo para que o estudante tenha um desempenho acadêmico satisfatório, articulado com atividades de ensino, pesquisa e extensão. Sendo assim, a própria instituição de ensino desenvolverá ações que visem acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa, que oferece assistência à alimentação, transporte, moradia, saúde, cultura, inclusão digital, esporte, creche, apoio pedagógico, dentre outros.

O Reuni trouxe mudanças profundas no perfil das Instituições Federais, permitindo o ingresso de estudantes trabalhadores, principalmente nos cursos noturnos. Sendo assim, conhecer esse novo perfil de estudantes é imprescindível para eles tenham um ensino de qualidade atrelado à pesquisa e extensão, e garantir sua permanência e conclusão de curso.

Objetivo

A UFTM possui a Pró-Reitora de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROACE) que tem como objetivo:

[...]a concretização da política de assistência estudantil e a realização de ações voltadas ao envolvimento comunitário. Para tanto, em conjunto com as demais Pró-Reitorias e órgãos da UFTM e com instituições da comunidade externa, elabora, executa e avalia ações, projetos e programas, em consonância com o Programa Nacional de Assistência Estudantil e com os princípios norteadores da política de assistência estudantil da UFTM.

Assim, a política de assistência estudantil da UFTM está inscrita na PROACE que segundo o Relatório de Gestão 2014-2018 possui: o Departamento de Assistência Estudantil e Serviços à Comunidade que conta com os setores de Acessibilidade, de Auxílios a Estudantes e Serviços de Acompanhamento Pedagógico; a Divisão de Serviço Social; o Núcleo de Esporte Universitário e o Núcleo de Atenção Estudantil em Saúde. (UFTM, 2018)



Os serviços de atenção à saúde do NAES visam prestar assistência biopsicossocial com ênfase na prevenção de agravos e na promoção de saúde. Segundo as informações na página do NAES, além das ações e projetos de promoção de saúde, a equipe multiprofissional oferece acolhimento, imunização, atendimento médico (geral e ginecológico), de enfermagem, fisioterápico e psicológico (individual e/ou grupal) constituindo-se em espaço de acolhimento do estudante no contexto da interface da saúde com a educação. Os atendimentos são realizados com agendamento prévio no NAE (Núcleo de Assistência Estudantil). (UFTM, 2019).

A partir da própria vivência como estudante de um curso noturno em uma instituição pública, ouvindo e vivenciando diariamente vários relatos de estudantes do curso de Serviço Social sobre o adoecimento por conta de alto estresse por trabalho/estudo, falta de lazer, descanso, atividades físicas etc., e como usuária do sistema único de saúde através do NAES (Núcleo de Assistência Estudantil em Saúde) veio a indagação se estes estudantes estão recebendo acompanhamento e atendimento necessário ao seu perfil de estudante/trabalhador. É notável a ausência de pesquisas na UFTM e no Curso de Serviço Social que discutam o perfil e o adoecimento de seus estudantes.

Portanto, o objetivo geral desta pesquisa é analisar o acesso aos serviços de saúde pelos estudantes do curso de Serviço Social, para tanto traçaremos o perfil dos estudantes do curso levando em consideração o estilo de vida e modo de vida, identificando assim as principais demandas de saúde dos estudantes, verificando também onde os estudantes são atendidos e quais são as dificuldades encontradas para o acesso aos serviços de saúde

Método

Minayo (2009) traz que é a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, mesmo que seja uma prática teórica, ela vincula pensamento e ação. Toda investigação se inicia por uma questão, por um problema, por uma pergunta, por uma dúvida a partir da realidade. Nesta pesquisa, partimos de indagações acerca do acesso dos estudantes do Curso de Serviço Social aos serviços de saúde.

Nesta direção o método utilizado nesta pesquisa será o método dialético, pautando na premissa que o sujeito é construído historicamente e interfere na sua realidade, bem como a



estrutura econômica é determinante para as relações sociais. As classes sociais são desiguais e manifestam suas lutas, a partir de condições sócio-históricas determinadas. O estudo proposto neste projeto a luz do método dialético permitirá uma análise da realidade a partir de suas múltiplas determinações, ou seja, a análise do acesso aos serviços de saúde pelos estudantes do curso de Serviço Social é permeada por contradições que iremos nos aproximar para o desvelamento do real, ainda que por sucessivas aproximações.

Haverá pesquisa de campo, na UFTM e especificamente no Curso de Serviço Social, os participantes da pesquisa serão estudantes do 2º período do 7º e 8º período do curso de Serviço Social da UFTM. O instrumental de pesquisa será um roteiro estruturado que transcorrerá sobre o perfil dos estudantes, o estilo de vida e modo de vida, identificando as principais demandas de saúde dos estudantes de Serviço Social, onde são atendidas e quais são as dificuldades encontradas para o acesso aos serviços de saúde.

O tratamento do material será análise quantitativa e qualitativa. A amostragem será feita com os alunos do segundo (2º) e últimos períodos (7º e 8º) para que seja possível comparar como os estudantes estão entrando e como estão saindo, e como está se dando o acesso destes aos sistemas de saúde.

Considerações finais

Esperamos contribuindo para estudo do perfil dos estudantes do curso de Serviço Social da UFTM; a identificar as principais demandas de saúde, bem como está se dando o acesso aos serviços de saúde. Tais informações são altamente relevantes no debate às melhorias que se deve buscar enquanto assistência estudantil e assistência à saúde, identificando forças e fragilidades, que influenciaram diretamente na vida acadêmica dos estudantes contribuindo para a permanência, e conclusão do curso. Assim como, a pesquisa poderá possibilitar aos participantes, tanto no momento da entrevista como na apresentação dos resultados, que alcançará um número maior de estudantes, informações sobre os serviços de saúde que são oferecidos pela universidade.

Referências



BASTOS, Jota. **Determinação Social do Processo Saúde-Doença**: Conceito para uma nova prática em Saúde. COES – Revista de Coordenação de Educação em Saúde – DENEM. Nº 1. 2013.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (organizador). 1. Ed. São Paulo. Cortez, 2013.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História**. Cortez, 2009.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade Social no Brasil: Conquistas e Limites à sua efetivação**. Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais. 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292.p

BRASIL. Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni. Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 abr. 2007a. Seção I. P. 4.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Diário Oficial. Brasília, DF. 19 jun. 2010.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. Reuni: Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Diretrizes Gerais). Brasília, DF, 2007b.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Reuni 2008. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. 8ª Conferência Nacional de Saúde. Relatório Final. 17 a 21 de março de 1986. Disponível em: <

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/8_conferencia_nacional_saude_relatorio_final.pdf
>. Acesso em: 15 abr 2019.

GAZOTTO, Mireille Alves. **POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: uma análise sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil no contexto da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM**. 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho – UNESP. Franca.



GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, Atlas S.A 2002. (p. 26-32)

_____. **Lei Orgânica da Saúde/LOS. Lei 8080**. 1990.

_____. **Lei Orgânica da Saúde/LOS. Lei 8142**. 1990.

LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 01. Jun. 2019

LIMA, Edileusa Esteves; MACHADO, Lucília Regina de Souza. **Reuni e Expansão Universitária na UFMG de 2008 a 2012**. Scielo, Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 383-406, abr./jun. 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**, Petrópolis: Vozes, 1994. (Temas Sociais).

OLIVEIRA, N.R.C; PADOVANI, RC. **Saúde dos Estudantes Universitários: uma questão para reflexão**. Scielo, Ciência saúde coletiva. Vol 19. Nº 3. Rio de Janeiro. 2014.

PROACE. Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Núcleo de Assistência Estudantil em Saúde**. Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Disponível em:<<http://www2.uftm.edu.br/proace/assistencia-estudantil/naes>>. Acesso em: 17. Abr. 2019.

PROACE. Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Assistência Estudantil em Números**. Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Disponível em:<<http://www.uftm.edu.br/proace/auxilios-a-estudantes/assistencia-em-numeros>>. Acesso em: 10. Mai. 2019.



CONSCIÊNCIA DE CLASSE E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: EM FOCO A AÇÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

COSTA, AC

SOARES, BR

BRIGO, BAS

SILVA, LFA

CAPUTI, L

E-mail: anacarla0906@gmail.com

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

Resumo

Este resumo apresenta introdutoriamente uma sistematização do debate do processo de formação de consciência, frutificado no âmago do Grupo de Estudo e Pesquisa em Fundamentos, Formação e Exercício Profissional em Serviço Social/GEFEPSS da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). A discussão em torno dessa categoria se baliza pelo materialismo histórico dialético, em uma interlocução com a formação da consciência de classe na formação profissional em Serviço Social, destacando a importância da dimensão política-organizativa na categoria profissional, mais precisamente, por parte do segmento estudantil via Movimento Estudantil de Serviço Social (ENESSO) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). Essa organização política é assim compreendida como potencial estratégia de rompimento com as amarras da alienação e de endossamento da perspectiva da intenção de ruptura com o conservadorismo no Serviço Social, na direção da conformação da nova consciência em uma sociedade livre de qualquer forma de dominação/exploração de classe e opressão.

Palavras-chave: Consciência de classe; Serviço social; Projeto ético-político. Movimento Estudantil de serviço social.



Introdução

Primeiro levaram os negros
Mas não me importei com isso
Eu não era negro¹.

Neste mês de Setembro de 2019, os telejornais e as plataformas midiáticas noticiaram entre tantas e tantas barbaridades, mais um crime de ódio, os quais essa sociedade fundada na desigualdade tem naturalizado. A notícia de um crime de ódio racista que atingiu a vida de mais um jovem negro tem provocado manifestações polarizadas extrapolando os limites territoriais do Brasil e que nos convocam a refletir sobre as possibilidades de transformação deste cenário de barbárie generalizada que se expressa em todos os âmbitos da vida social.

As expressões na vida cotidiana da crise estrutural do capital constituem contradições as quais demandam respostas que incidam concretamente na mudança radical da sociedade. Para tanto, com base no método em Marx, urge na cena contemporânea o fortalecimento das ações pautadas na análise materialista-histórico-dialética da realidade. As declarações que expressam indignação com o crime cometido contra a vida de um jovem negro são legítimas e necessárias; mais que isso, são imprescindíveis. Podemos acompanhar por meio dos canais de acesso à informação da mídia burguesa, declarações de presidentes de países vizinhos e representantes de organizações internacionais que têm realizado publicamente críticas a violação de direitos humanos e de liberdades democráticas, ao passo que o presidente em exercício no Brasil expressa a legitimação da violência pelo Estado - burguês. Essa polarização incide, por meio da ideologia, na formação de consciência da sociedade de modo a endossar a polarização das opiniões entre uma concepção que nega a violência em suas expressões mais brutas e radicais, e outra supostamente antagônica, que ratifica o discurso de ódio e sua materialização na vida social - a qual, atingiria assim, “o outro”.

É nesse movimento da realidade que estão postos elementos de uma sociedade na qual a/o Assistente Social realiza intervenções, sobretudo no enfrentamento das expressões da questão social, dentre as quais a violência e o preconceito. Consoante o projeto hegemônico da categoria profissional, os fundamentos da sociedade contemporânea balizam a

¹ Epígrafes dos subitens extraídas do poema “Intertexto” - Bertold Brecht.



compreensão desta realidade na qual a liberdade em seu sentido pleno - da emancipação humana, que constitui princípio ético fundamental do Serviço Social - não tem se materializado nas relações sociais, impondo entraves para a categoria profissional na defesa de tal direção.

Na vigência das relações sociais capitalistas, fundadas na propriedade privada dos meios de produção e da riqueza socialmente produzida, na exploração do trabalho e na dominação de classe, a objetivação ética encontra obstáculos concretos para se viabilizar plenamente, ou seja, de forma consciente, universalizante, livre, objetivando valores emancipatórios. (CFESS, 2012, p. 55).

Fruto das reflexões acerca do processo de formação de consciência de classe, as quais têm sido desenvolvidas no âmbito do Grupo de Estudo e Pesquisa em Fundamentos, Formação e Exercício Profissional em Serviço Social/GEFEPSS,² sistematizamos introdutoriamente este debate que tem sido objeto de estudo dos encontros do grupo, por constituir fundamentos do Serviço Social, situando no campo da concretude da vida social.

Realizamos doravante um debate sobre o significado da formação profissional em Serviço Social consoante as exigências postas para a profissão calcadas no projeto ético-político hegemônico na categoria, em que identificamos sobretudo, potencialidades do Movimento Estudantil de Serviço Social/MESS e da Executiva Nacional de Serviço Social/ENESSO de fortalecimento da formação de consciência de classe na direção da emancipação humana, no compromisso com a ruptura com a banalização da violência e da barbárie. Este movimento permeado de contradições, saltos e recuos dispõe de significado ímpar e histórico para o Serviço Social na perspectiva da intenção de ruptura com o conservadorismo, que na conjuntura atual se encontra em risco eminente e apresenta desafios que entendemos devem ser objeto de reflexão teórico-metodológica orientados para intervenções na realidade na perspectiva da práxis política.

Processo de formação de consciência: potencialidades e desafios expressos na formação profissional em Serviço Social

² Grupo constituído em 2016, vinculado à Universidade Federal do Triângulo Mineiro/UFTM, integrante do Grupo de Trabalho e Pesquisa Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/ABEPSS; cadastrado no Diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPQ.



“[...] Em seguida levaram alguns operários
Mas não me importei com isso
Eu também não era operário

Depois prenderam os miseráveis
Mas não me importei com isso
Porque eu não sou miserável” [...]

A partir dos estudos realizados e em curso na esfera do GEFEPSS, nos embasamos na concepção de Iasi (2011) acerca da formação de consciência, a qual é compreendida como processo, posto que

[...] não a concebemos como uma coisa que possa ser adquirida, e portanto, antes de sua posse, poderíamos supor um estado de “não consciência”. Assim como para Marx, não nos interessa o fenômeno e suas leis enquanto forma definida; o mais importante é a lei de sua transformação, de seu desenvolvimento, as transições de uma forma para outra. [...] Sabemos que só é possível conhecer algo se o inserimos na história de sua formação, ou seja, no processo pelo qual ele se tornou o que é; assim é também com a consciência: ela não “é”, “se torna”. (IASI, 2011, p. 12).

Com base nessa concepção, estamos desafiados/as a compreender o movimento pelo/no qual se constitui a consciência social dos sujeitos com os quais atuamos na prestação de serviços. Concorde Marx (*apud* IASI, 2011, p. 21), “as ideias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias”. Nesse sentido, compreendemos que as manifestações das diversas formas de preconceito e opressão encontram-se sustentadas no cenário conjuntural de crise do capital em que ganham força a radicalização neoliberal e o ultraconservadorismo.

[...] o “projeto/processo neoliberal” constitui a atual estratégia hegemônica de estruturação geral do capital - em face da crise, do avanço tecnicocientífico e das lutas de classes que se desenvolvem no pós-1970, e que se desdobra basicamente em três frentes: a ofensiva contra o trabalho (atingindo as leis e direitos trabalhistas e as lutas sindicais e da esquerda) e as chamadas “reestruturação produtiva” e “(contra)reforma do Estado”. (DURIGUETTO, MONTAÑO, 2011, p. 193).

Este cenário nos convoca a fortalecer a legitimação do projeto de formação profissional expresso nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, o qual se baliza nos princípios³ éticos

³ I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente



fundamentais do Código de Ética profissional de 1993, pressupondo capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para desenvolver:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;
5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1996).

Na linha dos princípios da formação profissional e das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, é de imprescindível importância uma formação de qualidade e crítica para a compreensão da consciência de classe. Reiteramos a perspectiva representada no posicionamento⁴ acerca da necessidade premente de

[...] dar continuidade à histórica luta das entidades da categoria por uma educação pública, de qualidade, presencial e gratuita, com a exigência junto ao Estado brasileiro, do efetivo investimento da educação brasileira, em todos os níveis, o que possibilitaria, para o serviço social, a abertura de vagas públicas em cursos presenciais por todo o país, nas capitais e no interior, de forma qualificada e responsável com a qualidade do processo formativo. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2014, p. 35).

Se o processo de transformação das consciências “é ao mesmo tempo um produto da transformação material da sociedade e um meio político de alcançar tal transformação”

produzida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CFESS, 2012)

⁴ Posição coletiva das entidades da categoria profissional: Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social (Conjunto CFESS/CRESS); Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).



concorde Iasi (2011, p. 43), o Movimento Estudantil de Serviço Social se constitui enquanto espaço fundamental na formação profissional, sendo que o mesmo foi e é fundamental para o Serviço Social brasileiro e coaduna com o Projeto ético-político da profissão. A Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), realiza o debate sobre Formação Profissional desde os primeiros encontros nacionais⁵, desenvolvendo em cada debate uma perspectiva crítica do Serviço Social, por isso as/os estudantes em formação de Serviço Social tiveram/tem papel fundamental no processo de organização política da categoria, devido às ações de luta travadas pelo MESS. Os debates realizados nos espaços proporcionados pela ENESSO, possibilita a compreensão sobre o processo de consciência de classe, até mesmo pela organização coletiva da própria Executiva e os eixos⁶ que debate e se embasa, entendendo que a consciência de classe perpassa todos eles.

Diante disso, o/a Assistente Social a partir do que a categoria se embasa hegemonicamente, precisa ter um olhar atento à realidade social e que transcenda o senso comum. O que é um grande desafio, haja vista, que ele/ela também sofre com os rebatimentos não só da alienação, como também, das expressões da Questão Social.

Ao compreendermos a consciência como um processo, evidenciamos que ela não se constitui de forma linear e muito menos progressiva, mas sim como a expressão das relações concretas que estabelecem a sociabilidade humana. Desse modo, torna-se compreensível que a primeira manifestação da consciência seja a interiorização das relações capitalistas.

Vivemos na sociedade do capital e, portanto, todas as relações e contradições irreconciliáveis da mesma. Introjetamos como verdade absoluta todas as relações, ideias e conhecimentos que nos são apresentados, e mais do que isso, reproduzimos todos eles. Contudo, é essa mesma condição que permite a superação da primeira forma de consciência, o senso comum.

⁵ O I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESS teve como tema “O Serviço Social e a Realidade Brasileira”, sendo organizado no ano de 1978, constituindo-se como um marco histórico da rearticulação do MESS após a autocracia burguesa (ENESSO, 1994). Neste período data a organização de diversas organizações políticas que se unificaram na pauta da luta pelas liberdades democráticas (DURIGUETTO, MONTAÑO, 2011).

⁶ Conjuntura, Formação Profissional, Universidade e Educação, Combate às opressões, Cultura, Movimento Estudantil e Meio Ambiente.



A superação se apresenta e frutifica a partir da própria contradição vivida pelo sujeito na vida cotidiana, ao constituir novas relações e valores, nesse momento ainda de forma individual. Porém, é somente na condição de grupo, e, portanto, através da ação coletiva, que podemos supor a superação da alienação.

É nesse bojo que o MESS se configura tal como apresentado por BRAZ (2008): como um dos elementos de materialização do projeto ético-político do Serviço Social. Na formação profissional, o embate com as contradições vivenciadas no processo de graduação podem possibilitar que os sujeitos se reconheçam como tal, e se reconheçam no outro ao identificar o caráter coletivo das demandas postas, as quais são diversas. No cenário de desmonte sistemático do Ensino Superior público as lutas têm se desenvolvido em torno de diversas pautas específicas que versam sobre condições de permanência e acesso com qualidade. Estas lutas encontram entraves para o alcance de suas finalidades imediatas, e tais contradições podem suscitar uma transformação na consciência de modo que possamos reconhecer a necessidade de uma mudança profunda na raiz das questões com as quais nos defrontamos no cotidiano.

A consciência em si, quando não “ultrapassa a simples negação de uma parte”, acaba por se distanciar de sua meta revolucionária, [...] trabalha com efeitos e sintomas, e não com causas. Essa contradição pode levar o indivíduo em seu processo de consciência a um novo patamar: a busca da compreensão das causas, o desvelar das aparências e a análise da essência do funcionamento da sociedade para saber como é possível transformá-la. É na própria constatação de que a sociedade precisa ser transformada que se supera a consciência da reivindicação pela da transformação. O indivíduo transcende o grupo imediato e o vínculo precário com a realidade dada, busca compreender relações que se distanciam no tempo e no espaço, toma como sua a história da classe e do mundo. Passa a conceber um sujeito coletivo e histórico como agente da transformação necessária. (IASI, 2011, p. 34-5).

No MESS, os sujeitos se defrontam com um contexto de precarização da educação como direito, sofrendo os rebatimentos da mercantilização próprios da sociedade do capital. Na esfera pública o acesso não se constitui no campo da universalidade, as políticas de ações afirmativas ainda não correspondem ao perfil da juventude brasileira, as políticas de assistência estudantil não abarcam na totalidade o campo das necessidades humanas além de serem financeirizadas e sofrer cortes vultosos, o incentivo financeiro para o desenvolvimento das ações de extensão e pesquisa estão sendo esvaziados: estamos em um cenário de atroz



ofensiva sobre os avanços do acesso da construção do conhecimento científico à serviço da classe trabalhadora, que se expressam ainda com mais intensidade na modalidade de ensino à distância e presencial privado. Os processos de luta de resistência e enfrentamento são condição “*sine qua non*” para reverter essa lógica desumanizante. Ressaltamos a potencialidade da dimensão política-organizativa no Serviço Social materializada na ação política do MESS, a qual

[...] é fundamental pela sua dimensão política-organizativa, pela expressão de articulação entre academia e sociedade, pela dinamicidade de congregar ações conjuntas com as diferentes organizações e movimentos sociais. Além disso, inter-relacionar com os movimentos estudantis de diferentes áreas do saber e, no todo, disseminar o projeto ético-político da profissão. [...] O protagonismo histórico do MESS, na mesma trincheira de lutas da classe trabalhadora e na direção para a construção de ações políticas e coletivas de outra ordem societária, não deixa dúvidas de qual caminho trilhar: o da luta cotidiana, da interlocução com outros setores populares que também façam a crítica radical ao sistema capitalista e da construção de mediações para a superação das desigualdades sociais. (FORNAZIER MOREIRA, CAPUTI, SILVA, ZANELLI, 2019, p. 14-5).

O MESS tem sido sujeito histórico e fundamental na defesa e construção do projeto de formação profissional hegemônico, ao passo que possibilita a emergência de sujeitos que superam a consciência em seu estágio de alienação, potencializando a conformação de sujeitos os quais venham a assumir o combate a qualquer forma de preconceito, discriminação, violação de direitos humanos e desigualdades como questões que lhe dizem respeito tomar posição e intervir, porque constituem objeto de interesse da classe à qual constitui.

Considerações finais

“[...] Depois agarraram uns desempregados
Mas como tenho meu emprego
Também não me importei

Agora estão me levando
Mas já é tarde.
Como eu não me importei com ninguém
Ninguém se importa comigo.”

Enquanto classe trabalhadora temos vivenciado um momento marcado pela diminuição de nosso peso político e atrofiamento das alternativas de embates com o projeto do capital; desemprego estrutural; intensificação da retirada dos direitos sociais; prevalência do caráter



defensivo das lutas em torno de interesses pessoais e imediatos; redução do número de greves; refração e pulverização das lutas; ocultamento das lutas de classes e centralização do poder político (DURIGUETTO, MONTAÑO, 2011). Tais elementos da realidade nos apresentam um cenário no qual se situam entraves à formação de consciência de classe, rebatendo na formação profissional em Serviço Social. Destarte, tal cenário nos convoca a um exercício reflexivo sobre a totalidade que envolve o processo de formação de consciência e de organização das lutas em um campo geral, realizando as mediações necessárias para uma análise do cenário brasileiro e dos desafios postos para a formação profissional em Serviço Social.

Esta violenta recessão em curso evidencia o quão caro é o preço da dívida que pagamos pelo projeto de conciliação de classes. Se a classe trabalhadora já é historicamente golpeada e solapada pelo sistema do capital, com o conjunto imensurável de retrocessos vivenciados nos últimos tempos, esta realidade se torna ainda mais complexa e preocupante, uma vez que, com todos os ataques sofridos no âmbito dos direitos trabalhistas, previdenciários, da política de educação, da saúde, da assistência social, dentre outros, as possibilidades concretas de vida para a classe trabalhadora se tornam cada vez mais escassas - para não dizer nulas. (CAPUTI, FORNAZIER MOREIRA, 2017).

Este cenário de crise incide na consciência do/a trabalhador/a induzindo-os/as “a pensar que o capitalismo *não* pode ser alterado/superado” (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011, p. 219). Neste campo de contradições que se apresentam na imediaticidade como insolúveis e definitivas, não logramos apresentar respostas proféticas e/ou simplistas. O processo de descoletivização impetrado pelo neoliberalismo tem se acentuado hodiernamente e nos cabe revertê-lo primeiramente conhecer a realidade na qual estamos inseridos para transformá-la, partindo da materialidade, situando-a historicamente. No campo da formação profissional, reiteramos o destaque do papel das entidades da categoria na construção de estratégias de enfrentamento ao cenário posto, dentre as quais se encontra o MESS, que por meio da ENESSO, se orienta numa perspectiva classista, anticapitalista, antiimperialista e revolucionária (ENESSO, 2013), a qual se encontra ameaçada, demandando que possamos nos manter firmes na defesa do legado histórico de resistência, atentos/as para o combate das reproduções das premissas do capital e do neoliberalismo.

Referências



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social** (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996.). 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 08 set. 2019.

BRAZ, Marcelo. **Notas sobre o projeto ético-político do serviço social**. In: CONSELHO REGIONAL SERVIÇO SOCIAL, 7a Região (org.). *Assistente social: ética e direitos - coletânea de leis e resoluções*. 5. ed. Rio de Janeiro: Daugraf, 2008. v. 1, p. 78-85.

CAPUTI, L.; FORNAZIER MOREIRA, T.W. Os Impactos da Contrarreformas na Formação e Exercício Profissional em Serviço Social. In: **Revista Conexões Geraes**. v.3, Belo Horizonte, 2017 (p. 22-27). Disponível em <http://www.cress-mg.org.br/Upload/Pics/06/06d6eec5-651f-476c-abfb-df398f403c5d.pdf>.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Brasil). **Código de ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; MONTAÑO, Carlos. **Estado, classe e movimento social**. 3.ed. São Paulo, Cortez, 2011.

EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL (Brasil). **Pro dia nascer feliz: contribuição para o movimento estudantil de serviço social - julho, 1994**. Salvador: ENESSO, 1994. Disponível em: <https://enessooficial.wordpress.com/textos/pro-dia-nascer-feliz-contribuicao-para-o-mess-julho-1994/>. Acesso em: 10 set. 2019.

EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL (Brasil). **Estatuto da ENESSO**. Cuiabá, 2013. Disponível em: <https://enessooficial.files.wordpress.com/2012/04/estatutos-imprescc3a3o.pdf>. Acesso em: 09 set. 2019.

FORNAZIER MOREIRA, Tales William; CAPUTI, Leslie; SILVA, Gabriele Ponciano da; ZANELLI, Lucila de Souza. Movimento estudantil e dimensão político-organizativa: um debate necessário na formação profissional em Serviço Social. **Emancipação**. Ponta Grossa, v. 19 (2), p. 1-16, 2019. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>. Acesso em: 11 set. 2019.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.



O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO SISTEMA PRISIONAL: EM BUSCA DA GARANTIA DE DIREITOS À IDENTIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL AOS INDIVÍDUOS PRIVADOS DE LIBERDADE

SANTOS, LS

MELO, KA

Email:

Resumo

Este resumo expandido visa investigar o trabalho profissional de assistentes sociais do sistema prisional com gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros como possibilidade de efetivação dos Direitos Humanos. Os objetivos são de analisar a atuação profissional do assistente social na busca pela garantia dos direitos aos custodiados, referente à identidade de gênero e orientação sexual; evidenciar a importância dos assistentes sociais no processo de reintegração social destes sujeitos e estudar a questão da identidade de gênero e orientação sexual dos sujeitos privados de liberdade. Para a realização deste resumo, utilizou-se pesquisa exploratória de metodologia qualitativa e revisão bibliográfica. A relevância deste trabalho consiste em possuir novo olhar sobre a busca pela garantia de direitos dos sujeitos em privação de liberdade, com ênfase na identidade de gênero e orientação sexual, visando qualificar o debate por meio de uma discussão qualificada sobre as hierarquias de gênero e sexuais no sistema prisional.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Serviço Social; Sistema Prisional; Trabalho profissional..

Introdução

Este resumo expandido visa investigar o trabalho profissional de assistentes sociais do sistema prisional com gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros como possibilidade de efetivação dos Direitos Humanos.

Os objetivos deste artigo são de analisar a atuação profissional do assistente social na busca pela garantia dos direitos aos custodiados, referente à identidade de gênero e orientação sexual; evidenciar a importância e influência dos assistentes sociais no processo de reintegração social destes sujeitos e estudar a questão da identidade de gênero e orientação sexual dos sujeitos privados de liberdade no Brasil.

Deste modo, pensar o sistema prisional faz com que haja um entendimento



de que:

O sistema prisional é um sistema que apresenta sérios problemas e sobrevive caoticamente, mantendo em constantes conflitos e sob o jugo da violação dos direitos humanos de milhares de homens e mulheres presos. Esse quadro decorre da ausência de uma política institucional definida e estruturada em níveis nacionais que construa novos parâmetros e objetivos para o sistema penitenciário além da segurança e do encarceramento. (TORRES, 2001, p. 77).

Neste sentido, nota-se que a violação de direitos é estruturante no sistema prisional, sendo objeto de debate por vários segmentos. Porém, este objeto de pesquisa objetiva pautar a busca pela garantia de direitos à identidade de gênero e à orientação sexual dos LGBTQIs, que são sujeitos ainda mais invisibilizados e oprimidos por este sistema.

Diante de tal vulnerabilidade destes sujeitos em tela, o sistema prisional em Minas Gerais segrega os LGBTQIs, independente de sua vontade, em pavilhões à parte, definidos como “seguro” para que as violências possam ser evitadas. De acordo com a Organização Internacional de Direitos Humanos, “os presos LGBTQI estão entre os mais vulneráveis da população prisional em que 67% dos presos LGBTQI foram agredidos enquanto estavam presos”. (NASCIMENTO, 2017, p. 1).

Porém, o que é preciso problematizar é que “apartar” os LGBTQIs em celas diferentes não findam as violências, pelo contrário, as diversificam, pois, os mesmos se tornam mais invisíveis, sofrem violências institucionais e de outros detentos agravando o seu processo de encarceramento.

Os acontecimentos envolvendo a violência contra LGBTQI autorizam uma constatação: a fragilidade do Estado de direito e a naturalização da violência. Mesmo considerando conquistas importantes na judicialidade referentes ao universo LGBTQI, a realidade evidencia que a violência LGBTQIfóbica permanece como prática sociocultural enraizada. Os “crimes de ódio” integram a dimensão mais explícita no conjunto das expressões de violência que incide sobre as sexualidades, evidenciando, além do preconceito, a brutal eliminação dos indivíduos que orientam a sua vida afetivo-sexual fora da heterossexualidade. (CISNE & SANTOS, 2018, p. 128).

Neste cenário, o assistente social se coloca buscando romper com tais processos de opressão, violência e segregação e, para além disso, fundamenta-se no seu compromisso com o Projeto Ético-Político profissional buscando a garantia dos direitos aos sujeitos privados de liberdade e a construção de um novo olhar sobre o sistema prisional.



O projeto ético-político tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. A partir destas escolhas que o fundam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa o arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo – tanto na sociedade como no exercício profissional. (NETTO, 1999, p. 104)

O presente artigo possui como método a perspectiva materialista, compreendendo a sociedade capitalista contemporânea como uma totalidade concreta que se configura a partir de totalidades menos complexas que se inter- relacionam.

O objeto de estudo reúne reflexões teóricas para a compreensão dos novos fenômenos que vem circundando-o. Será apresentada a sua teoria dos caminhos reais em seu contexto sócio histórico. Para Marx, “teoria é uma modalidade peculiar de conhecimento [...] é a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa (PAULO NETTO, 2011, p. 20).

Deste modo, o debate sobre gênero e diversidade sexual foi analisado por meio de uma perspectiva marxista ao ponto de que:

A realidade é um processo dinâmico e está sempre em movimento, bem como as identidades sexuais e de gênero não são estáveis; a realidade é, ao mesmo tempo, subjetiva e objetiva e isso é o que produz os modos e as condições de vida dos sujeitos sociais, sempre em uma perspectiva interseccional em relação aos marcadores sociais (de raça, gênero, sexualidade, classe social); o concreto pensado é resultado da prática como critério de verdade, e é por isso que é importante ouvir vozes subalternas e desocultar as ideologias narradas por quem está no “centro”; gênero e



sexualidade são construções históricas e sociais, expressam condições reais e concretas porque são produtos da atividade humana; é preciso fazer a mediação necessária entre a unidade e a totalidade, o particular e o geral, o uno e o múltiplo, o sujeito e a estrutura, a vida miúda e as macropolíticas, buscando desestabilizar o que está instituído como norma e como normal. (FERREIRA, 2015, p. 56).

Destarte, o método de pesquisa utilizado foi o materialismo histórico- dialético, de Karl Marx, que, de acordo com Severino (2007), este método corresponde a uma tendência filosófica que inter-relaciona o sujeito do objeto, cujas relações estão baseadas na produção da vida material ao longo da história. O método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto.

Deste modo, Cisne e Santos (2018, p. 25) reiteram que

A formação sócio-histórica e econômica da sociedade brasileira havia três sistemas que se fundiram em um único: o sistema heteropatriarcal -racista- capitalista. Mais que isso, essa fusão foi e é absolutamente funcional para a produção e reprodução do capital, uma vez que no patriarcado e no racismo encontramos bases para o entendimento da exploração intensificada da força de trabalho, condição central para a reprodução das situações concretas da exploração e das múltiplas opressões. Será, portanto, sob luz da análise do racismo e do patriarcado (em suas expressões de sexismo e heterossexismo), como sistemas estruturantes consubstanciados e coextensivos ao capitalismo, que procuraremos problematizar as temáticas relacionadas ao feminismo e à diversidade sexual. (CISNE & SANTOS, 2018, p. 25).

Considerar as análises epistemológicas deste projeto requer ainda a reflexão sobre a construção sócio histórica das identidades de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais que perpassam por vários estigmas e estereótipos que resistem em ceder espaço para uma compreensão digna e humanizada de sua identidade construída, uma vez que além da luta pelos seus direitos civis, esta população deve ampliar o seu olhar buscando, também, a consolidação dos seus direitos sociais.

Assim, o objeto de pesquisa possuirá como categorias de análise, a sua complexidade histórica, política, cultural, econômica, objetiva, subjetiva, e a sua inserção na política capitalista contemporânea. Para abordar tal problema e atingir os objetivos definidos neste projeto de pesquisa, será realizada Pesquisa Exploratória de Metodologia Qualitativa e para a coleta de dados será realizada revisão bibliográfica.

A pesquisa exploratória “compreende a etapa da escolha do tópico de investigação, de delimitação do problema, de definição do objeto e dos objetivos, de construção do marco



teórico conceitual, dos instrumentos de coleta de dados e da exploração de campo”. (MINAYO, 2004, p. 89). Nela abordam-se conceitos e ideias a fim de que possa facilitar a delimitação do tema e de esclarecer melhor o que se quer pesquisar, pois é neste tipo de estudo que ocorre uma maior aproximação com o tema a ser pesquisado.

Realizou-se a análise qualitativa sendo definida como aquela que “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. (MINAYO, 2001, p. 21), visando entender o seu sujeito como um ser que possui historicidade, consciência histórica, influências intrínsecas e extrínsecas; relação entre sujeito e objeto, sendo a visão sobre a totalidade sob tais indivíduos.

A revisão bibliográfica baseia-se em bibliografias que são o conjunto de materiais escritos (gráfica ou eletronicamente) a respeito de um assunto. Constitui-se numa preciosa fonte de informações, com dados já organizados e analisados como informações e ideias prontas. Na atualidade, praticamente qualquer necessidade humana, conhecida ou pressentida, tem algo escrito ao seu respeito.

Por fim, ao se pensar o trabalho profissional neste espaço sócio- ocupacional, entende-se que a sua intervenção profissional se materializa em um cenário de intensas contradições na qual possui grandes possibilidades de intervenção, pois,

nele convergem tanto as cumplicidades estruturais entre as normas jurídicas existentes e os aparatos de poder e controle estatal com a reprodução do *status quo* dominante, quanto as possibilidades de alargamento dos estreitos limites do existente sistema de garantia de direitos, em suas dimensões política, econômica, jurídica e cultural, quando direito e justiça se colocam como instituintes de uma nova ordem – aquela que consolide e garanta os resultados das lutas sociais, nesta obra privilegiada pela ótica das lutas da população LGBTI, pelo acesso aos bens e às condições necessárias para uma vida digna. (FERREIRA, 2018, p. 19).

Logo, as práticas profissionais possuem a possibilidade de se institucionalizarem por meio de uma intervenção alienadora e punitivista visando apenas à manutenção dos ideais capitalistas e, invisibilizando ainda mais os seus usuários. Assim, o “atendimento técnico do serviço social às demandas sociais dessas pessoas na prisão pode funcionar tanto para protegê-las e garantir-lhes direitos, quanto para puni-las mais eficazmente através de



mecanismos particulares de controle e repressão”. (FERREIRA, 2018, p. 122).

Os assistentes sociais que atuam no meio sociojurídico possuem um compromisso com os LGBTQIs uma vez que, dependendo de sua conduta profissional, podem influenciar diretamente nos sujeitos empoderando-os e buscando fortalecê-los para romper com a lógica de opressão, ou os tornando mais vulneráveis por meio de um pensamento conservador que aumenta a desigualdade de acesso à justiça e aos direitos humanos dessa população.

O trabalho profissional do assistente social intervém nas expressões da questão social por meio de um compromisso com o projeto societário que vise a emancipação humana e uma nova ordem social livre de qualquer relação de opressão e dominação, fortalecendo o Projeto Ético-Político profissional e, concomitante a isto, almejando o respeito às diversidades humanas.

Neste íterim, é inviável aceitar a relativização das violências dos sujeitos em conflito com a lei e/ou privados de liberdade. “Ao mesmo tempo em que lutamos para garantir e reconhecer que as pessoas tem direito a exercerem suas diversas sexualidades (consensualmente) e identidades de gênero, é preciso que aprendamos a identificar relacionamentos abusivos e situações de subjugação erótica”. (FERREIRA, 2018, p. 134).

Os desafios para as “novas demandas” do assistente social, principalmente para os que atuam no sistema prisional ultrapassam a questão de lutas de classes e, em razão dos marcadores sociais específicos – de raça, classe, gênero, religião, sexualidade, entre outros, que se interseccionam – pessoas que, com a própria existência e resistência, negam a homogeneização do modo de vida que a sociabilidade burguesa pretenderia impor, constituindo-se inúmeras possibilidades de intervenção.



No espaço de trabalho, os assistentes sociais possuem grandes desafios e dificultadores que são capazes de impedir que os profissionais conheçam os seus usuários: a grande possibilidade de institucionalização; a naturalização das demandas e das violências; a ultrageneralização; a banalização e naturalização das violações de direitos humanos e o tratamento estereotipado ou preconceituoso (acompanhando mesmo as chacotas ou narrativas de violência de outros usuários).

Deste modo, ao assistente social é necessário um olhar crítico e propositivo sobre tais demandas que se apresentam como resultado de um sistema capitalista opressor e segregador no qual o sistema prisional se torna o cenário utilizado para invisibilizá-los.

Ao se pensar na forma e análise dos resultados que este artigo se propôs foi de, primeiramente constituir um estudo que ainda é pouco pautado, mas que possui grande relevância ao abordar a tríade: trabalho profissional do profissional de serviço social, sistema penitenciário e identidade de gênero e diversidade sexual. Deste modo, por meio da análise de discurso dos sujeitos de pesquisa poderá investigar os novos desafios do cotidiano profissional.

Com a produção do material científico, esta pesquisa pretende debater junto ao Serviço Social e sensibilizar os profissionais que atuam neste espaço sócio- ocupacional para qualificarem o acesso dos LGBTQIs aos atendimentos, visando a busca pela garantia dos seus direitos sexuais e de gênero.

Por fim, torna-se possível provocar o sistema prisional sobre tal temática, suscitando maiores debates tanto neste lócus de trabalho, como na política de segurança pública e nas Universidades, fazendo com que, mesmo de maneira inicial, seja possível tornar os LGBTQIs que se encontram privados de liberdade menos invisíveis, qualificando-os, verdadeiramente, como sujeitos de direitos.

Referências

- CISNE, M. & SANTOS, M. M. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.
- FERREIRA, Guilherme Gomes. **Diversidade Sexual e de gênero e o Serviço Social no sociojurídico**. São Paulo: Cortez, 2018.



MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 8ªed. – São Paulo: Hucitec, 2004.

NASCIMENTO, A. **Os desafios da classe LGBTQI no sistema penitenciário brasileiro.** Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/62014/duplamente-presos>. 2017. Acesso em: 05/2018.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social frente à crise contemporânea.** Capacitação em serviço social e política social. Brasília: CEAD, 1999. Módulo 1: Crise Contemporânea, questão social e serviço social.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

TORRES, A. A. **Direitos humanos e sistema penitenciário brasileiro: desafio ético e político do serviço social.** Serviço Social e Sociedade. São Paulo, nº 67, p.77, 2001.



FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL: SERVIÇO SOCIAL NO COMBATE AS OPRESSÕES

CARDOSO, MCC

E-mail: murilocardoso@hotmail.com

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

Resumo

O projeto de extensão “Formação e Capacitação Profissional: Serviço Social no Combate às Opressões” surgiu com o objetivo de possibilitar espaços de debate e formação continuada junto aos profissionais de Serviço Social do Hospital de Clínicas da UFTM em relação ao combate as opressões de raça, gênero, sexualidades e gerações. O debate acerca das opressões configura-se como extremamente necessário na medida em que possibilita aos profissionais compreender as questões de gênero, raça, sexualidade e gerações para além do debate apenas do preconceito.

Palavras-chave: Formação Profissional; Serviço Social; Combate às Opressões.

Introdução

O Serviço Social, profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho encontra na questão social, em suas múltiplas formas de expressão, objeto de seu trabalho. Tal questão, se expressa nas mais variadas formas, entre elas, as questões relacionadas às opressões, que, portanto estão no âmbito de trabalho do Serviço Social que tem como princípios fundamentais para o seu exercício, entre outros o *reconhecimento da liberdade como valor ético central e a ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras.*

Esse compromisso com a classe trabalhadora, sempre foi a tônica do discurso da profissão, ainda que em seu surgimento no Brasil, este discurso estivesse legitimando uma atuação comprometida com a reprodução das relações sociais nessa lógica. No processo histórico de desenvolvimento, a profissão foi sendo (re) pensada e (re) construída de forma que o compromisso com a classe trabalhadora não estivesse apenas no plano do discurso,



mas que se tornasse efetivo na atuação cotidiana, nas orientações teóricas e nas concepções ético-políticas.

O compromisso histórico do Serviço Social com a classe que vem do trabalho tem que se traduzir cotidianamente em ações de enfrentamento da desigualdade, pautadas nas orientações do projeto ético político da profissão que tem em seu núcleo os princípios fundamentais do Código de Ética, defendendo a construção de outra ordem societária sem exploração/dominação de classe, raça e gênero e que afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, posicionando-se a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva de universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais.

Uma atuação que se proponha comprometida com o Projeto ético político da profissão deve caminhar no sentido da construção de uma sociedade diferente desta que está posta e assentada sobre a reprodução da desigualdade, afetando de forma nítida, mulheres, negros, população LGBT, jovens e idosos, mas comprometendo o desenvolvimento do país de forma geral.

Assim, o Serviço Social encontra-se às voltas com o desafio de desenvolver o trabalho profissional articulado às atuais configurações da sociedade, o que significa (re) pensar também os focos da práxis profissional.

O debate acerca das opressões configura-se como extremamente necessário na medida em que possibilita aos profissionais desvelar as mediações presentes na realidade, buscando compreender que as questões de gênero, raça, sexualidades e geração são fundamentais no entendimento da totalidade da vida social, assim, “analisar a dinâmica das relações sociais de classe, raça/etnia, sexo/gênero e sexualidade, de forma coextensiva e consubstanciada, permite-nos apreender criticamente determinações da sociedade heteropatriarcal-racista-capitalista” (CISNE, 2018). Dessa forma, foi durante uma vivência de estágio individual que, o Grupo Interdisciplinar sobre Combate às Opressões (PICO), compreendendo a importância da formação continuada para os/as profissionais de Serviço Social, traçou um projeto de extensão a ser realizado junto a esses que trabalhavam no



Hospital de Clínicas (HC) da UFTM, para trabalhar o combate às opressões na sociedade capitalista e o papel do Serviço Social diante disso.

Objetivo

A formação continuada trata-se da concepção de que profissionais de Serviço Social mantenham, após a sua saída das universidades, a curiosidade de buscar novos conhecimentos para que, assim, se mantenham atualizados/as no que diz respeito aos conteúdos da profissão, firmando o compromisso com a classe trabalhadora, e também, estejam compreendendo o debate político que a categoria profissional discute no momento.

O Grupo PICO buscou com o projeto, possibilitar espaços de debates e formações continuadas junto aos profissionais de Serviço Social do HC em relação ao combate às opressões de raça, gênero, sexualidades e gerações, temáticas que são fundamentais para o atendimento a comunidade usuária dos Serviços do Hospital das Clínicas.

Método

O projeto foi realizado através de oficinas quinzenais com os profissionais durante o segundo semestre de 2017, sendo organizado neste período pois, trata-se da validação do Edital fornecido pela Universidade. As oficinas foram realizadas durante o espaço de reuniões da equipe, não alterando a dinâmica do trabalho institucional e possibilitando a participação de todos os profissionais. Destaca-se ainda que essas oficinas foram facilitadas pelos professores e alunos do grupo PICO e que, também, previamente era disponibilizado um texto referência para fomentação do debate do encontro seguinte.

Resultados

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo (SAFFIOTI, 1987), tal como, os desafios colocados para os/as profissionais no HC, no que diz respeito às opressões, foram se tornando menos distantes a medida que as discussões mostravam que a realidade concreta desta sociedade capitalista e que, não se



tratavam de casos individuais mas, que, há uma totalidade de sujeitos que cotidianamente vivenciam preconceitos e opressões pela sua cor de pele, sua identidade de gênero, orientação sexual e a condição de envelhecimento.

Ao final de cada oficina os/as assistentes sociais colocavam como cada espaço era tornava rico pois, alguns comentavam que durante a graduação não puderam ter acesso a esses debates compreendendo que são mais atuais e que isso possibilitou qualificar os atendimentos que realizavam no HC.

Considerações Finais

Finalizado a materialização do projeto as/os profissionais ficaram satisfeitos com as discussões já ansiando por uma continuação com novos debates, assim, observamos que alcançamos o objetivo almejado, mas, não pela satisfação mas a própria realização de espaços como estes, dentro de uma instituição de saúde a qual prioriza os estudos.

Referências

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. 11. impr. São Paulo: Moderna, 2001. E-book. 120p. (Polemica; 10). Disponível em:
https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras-digitalizadas/questoes_de_genero/safiotti_heleieth_-_o_poder_do_macho.pdf



A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA ATUALIDADE

RISSI, R

MASSON, GA

E-mail: rafaelc.rissi@gmail.com

Resumo

Este trabalho tem como objetivo transcorrer um breve histórico sobre a assistência social brasileira, sua concepção e participação. As transformações após a Constituição Federal de 1988, a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social. O fundo público e o financiamento da assistência social, e os desafios para o Trabalho Profissional do Assistente Social.

Palavras-chave: Política social; seguridade social; assistência social e serviço social.

Introdução

A Política Social surge da contradição *capital e trabalho*, dos conflitos das classes sociais, com a organização e mobilização da classe trabalhadora e dos tensionamento dos movimentos sociais. Sua função é amenizar os conflitos sociais advindos das expressões da “questão social”. No Brasil a assistência social é marcada pela filantropia e solidariedade religiosa e só na Constituição Federal de 1988 adquire status de política pública. A assistência social conhecida historicamente como “prima pobre” das políticas sociais é desmontada pelos dispostos neoliberais e na atualidade pelo tônica do atual governo é recolocada no patamar filantrópico de proteção social.

Objetivo

Esta reflexão busca a apresentar a trajetória da assistência social brasileira desde a sua origem atrelada à filantropia e solidariedade religiosa, abordando sua institucionalização pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), sua mudança de status para política pública a



partir da Constituição Federal de 1988 e sua regulação por meio da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

Método

O presente trabalho é fruto de reflexões, do referencial teórico e dos debates realizados durante a disciplina “Política Social e Serviço Social II” do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM, ministrada pela Prof.^a Dr.^a Gabriela Abrahão Masson.

Breve histórico da assistência social brasileira

A assistência social no Brasil tem sua origem baseada na caridade, na filantropia e solidariedade religiosa. Esse conservadorismo que determina a gênese da assistência social brasileira perpassa sua origem até a Constituição Federal de 1988 e a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em 1993. Segundo Sposati (2007) no ano de 1942, no contexto da II Guerra Mundial, foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), caracterizou-se pelo atendimento materno-infantil, “quando Darcy Vargas, a esposa do presidente, reúne as senhoras da sociedade para acarinhar pracinhas brasileiros da FEB – Força Expedicionária Brasileira”. Com o fim da II Guerra Mundial a LBA amplia suas ações.

Do apoio as famílias dos pracinhas, ela vai estender sua ação às famílias da grande massa não previdenciária. Passa a atender as famílias quando da ocorrência de calamidades, trazendo o vínculo emergencial à assistência social. Agora as secas, as enchentes, entre outras ocorrências que fragilizam grupos e coletivos da população, demarcam a presença do caráter da urgência e do circunstancial no campo genético da menina LOAS. (SPOSATI, 2007, p. 20).

A LBA acompanhou as demandas do desenvolvimento econômico e social do país, foi crescendo alcançando abrangência nacional. Em 1974 foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social que incorpora a LBA, a Fundação Nacional para o Bem-estar do Menor (Funabem, criada em 1965), a Central de Medicamentos (CEME) e a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social – (Dataprev) (BRAVO, 1996 e 2000). No dia 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves foi eleito presidente do país, após 21 anos de ditadura militar, “Os anos 1980 são conhecidos como a década perdida do ponto de vista



econômico, ainda que também sejam lembrados como período de conquista democráticas, em função das lutas sociais e da Constituição Federal de 1988 (BEHRING, E, R; BOSCHETTI, 2011 p. 138). No período que antecede a Constituição Federal de 1988 diversos movimentos sociais eclodiam no Brasil. Avivados com o fim da ditadura militar e o processo de redemocratização foram realizados diversos eventos, congressos, conferências e estudos para colher subsídios que resultaria a formulação da LOAS. A Constituição Federal de 1988 é o marco legal na garantia dos direitos sociais e para os marcos regulatórios posteriores que criam as políticas sociais. Pela primeira vez na história a assistência social é caracterizada como política de seguridade social inscrita no artigo 194 que estabelece que: [...] “a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. [...]” (BRASIL, 1988). A seguridade social passa a ser reconhecida como direito, com financiamento próprio e continuidade, contando com a implantação dos conselhos, participação dos municípios, da sociedade civil em sua construção e fiscalização. No que tange a Assistência Social, a primeira proposta de texto da lei orgânica é vetada pelo então presidente da República, Fernando Collor de Mello, com a justificativa de que a LOAS não estava vinculada a uma assistência social responsável, ou seja que a proteção social alicerçada pela LOAS, sobretudo pela garantia do direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), não seria responsável para com os cofres públicos. Após novas discussões, tensionamentos dos movimentos sociais e algumas mudanças no texto original, a LOAS é aprovada em 1993 e sancionada no mesmo ano pelo presidente Itamar Franco.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) inova ao apresentar novo desenho institucional para a Assistência Social, ao afirmar seu caráter de direito não contributivo, ao apontar a necessária integração entre o econômico e o social, ao destacar a centralidade do Estado na universalização e garantia de direitos e de acessos a serviços sociais, e ao valorizar a importância da participação popular. Inova também ao propor o controle da sociedade na gestão, execução e monitoramento da Política de Assistência Social. (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2009, p. 2).

Apesar dos avanços constitucionais e da criação da LOAS, como afirmam Couto; Yazbek; Raichelis (2009, p.3) sua implantação “[...] vai ocorrer em uma conjuntura adversa,



onde se evidencia a incompatibilidade entre ajustes estruturais da economia e investimentos sociais do Estado, sob os influxos das medidas neoliberais”.

Em dezembro de 2003 ocorre a IV Conferência Nacional de Assistência Social, as elaborações da conferência vão servir de subsídios para a Política Nacional de Assistência Social (PNAS-2004). Esta política vai orientar e dar subsídios para a confirmação da Assistência Social como dever do Estado e direito do cidadão, determinando ainda, as responsabilidades das esferas municipais, estaduais e federais. Em julho de 2005 o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprova o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O SUAS está voltado à articulação em todo o território nacional das responsabilidades, vínculos e hierarquia, do sistema de serviços, benefícios, programas e ações de Assistência Social, de caráter permanente ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público sob critério de universalidade e de ação em rede hierarquizada e em articulação com iniciativas da sociedade civil. (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2009, p. 3).

Como podemos perceber a assistência social brasileira passou por diversas mudanças desde sua origem vinculada a filantropia e a solidariedade católica ao status de política pública, que compõe o tripé da seguridade social constitucional no Brasil. Tais alterações só foram possíveis após o processo de redemocratização brasileira, o tensionamento dos movimentos sociais e da classe trabalhadora. A PNAS e o SUAS vem para consolidar a Proteção Social brasileira.

Fundo público e financiamento

Na sociedade capitalista os recursos do fundo público são um dos palcos de disputas políticas entre os detentores dos meios de produção e os trabalhadores. O Estado realiza o papel de árbitro, responsável pelas mediações, principalmente, a serviço da classe dominante, mas amenizando as expressões da “questão social”, de acordo com Behring,

[...] o lugar estrutural do fundo público no capitalismo contemporâneo, como expressão da sua maturidade e imensas contradições. A produção e a realização do valor vão requisitar que o Estado se aproprie de parcela bastante significativa da mais-valia socialmente produzida para assegurar as condições gerais de produção e reprodução; dentro desse processo comparece o desenvolvimento de políticas sociais como lugar relevante de alocação do fundo público, a pender, claro, da correlação de forças políticas e de elementos culturais em cada formação nacional. (BEHRING, 2004, p. 164).



O fundo público se efetiva [...] “por meio da extração de recursos da sociedade na forma de impostos, contribuições e taxas, da mais-valia socialmente produzida” (SALVADOR, 2016). A carga tributária regressiva termina por incidir sobre os trabalhadores (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p. 165), quem ganha mais no Brasil historicamente é menos tributado, desde o salário ao acesso a bens básicos para satisfação de necessidades. A seguridade social é financiada principalmente pelo trabalhador, e o orçamento segundo Salvador (2010º é em grande medida financiado pelos pobres via impostos sobre o salário e por meio de tributos indiretos, sendo cada vez mais apropriado pelos mais ricos, via transferência de recursos para o mercado financeiro e acumulação de capital conforme explicita:

O fundo público exerce pelos menos quatro funções na economia capitalista: a) o financiamento do investimento capitalista, por meio de subsídios, de desonerações tributárias, por incentivos fiscais, por redução da base tributária das empresas e de seus sócios; b) a garantia de um conjunto de políticas sociais que asseguram direitos e permitem também a inserção das pessoas no mercado de consumo, independentemente da inserção no mercado de trabalho; c) assegura vultosos recursos do orçamento para investimentos em meios de transporte e infraestrutura, e nos gastos com investigação e pesquisa, além dos subsídios e renúncias fiscais para as empresas; d) assegura no âmbito do orçamento público a transferência na forma de juros e amortização da dívida pública para os detentores do Capital Portador de Juros (CPJ) (SALVADOR, 2010, p. 7).

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 195º estabelece que “A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”. Assim, conforme os preceitos constitucionais a seguridade social será financiada por toda a sociedade., o que caracteriza sua natureza híbrida de financiamento, já que o estado possui sua responsabilidade neste financiamento. O capitalismo sofre processos cíclicos e diante do agravamento da crise do capital, a seguridade social sofre diversos desmontes, principalmente, com a Desvinculação das Receitas da União (DRU) idealizada e praticada no governo do Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) e mantido durante os governos de esquerda do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), da presidente Dilma Rousseff (2011-2016) e as renúncias fiscais.



Considerações finais

Sendo o Serviço Social uma profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, marcada pela lógica neoliberal e pelas múltiplas expressões da “questão social”, os debates que atravessam as políticas sociais – em especial as políticas que compõem a seguridade social – devem ser cada vez mais fomentados e ampliados. Na conjuntura atual, as/os trabalhadoras/es sofrem um intenso processo de precarização, através extensas jornadas, limitações institucionais, mecanização e robotização, flexibilização, terceirização, baixa remuneração etc. Ainda que estas configurações atinjam a/o profissional de serviço social, estes podem, por meio de uma formação e intervenções com caráter crítico e firme posicionamento político, articular a atuação profissional com o compromisso ético-político da profissão na defesa da classe trabalhadora. A utilização do instrumental articulada ao referencial teórico metodológico e ao projeto ético político do serviço social, permitem ao assistente social se aproximar da realidade sociais que é repleta de mediações e de desafios para exercício profissional, fortalecimento dos sujeitos, em busca da emancipação humana, é uma das possibilidades que precisam ser tomadas como centrais na intervenção profissionais nos diversos espaços de atuação.

Na medida em que os profissionais utilizam, criam, adequam às condições existentes transformando-as em meios/instrumentos para a objetivação das intencionalidades, suas ações são portadoras de instrumentalidade. Deste modo, a instrumentalidade é tanto condições necessária de todo trabalho social quanto categoria constitutiva, um modo de ser, de todo trabalho. (GUERRA, 2000, p. 4)

Cabe ao serviço social, especialmente, no contexto de desmonte dos conselhos e das políticas sociais, potencializar a dimensão socioeducativa, utilizar a criticidade inerente ao Projeto Ético Político da profissão, buscando novos caminhos e possibilidades, construindo caminhos de enfrentamento e resistência para as limitações institucionais e sociais, com vistas a garantir uma atuação que se alinhe aos interesses da classe trabalhadora. Se articular com os movimentos sociais da classe trabalhadora, no trabalho de base na articulação junto as profissões que compartilhem do Projeto Ético Político do Serviço Social.

Referências



BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: Fundamentos e História*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Política social: notas sobre o presente e o futuro*. In: BOSCHETTI, Ivanete. et al. (Org.). **Política social: alternativas ao neoliberalismo**. Brasília: UnB, 2004. p. 161-180.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 2004.

CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. *A Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social: problematizando fundamentos e conceitos*. **IV Jornada Internacional de Políticas Públicas**, São Luís, MA: 2009.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social**. CFESS/ABEPSS – UNB. 2000.

SPOSATI, Aldaíza. **A Menina LOAS: um processo de construção da Assistência Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SALVADOR, Evilasio. **Fundo Público e Seguridade Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

SALVADOR, Evilasio. *O Desmonte do Financiamento da Seguridade Social em Contexto de Ajuste Fiscal*. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 130, p. 426-446, set./dez.2017.

SALES, Mione Apolinario; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (Org)s. **Política Social, Família e Juventude: Uma questão de Diretos**. 5ed. São Paulo: Cortez, 2009.



DIREITO A PARTICIPAÇÃO POPULAR E O EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL NA POLÍTICA DE SAÚDE PÚBLICA DE UBERABA/MG

SOUSA, BL

SILVA, ED

FARINELLI, MR

E-mail: bealopessousa@gmail.com

Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Resumo

É um estudo exploratório, qualitativo sobre a participação social dos usuários do Sistema Único de Saúde-SUS, nos espaços coletivos das políticas de saúde de Uberaba/MG. Utilizou-se da pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com 15 usuários. A apreensão dos dados possibilitou entender, que a participação popular se efetivou pela institucionalização do Estado e não pela participação social.

Palavras chave: controle social; participação social; direitos à saúde.

Introdução

A presente pesquisa abordou a temática da participação social dos(as) usuários(as) do Sistema Único de Saúde-SUS, nos espaços coletivos das políticas de saúde de Uberaba/MG.

O SUS, formado por todas as ações e serviços de saúde prestado pelas instituições federais, estaduais e municipais da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público. O SUS é considerado uma das maiores conquistas sociais consagradas pela Constituição Federal de 1988. Seus princípios apontam para a democratização nas ações e nos serviços de saúde que deixam de ser restritos e passam a ser universais, deixam de ser centralizados e passam a nortear-se pela descentralização. (BRASIL, 2017, on line)

A descentralização é a melhor forma de garantir uma melhor participação, no que se refere à formulação e execução de ações dos serviços de saúde. Para além da



descentralização dos serviços e dos recursos da saúde a participação social passa a ser condição principal.

No tocante a participação social, este é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, que contempla o direito dos cidadãos em participar das decisões a respeito das políticas sociais. A existência e funcionamento dos Conselhos de Saúde nos três níveis de governo passa a ser obrigatório para a garantia da participação social nas políticas de saúde, no que tange a elaboração e execução. Neste sentido, esta investigação partiu do pressuposto que os usuários ao expandir sua compreensão sobre seu direito a participação social reconheçam esta como um direito, e que participando ativamente nas decisões que envolvam as políticas de saúde (planejamento, gestão, execução e fiscalização) poderão exercer o controle social nos espaços coletivos (fóruns, conferências, conselhos).

Assim justifica-se presente pesquisa, pois na atualidade, na sociedade capitalista impera o neoliberalismo. Este prioriza o desmonte aos direitos sociais, com rebatimentos na população, por isso é essencial que esta se informe sobre direito a saúde, a estrutura os serviços do SUS, como também sobre as fontes de financiamento, repasse de verbas, entre outras, para o exercício da participação social, uma vez que os usuários do SUS (população) constituem –se como um dos atores sociais relevantes nos espaços coletivos. (Conselhos de saúde)

A sociedade mostra-se insatisfeita com rumos políticos do Brasil e manifestando-se naquilo que lhe atinge diretamente. Por isso é necessário mobilizar os usuários, para que estes se envolvam e se interessem cada vez mais pelo Sistema Único de Saúde (SUS), uma vez que o desenvolvimento dos Conselhos de Saúde é essencial para o funcionamento do SUS.

É necessário que a população compreenda também as determinações sociais que interferem na condição de vida e saúde, com vistas a entender a importância de ter um papel ativo nas políticas de saúde, efetivando a participação e controle social.

Nesta perspectiva, os objetivos desta pesquisa foram: identificar o conhecimento desses(as) usuários(as) sobre seus direitos constitucionais, como o controle social e a



participação social, como também verificar a participação dos usuários nos espaços coletivos das políticas pública de saúde, bem como identificar as estratégias que podem ser usadas para fomentar a participação social da população nas políticas de saúde.

Objetivo

Identificar o conhecimento dos usuários sobre seus direitos constitucionais, como o controle social e a participação social; verificar a participação dos usuários nos espaços coletivos de políticas pública de saúde; identificar as estratégias que podem ser usadas para fomentar a participação social da população nas políticas de saúde.

Método

O estudo foi exploratório, qualitativo, fundamentado no materialismo histórico dialético. Utilizou se da pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A apreensão dos dados foi realizada, por meio de entrevista semiestruturada e tratados pela análise de conteúdo - temática. (BARDIN, 2010)

A investigação realizada com 15 usuários (as) do SUS que utilizam dos serviços oferecidos pelo Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, (HC/UFTM) tendo como espaço para a apreensão de dados: a entrada principal, o pronto de socorro adulto e infantil, e o ambulatório.

Na pesquisa de campo foram contempladas todas as exigências das resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, no que se refere à ética em pesquisa, sendo o estudo submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFTM e aprovado sob o número 2.813.277. A identidade dos participantes foi preservada e para tanto se utilizou de nomes fictícios, escolhidos pelos(as) próprios(as) entrevistados (as).

Resultados

A maioria dos(as) usuários(as) (11 entrevistados), nunca foram convidados (as) para participarem das reuniões do conselho de saúde; apenas 4 usuários(as) já foram convidados(as) por algum profissional que trabalha na saúde. Alegam ainda a restrita



divulgação ou publicidade acerca das reuniões do conselho de saúde, apenas quatro usuários(as) já observaram panfletos/cartazes informativos com local, data e horário das reuniões do conselho de saúde. E nenhum dos (as) entrevistados(as) receberam convites, por parte de algum trabalhador(as) da saúde, para participarem das reuniões do conselho de saúde.

Pode-se constatar então que a maioria dos participantes da pesquisa, usuários(as) do SUS de Uberaba, desconhecem os espaços coletivos que deliberam sobre a política de saúde, tais como Conselho Municipal de Saúde, Conferências de Saúde e Fóruns de Saúde, conseqüentemente ignoram o mecanismo de controle social, que confere ao cidadão a oportunidade de acompanhar as implementação e execução das políticas públicas e o direcionamento dos recursos ofertado, entre outras.

Destacam-se desconhecimento enraizado do que é saúde e dos direitos constitucionais da população brasileira. As pessoas entrevistadas não apresentaram conhecimento palpável sobre participação social ou controle social. Limitada percepção sobre acesso aos conselhos de saúde, e em sua maioria nem sabiam do que se tratava. O enfraquecimento desse canal restringe a população aos seus direitos e aos serviços do SUS, que não se espelha na vontade popular.

Considerações finais

Conclui-se que a participação popular não foi consolidada como um exercício democrático. A democracia brasileira se efetivou pela institucionalização do Estado do que pela participação social. A população usuária dos serviços do SUS não o entende enquanto direito e desconhecem seu papel no controle social para a efetivação de suas diretrizes e políticas de saúde.

Mostra-se relevante fortalecer a capacidade da população-usuária, como atores sociais nas decisões sobre as políticas de saúde, pois lhes afetam diretamente. O Serviço Social, bem como outras categorias profissionais assumem um papel importante na reconstrução dos saberes e estratégias para contribuir na transformação da realidade atual para além do acesso aos direitos sociais.



Referências

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. 70. Ed. São Paulo. 2011

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Diretrizes nacionais para o processo de educação permanente no controle social do SUS** / Ministério da Saúde, conselho Nacional de Saúde. Brasília : Editora do Ministério da saúde, 2006. 40 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

BRASIL. **Sistema Único de Saúde**. Lei nº 8080 de 1990. Brasília: Senado Federal, 1990.
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm

BRAVO, M. I.; CORREIA, M. V. C. C. Desafio do controle social na atualidade. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 109, p. 126-150. Jan./marc.2012. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000100008. Acesso em 28 set 2018

CARVALHO, M.S. A saúde como direito social fundamental na Constituição Federal de 1988. **Revista de direito sanitário**, vol. 4, n. 2, julho de 2003. p. 15-31.



SERVIÇO SOCIAL E ARTE: UMA PROPOSTA PARA AFIRMAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO DA PROFISSÃO

OLIVEIRA, TR

E mail: tamiresrochaoliveira@yahoo.com.br

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo realizar reflexões sobre a Arte como um instrumento do trabalho do assistente social. Primeiramente, buscou-se uma contextualização sobre a função social da Arte, com abordagem da mudança de seu papel ao longo da história e com o sistema capitalista. Pontuou-se a relação intrínseca entre a Arte e cultura ao salientar que toda e qualquer cultura sempre produziu e continua produzindo Arte. A Arte como um instrumento de trabalho criativo para o Serviço Social, importante forma de expressão da questão social, contribui para intervenções mais criativas e para a consolidação do projeto ético político da profissão. Deve ser um recurso inovador na instrumentalidade do Serviço Social. Portanto, o Serviço Social e Arte se articulam de maneira a intervir nas demandas apresentadas no cotidiano profissional de forma propositiva e criativa.

Palavras-chave: Arte; Cultura; Instrumentalidade; Serviço Social.

Introdução

A escolha do tema se deu a partir da identificação da pesquisadora com a Arte. A Arte é fundamental e possibilita ao profissional um trabalho que vai além do imediato, criando alternativas criativas no cotidiano profissional de atendimento às demandas sociais.

A Arte contribui para a construção de elementos que possibilitam a materialização do projeto ético-político da profissão, a partir do entendimento de que a atuação profissional não se reduz a intervenções instrumentalistas, tecnicistas, pontuais e acrílicas. Trata-se de uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, cuja legitimidade requer um perfil profissional de compromisso com as lutas da classe trabalhadora e realização da práxis. O uso da Arte no Serviço Social deve estar em concordância com os objetivos profissionais e requer a utilização de uma Arte que vise à superação do imediato. Assim, os objetivos profissionais do assistente social, quando voltados para a emancipação



dos sujeitos e somados ao potencial educativo da Arte, buscam colaborar para a construção de uma formação de seres humanos mais críticos e conscientes. A Arte, enquanto instrumento de trabalho do assistente social, pode contribuir para chegar aos objetivos profissionais de maneira prática e criativa.

Método

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo e exploratório e, utilizou-se do método dialético para análise, fundamentado no referencial crítico. Optou-se pela utilização de pesquisa bibliográfica, visando conhecer a produção do Serviço Social contextualizado com a Arte, que perpassam pela discussão a respeito da instrumentalidade no cotidiano profissional.

Resultados

O Serviço Social tem enfrentado desafios para a efetivação do projeto ético político da profissão. A resistência, os avanços e os enfrentamentos fazem com que os profissionais caminhem em direção ao projeto ético-político, no sentido de, apresentar formas concretas de lutas porque é a partir desta luta que o assistente social encontra meios de efetivação do próprio projeto ético-político, nos espaços sócio ocupacionais e sofre uma imposição pela realização de uma ação profissional reprodutora e de sentido conservador. Com a pretensão de realizar a defesa do projeto ético-político, é preciso ter uma perspectiva de negação e proposição crítica diante desta realidade.

Neste sentido, para que isto possa acontecer, levando em consideração a configuração do Serviço Social hoje, enquanto profissão inscrita na divisão sócio técnica do trabalho com todos os desafios postos, a reflexão da aproximação entre a Arte e o Serviço Social pode ser importante no fortalecimento do projeto ético político da profissão. Ao escrever sobre o papel da Arte no desenvolvimento cultural, Barbosa (2009) salienta que:

Através das Arte, é possível desenvolver a percepção e a imaginação para apreender a realidade do meio ambiente, desenvolver a capacidade crítica, permitindo analisar a realidade percebida e desenvolver a criatividade de maneira a mudar a realidade que foi analisada.



Toda e qualquer cultura sempre produziu e continua produzindo Arte. Não importa a simplicidade ou a sofisticação da forma como ela se apresenta. Ela está presente nas mais diversas manifestações humanas. A permanência da Arte na vida do homem é fruto do seu esforço para ordenar e dar sentido ao mundo em derredor. Para a realização desta discussão, no primeiro capítulo do presente trabalho foi apresentada uma análise sobre a função social da Arte e suas modificações com a Arte no sistema capitalista, em que foi demonstrado o processo de mercadorização da Arte, fazendo considerações sobre a relação intrínseca entre Arte e cultura. O segundo capítulo foi iniciado com a discussão sobre a instrumentalidade do Serviço Social, com a contextualização breve sobre o movimento de Reconceituação e, neste é pontuado sobre o projeto ético-político da profissão, com discussão sobre seus objetivos. E, por fim, apresentamos as considerações finais e as referências. A relação entre Serviço Social e Arte é uma forte proposta para afirmação do projeto ético-político da profissão no cotidiano profissional. Ela proporciona ao profissional possuir referenciais críticos que o ajudem a conseguir estratégias que manifestam nas contradições presentes nas relações sociais, ao torná-lo um profissional qualificado crítico e comprometido com os usuários. Importante ressaltar que é necessário não acomodar com as demandas imediatistas que chegam ao cotidiano do trabalho profissional. Deve procurar ir além delas, desenvolvendo ações que atinjam a totalidade das demandas apresentadas. A Arte pode oferecer um conteúdo teórico-prático, elencado nas diversas técnicas que a compõem, além de enriquecer e dar amplitude ao trabalho profissional do assistente social.

Considerações Finais

O trabalho teve como princípio contribuir para uma reflexão acerca de novas possibilidades de intervenção no trabalho dos assistentes sociais visando à emancipação dos sujeitos e a formação de uma consciência crítica. A Arte pode oferecer uma valiosa contribuição, por meio de várias técnicas, porque proporciona um espaço de suspensão do cotidiano, em que há a possibilidade do contato com a formulação de outras realidades possíveis. A Arte na atuação do profissional viabiliza, de forma clara e pedagógica, reflexão sobre a sociedade ao fazer com que o sujeito perceba seu papel social. A Arte e o Serviço



Social devem ser encarados como uma eficiente forma de enfrentamento das diferentes manifestações da questão social, uma vez que a Arte propõe ao sujeito buscar a sua autonomia através da sua capacidade crítica. Neste sentido, a Arte é uma proposta da contemporaneidade, de reflexão coletiva, além de ser um instrumento potente de intervenção na realidade. Dessa forma, a articulação entre Arte e o Serviço Social, com o objetivo de construir meios para efetivação do projeto ético-político do Serviço Social, tem como desafio o enfrentamento de condições que impõe a uma opressão e extrema desigualdade social.

A Arte, neste sentido, pode fornecer apoio para que esta articulação traga uma nova realidade a partir da realidade dada. Pode-se pensar que a Arte deva permitir a experimentação de um mundo mais amplo e repleto de possibilidades por ser uma mediação que traz um espaço necessário para a criação do novo. A relação Arte e Serviço Social se faz presente cotidianamente nos mais variados espaços ocupacionais, visando socialização, humanização e emancipação dos sujeitos. Essa relação fica evidente não só no espaço profissional, mas também nos espaços acadêmicos. Mesmo que de forma discreta, sem dúvida a Arte permeia as relações profissionais como um importante instrumento de intervenção profissional para a emancipação e a liberdade. É válido ressaltar a importância da instrumentalidade na profissão e a reflexão sobre a luta contra a ordem burguesa presente, além da busca de novas dinâmicas para o enfrentamento das novas formas de apresentação da questão social. Assim, a Arte deve ser um recurso inovador na instrumentalidade do Serviço Social e o caminho possível para a compreensão de problemas sociais. Além do que, um profissional precisa ampliar seu conhecimento cultural e sua capacidade crítica a fim de melhorar sua intervenção profissional com o rompimento das práticas rotineiras e conservadoras.

Referências

ABRAMIDES, M. B. C. **O projeto ético-político profissional do Serviço Social**. 2006. 426 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: . Acesso em 11 jun. 2016.



ALENCAR, M. M. T. **Cultura e Serviço Social no Brasil (1960-1968)**. 1994. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

ARAÚJO, W. T. (org). **Cultura Local: Discursos e Práticas**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2000

BARBOSA, A. M. **Processo civilizatório e reconstrução social através da arte**. In: XII SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, 12., 2009, Recife. Anais... Recife: UFPE, 2009. Disponível em: Acesso em: 10 jun. 2016.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 6ª Edição. São Paulo: Cortez, 2008.

BEZERRA, C. S. **Globalização e Cultura: caminhos e descaminhos para o nacional-popular na era da globalização**. 2006. 342 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

BRANDÃO, R. C. C. **O Serviço Social no Brasil: A Reinstrumentalização Necessária**. 2006. 154 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Unesp, São Paulo, Franca, 2006.

BRANDÃO, C. R. **A Educação como Cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. 195 p.

BUORO, A. B. **O olhar em construção: uma experiência de ensino e aprendizagem da arte na escola**. São Paulo: Cortez, 2000. 160 p.

CANCLINI, N. G. **A Socialização da Arte: teoria e prática na América Latina**. São Paulo: Cultrix, 2. ed. 1984. 218 p.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFSS. **Código de Ética Profissional**. Resolução CFESS n. 273/93, de 13 de março de 1993. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. Brasília, mar. 1993.

COSTA, F. S. M. **Instrumentalidade do Serviço Social: dimensões teórico metodológica, ético-política e técnico-operativa e exercício profissional**. 2008. 31 147 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

FERRAZ, M. H. C. T.; FUSARI, M. F. R. **Metodologia do ensino da arte**. São Paulo: Cortez, 1993.

FISCHER, E. **A necessidade da arte**. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. 254p.



GUERRA, Y. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2007, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: CRESS-6ª. Reg. 2007. Disponível em: < <http://www.cedeps.com.br/wpcontent/uploads/2009/06/Yolanda-Guerra.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MACEDO, C. A. **Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil**. In: BARROS, J. M. (Org.). Diversidade Cultural: da proteção a promoção. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social - Identidade e Alienação**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, J. P. **A Construção do Projeto ético-político frente à crise contemporânea**. In: Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo I, CFESS/ CRESS/ ABEPSS/ CEAD, Brasília, 1999.

SANTOS, J. L. dos. **O que é Cultura**. 14 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

VÁSQUEZ, A. S. **As ideias estéticas de Marx**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **As ideias estéticas de Marx**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.